

Kênia Sousa Rios

# Isolamento e poder

Fortaleza e os  
campos de concentração  
na Seca de 1932



ISOLAMENTO E PODER  
FORTALEZA E OS CAMPOS DE  
CONCENTRAÇÃO NA SECA DE 1932

**Presidente da República**

Dilma Vana Rousseff

**Ministro da Educação**

Henrique Paim

**Universidade Federal do Ceará - UFC**

**Reitor**

Prof. Jesualdo Pereira Farias

**Vice-Reitor**

Prof. Henry de Holanda Campos

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Prof. Gil de Aquino Farias

**Pró-Reitora de Administração**

Prof<sup>a</sup>. Denise Maria Moreira Chagas Corrêa

**Imprensa Universitária**

**Diretor**

Joaquim Melo de Albuquerque

**Editora UFC**

**Diretor e Editor**

Prof. Antonio Cláudio Lima Guimarães

**Conselho Editorial**

Presidente

Prof. Antonio Cláudio Lima Guimarães

**Conselheiros**

Prof<sup>a</sup>. Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof<sup>a</sup>. Angela Maria R. Mota Gutiérrez

Prof. Gil de Aquino Farias

Prof. Ítalo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

ISOLAMENTO E PODER  
FORTALEZA E OS CAMPOS DE  
CONCENTRAÇÃO NA SECA DE 1932

Kênia Souza Rios



Fortaleza  
2014

**Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na Seca 1932**

Copyright © 2014 by Kênia Souza Rios

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

**Coordenação Editorial:**

Ivanaldo Maciel de Lima

**Revisão de Texto:**

Yvantelmack Dantas

**Normalização Bibliográfica:**

Luciane Silva das Selvas

**Programação Visual**

Sandro Vasconcelos / Thiago Nogueira

**Diagramação:**

Thiago Nogueira

**Capa:**

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Bibliotecária Luciane Silva das Selvas CRB 3/1022

---

R586i

Rios, Kênia Sousa.

Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932 / Kênia Sousa Rios. -  
Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

144 p. : il. ; 21 cm. (Estudos da Pós-Graduação)

ISBN: 978-85-7485-191-4

1. História. 2. História do Ceará. 3. Estudos sobre as secas no nordeste. I. Título.

---

CDD 981.31

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>A CIDADE DO SOL EM TEMPO DE SECA.....</b>	<b>17</b>
<b>Estradas de Poeira e Ferro .....</b>	<b>17</b>
<b>A Folia e a Filantropia .....</b>	<b>31</b>
<b>A Luz do Progresso.....</b>	<b>42</b>
<b>A SOMBRA DO FLAGELO: ENTRE O PÂNICO E O PLANO .....</b>	<b>57</b>
<b>Os Retirantes Estão Chegando... .....</b>	<b>57</b>
<b>Emigração e Trabalho .....</b>	<b>68</b>
<b>As Polêmicas Concentrações .....</b>	<b>79</b>
<b>ENTRE O CURRAL E A CIDADE.....</b>	<b>91</b>
<b>Os Currais do Governo.....</b>	<b>91</b>
<b>Médicos e Curandeiros .....</b>	<b>103</b>
<b>Pão e Poder .....</b>	<b>113</b>
<b>Banheiros, Barbearias e Relógios .....</b>	<b>119</b>
<b>BIBLIOGRAFIA E FONTES.....</b>	<b>129</b>



## APRESENTAÇÃO

*Felizes os que vivem sob disciplina, que aceitam sem questionar, que obedecem espontaneamente às ordens de seus líderes, espirituais ou temporais, cuja palavra aceitam como lei infrangível; igualmente felizes os que, através de seus próprios métodos, chegaram a convicções claras e inabaláveis com relação ao que fazer e o que ser, sem a menor sombra de dúvida. Só posso dizer que os que se instalam nesses confortáveis leitos do dogma são vítimas de uma miopia auto-imposta, antolhos que podem trazer contentamento, mas não a compreensão do que significa a humanidade do ser.*

Isaiah Berlin<sup>1</sup>

O presente estudo é o texto de minha dissertação de mestrado defendida na PUC/SP em 1998. Depois de tornar público o texto da dissertação, iniciaram os trabalhos de uma história da leitura. Muitos leitores gostaram e sentiram-se inspirados a realizar diferentes composições sobre a seca e os Campos de Concentração

---

<sup>1</sup> BERLIN, Isaiah. *Limites da utopia: capítulos da história das ideias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 23.

no Ceará. Peças de teatro, curta metragem, longa metragem, cordel, exposições entre outras dissertações e teses, contam um pouco da história desses 15 anos de publicação.

Ainda em 2002, tivemos uma primeira versão reduzida, publicada pelo Museu do Ceará. Contudo, o texto integral jamais foi publicado e houve uma solicitação considerável para que isso fosse viabilizado. Assim, vimos a possibilidade da concretização desse antigo projeto, mediante o edital de publicação de livros da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

É exatamente isso que apresento aos leitores nesse livro: um texto que já possui uma história, mas que guarda o ineditismo da sua publicação integral. Assim, fiz a opção de não alterar o texto original garantindo aos leitores a partilha de inquietações de uma jovem historiadora que buscava entender a organização do poder público e as ações de uma elite urbana frente à presença dos retirantes e o fantasma das secas na cidade de Fortaleza em 1932.

Ressalto ainda que, até hoje, gosto muito do que fiz.

\*\*\*

O presente trabalho é resultado de entrelaçamentos múltiplos das minhas vivências na periferia de Fortaleza, das inquietações que surgiram no engajamento político e do amadurecimento reflexivo que escolheu a pesquisa em História como caminho a ser percorrido.

Esses elementos se cruzaram constantemente na realização dessa pesquisa. O brilho da cidade de Fortaleza presente nos folhetos turísticos e na escrita de seus poetas, apresentava-se, aos meus olhos, com tonalidades bastante diversas. Minha participação nos movimentos e organizações de bairro ajudou-me a perceber os motivos dessa diversidade de cores. A “Cidade do Sol” tinha, também, suas zonas sombrias e tenebrosas.

A cada seca, vários sertanejos procuravam amparo nas cidades do Estado. Em Fortaleza, como em outros lugares, os retirantes aumentavam a população dos excluídos e marginalizados.

Ricos, pobres, seca e isolamento. Essas quatro palavras davam-me a pista para um estudo sobre momentos acirrados de confrontos e conflitos sociais na cidade de Fortaleza. Assim, algumas secas de grande projeção foram selecionadas para o estudo. Os jornais e os relatórios oficiais das secas de 1877, 1915 e 1932 apresentavam fortes indícios sobre as estratégias de isolamento em face da presença dos flagelados na cidade. Depois de realizar uma leitura dessa documentação, centralizei minhas atenções na seca de 1932, pois desejava estudar a existência de Campos de Concentração nesse período.

Em 1932, a prática de manter a cidade dos ricos afastada (ou parcialmente afastada) da miséria concretizou-se na construção de locais para o aprisionamento dos flagelados, bem como em frentes de trabalho e em políticas de emigração forçada para outros Estados. Nesta seca, o poder público isolou parte dos sertanejos em sete Campos de Concentração, distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes no Sertão do Ceará.

Esses Campos de Concentração apresentavam-se como espaços privilegiados para um estudo sobre a construção dos lugares de isolamento da pobreza em face do medo que a multidão faminta causava em Fortaleza durante as secas.

Enquanto locais de confinamento, ganharam significativa relevância nas páginas dos jornais da cidade. Além disso, a seca era diariamente relatada nas matérias desses periódicos. Examinando esses jornais, tornou-se possível perseguir o rastro das tensões produzidas neste momento de confronto entre pobres e ricos.

As matérias jornalísticas publicavam, com detalhes, artigos que enfocavam a seca sob diversos aspectos: a chegada dos retirantes; a situação no Sertão; o número de sertanejos que se des-

locavam rumo à cidade; o pânico dos ricos diante do flagelo que se aproximava; as medidas do Governo para conter ou amparar o flagelado; as obras em andamento na cidade; o emprego dos flagelados nessas obras; os diferentes discursos sobre a necessidade de controle dos pobres; a estrutura dos Campos de Concentração; os conflitos entre administradores e concentrados e todas as notas oficiais do poder público.<sup>2</sup>

Quase todos os jornais utilizados na pesquisa assumiam publicamente sua filiação com um determinado grupo político. Esse aspecto contribuiu para a compreensão de algumas diferenças na atuação das classes dominantes em relação ao flagelo da seca. Os periódicos abriram possibilidades de reflexão sobre as formas pelas quais esses grupos estabeleciam suas relações de força com o poder central e utilizavam a seca para promover a ascensão política de alguns em detrimento de outros.<sup>3</sup>

Vale ressaltar que os próprios jornalistas agiam como inspetores da saúde e do bem-estar dos flagelados. Os Campos de Concentração eram os locais prediletos para a coleta de dados, que se transformavam em matéria-prima para suas crônicas “humanísticas e solidárias”. Os mais diferentes fatos acontecidos nas Concentrações eram relatados por estes jornais. Numa leitura “a contrapelo” desses textos jornalísticos, foi desenvolvida uma reflexão sobre a experiência dos flagelados nestas Concentrações. Desse modo, foi possível perscrutar algumas práticas de resistência do sertanejo em face dos “novos” modos de vida que os poderes urbanos tentavam impor.

---

<sup>2</sup> É bom lembrar que, em 1932, o governo getulista havia dissolvido a Câmara dos Vereadores e a Assembleia Legislativa. Com isso, muitos indícios que poderiam constar nas Atas da Câmara ou da Assembleia foram, em certo sentido, transferidos para os jornais. As notas oficiais e os relatórios administrativos de vários departamentos eram publicados semanalmente nos periódicos.

<sup>3</sup> Tentamos caracterizar algumas diferenças nos discursos dos principais jornais utilizados na pesquisa: *O Povo*, representante do Partido Social Democrático, e *O Nordeste*, representante da burguesia católica conservadora.

No decorrer do percurso de pesquisa, alguns elementos de reflexão ganharam destaque ao mesmo tempo em que outros foram sendo construídos ou abandonados. Passo a passo, a pesquisa foi ganhando rosto e, desse modo, tornou-se possível definir melhor os objetivos do trabalho, quais sejam: *discutir como as classes dominantes tentam controlar os retirantes; e refletir sobre os modos pelos quais o sertanejo vivenciou essa grande seca, em suas táticas de sobrevivência e nos embates ou acordos, nem sempre explícitos, com as forças de controle ou repressão.*

Nessa perspectiva, tentei aprofundar a reflexão sobre as estratégias de isolamento da pobreza e as táticas de resistência e confronto dos flagelados com o poder representado nos Campos de Concentração. Vale salientar que esse poder foi refletido a partir das suas múltiplas relações. Buscou-se uma abordagem sobre o poder como um exercício, como uma prática que se constitui nas vivências cotidianas e que não tem um lugar definido.

Por outro lado, o caminhar das investigações levou-me a um estudo sobre a historicidade do espaço de Fortaleza, mais especificamente sobre a historicidade dos modos pelos quais o território da cidade foi se constituindo a partir de confrontos entre os pobres dispersos pelas ruas e as classes dominantes, que procuravam colocar esses pobres dentro de lugares específicos, ou melhor, que tentavam isolar a pobreza. Desse modo, procurei refletir sobre os Campos de Concentração como parte de uma tradição de isolamento da miséria na Capital cearense, mas sem perder de vista as especificidades. Esse estudo representa, portanto, uma tentativa de entendimento do meio urbano como espaço que se constrói por conflitos historicamente situados.

Na primeira parte intitulada “A Cidade do Sol em Tempo de Seca”, a discussão se inicia com o caminho dos flagelados em busca da Capital. As “Estradas de poeira e ferro” foram desnudando, aos poucos, o caminho dos flagelados bem como os lugares do controle. Aqui foi realizada uma reflexão sobre a caridade como uma prática

que fornecia legitimidade para o isolamento dos pobres, na medida em que articulava os Campos de Concentração a um discurso humanitário e católico. Em seguida, há um estudo sobre a transformação da cidade em um grande canteiro de obras, constituído por “frentes de trabalho”, ou seja, por grupos de retirantes que, sob intensa vigilância, trabalhavam em troca de um prato de comida.

Na segunda parte do estudo – “A Sombra do Flagelo: entre o pânico e o plano” – o relevo está nos impactos da chegada dos retirantes para a cidade dos ricos, ou seja, para a cidade que estava aterrorizada com a multidão que se aproximava. Tanto nos jornais como em alguns documentos oficiais, os ricos se mostravam os mais apavorados com a vinda dos retirantes.<sup>4</sup>

Diante do pânico, as classes dominantes discutiam os planos para o controle sistemático dos retirantes. Os jornais anunciavam, de modo recorrente e incisivo, as medidas que disciplinariam a presença dos flagelados na cidade ou no sertão: Campos de Concentração, o trabalho nas obras e a emigração para outros Estados. Essas estratégias de controle e isolamento estão abordadas a partir dos embates e conflitos entre as classes dominantes e os flagelados ou polêmicas entre os próprios ricos. Tentou-se pôr em relevo as tensões nas relações de sujeitos historicamente situados, sejam entre pobres e ricos ou entre ricos e ricos.

Nesse sentido, a leitura de E.P. Thompson foi relevante para o entendimento e a incorporação do conceito de “experiência”. Os sujeitos agem e reagem a partir de suas vivências cotidianas. Essas experiências não conduzem a uma trajetória linear, elas se fazem e

---

<sup>4</sup> Sidney Chalhoub, em seu estudo sobre as classes pobres na Corte Imperial, apresenta por exemplo a argumentação de um parlamentar que discursa sobre a periculosidade das classes pobres: “As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de toda sorte de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes pobres –; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade”. Em certo sentido, esse medo em face da chamada “ociosidade dos pobres” também se fazia presente no imaginário das classes dominantes de Fortaleza.

se refazem numa rede de relações sempre tensa e conflituosa, pois os sujeitos são históricos e as possibilidades de suas relações com o mundo são múltiplas.<sup>5</sup>

Na terceira parte ficamos “Entre o Curral e a Cidade” cujo enfoque está no funcionamento dessas Concentrações, mediante considerações em torno do sentido de prisão para os sertanejos ali colocados.

Os relatórios e comentários dos jornais apresentavam constantes reclamações dos médicos sobre a resistência dos concentrados diante das recomendações científicas. Através desses jornais e depoimentos orais, foi realizada uma reflexão sobre as formas pelas quais o sertanejo “resistia” às normas e regras impostas pelos funcionários dos Campos. Ou melhor: uma reflexão sobre o sertanejo como sujeito ativo, que, a partir de seu universo cultural, constituía um significativo e complexo campo de tensões em face das estratégias de controle, inventando, nas suas vivências cotidianas, várias possibilidades de confrontos e acordos.

Seguindo a trilha dos discursos do poder público, das matérias sobre os roubos dos flagelados, bem como das memórias de certos depoentes, a distribuição ou o “roubo” da alimentação ganhou destaque como uma forte expressão dos embates entre os “poderes urbanos” e os flagelados.<sup>6</sup>

O sentido da tradição e da experiência foi aprofundado a partir das reflexões de Thompson em seus estudos sobre os motins da fome na Inglaterra do século XVIII. Desse modo, tentei pôr em foco as ações dos flagelados, nos Campos ou fora deles, a partir de suas

---

<sup>5</sup> Cf. THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

<sup>6</sup> Para aprofundar as questões referentes ao tópico “Pão e Poder” tiveram destaque dois trabalhos sobre os saques e roubos de alimentos: NEVES, Frederico de Castro. *A multidão na história: saques e outras ações de massa no Ceará*. 1998. Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998. Mimeografado. E, BARREIRO, José Carlos. *Tradição, cultura e protesto popular no Brasil, 1780-1880. Projeto História*, São Paulo, n. 16, 1998.

vivências ancoradas nas relações da tradição. Com efeito, o estudo dessas relações tentou destacar a vivência dos retirantes como ação, ou seja, os embates dos flagelados com os “poderes urbanos” não foram estudados apenas como reação, mas sobretudo como ações alimentadas por experiências culturais, ou melhor, modos de vida e de luta pela sobrevivência.

Os jornais são a principal documentação utilizada nesse estudo, pois forneceram indícios para a maior parte das reflexões levadas a cabo no presente texto. Como foi dito nas primeiras páginas, os jornais continham elementos diversos para a compreensão das práticas urbanas de isolamento da pobreza, bem como para reflexões sobre o cotidiano dos flagelados nos Campos de Concentração.

Alguns relatórios oficiais (como mensagens de Interventor de Estado, relatórios de atividades da Inspectoria Federal de Obras Contra as Secas e livros de óbitos) forneceram importantes informações quantitativas: o número de obras na cidade e no Sertão, o número de retirantes e os óbitos nos Campos de Concentração. Através desses dados, tornou-se possível vislumbrar, em certo sentido, as imagens desses tantos flagelados dispersos na cidade ou presos nos Campos de Concentração. Além disso, essas mensagens do interventor do Estado e os relatórios da IFOCS deram subsídios para reflexões sobre as justificativas do poder estatal para a implementação dos Campos de Concentração e de outros locais para o isolamento dos flagelados.

A documentação foi coletada na Biblioteca Pública de Fortaleza, no Arquivo Público de Fortaleza, no Núcleo de Documentação do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, na Biblioteca do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – CE, no Arquivo da Arquidiocese de Fortaleza e nos Arquivos Paroquiais dos Municípios de Ipu e Senador Pompeu.

Nos documentos orais, procurei elementos de discussão sobre o cotidiano dos flagelados nos Campos de Concentração. Desse modo, nas (re)construções da memória dos depoentes, buscou-se

perceber indícios sobre a experiência dos sertanejos que vivenciaram os Campos de Concentração. Esses indícios, compostos pela memória, foram estudados a partir do cruzamento com outras fontes, sobretudo os jornais.

Nos depoimentos orais, em vários momentos foram feitas referências aos modos de vida do sertanejo. Para a construção dessas referências foi fundamental minha vivência com parentes que moram no Sertão. Outros elementos foram encontrados nas entrevistas e alguns foram buscados numa bibliografia que se dedica aos “estudos folclóricos” do Sertão e do sertanejo.

Desse modo, o presente estudo tentou abordar os conflitos urbanos que, em períodos de seca, romperam as fronteiras da cidade e tentaram chegar às mais longínquas paragens do Sertão. Nesse percurso de pesquisa, encontrei alguns sertanejos que, em certo sentido, aderiram às normas dos grupos dominantes e outros que, a seu modo, tentaram esquivar-se do “mundo civilizado” imposto nas Concentrações.



## A CIDADE DO SOL EM TEMPOS DE SECA

*[...] E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos.*

Graciliano Ramos<sup>7</sup>

### Estradas de poeira e ferro

O ano de 1931 não trouxe o inverno desejado. No mês de janeiro, poucas chuvas apareceram e, nos meses seguintes, o inverno se manteve no mesmo ritmo. O ano de 1931 foi difícil, mas a maioria dos sertanejos permaneceu nos seus lares. Os registros de migração no ano de 1931 assinalaram que foi pequeno o número de fugitivos da seca.

---

<sup>7</sup> RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 51 ed. São Paulo: Record, 1983.

O inverno de 1932 foi esperado com ansiedade pelos sertanejos que, nas suas experiências, sabiam do desespero que seria gestado caso a chuva não aparecesse. Porém, dezembro de 1931 passou anunciando a grande seca que se aproximava. E em janeiro de 1932, os primeiros retirantes começaram a chegar a Fortaleza. Outros resolveram aguardar até o dia de S. José (19 de março), como a última esperança para o inverno.<sup>8</sup>

No final do mês de março, grandes levas de retirantes já enchiam de tristeza e fome as estradas do Sertão. Das mais longínquas paragens da caatinga saíam homens e mulheres que, a caminho da cidade, arrastavam seus filhos e alguns pertences. Muitos sertanejos se juntavam, formando enormes bandos de flagelados. Na angustiada luta para arrefecer a fome, os retirantes matavam e comiam algumas reses que ainda resistiam nos pastos das grandes fazendas. Nos jornais de Fortaleza, eram comuns notícias sobre o roubo de bois e vacas de particulares.

Os flagelados caminhavam longos trechos a pé, em busca de uma cidade com estação de trem. As estradas de poeira findavam quando se encontravam com os caminhos de ferro. Das estações ferroviárias saíam grandes levas de retirantes em direção à Capital.

A partir de abril de 1932, os trens que saíam do Sertão para Fortaleza transportavam uma impressionante quantidade de flagelados. De modo bastante recorrente, os jornais da Capital publicavam matérias sobre a chegada diária de centenas de retirantes. No jornal *O Povo* do dia 13 de abril, havia, por exemplo, a seguinte manchete: “Mais dois trens entulhados de famintos se dirigem a esta capital”.

Em fins de abril, com o erguimento dos Campos de Concentração e o início do funcionamento das frentes de trabalho, o Governo começou a suspender a distribuição das passagens de trens para For-

---

<sup>8</sup> Muitos sertanejos são devotos de S. José, padroeiro do Ceará. O dia de São José apresenta-se como o anunciador de um bom inverno ou de uma seca: se chover nesse dia é sinal de inverno; se não chover, muitos sertanejos perdem a esperança e começam a abandonar o sertão.

taleza. Entretanto, nos meses iniciais, essa medida não foi suficiente para deter a vinda dos flagelados. Decididos a sair do Sertão, muitos sertanejos invadiram trens e chegaram ao destino previsto. O Jornal *O Povo*, de 13 de abril de 1932, anunciava: “mais um trem fora invadido pelos flagelados no Sertão central do Estado”. Matérias como essa eram frequentes, sobretudo nos meses de abril e maio de 1932. No jornal *O Nordeste* do dia 08 de abril, a manchete era a “tragédia da fome”. Com essa matéria, o periódico destacava os frequentes assaltos dos flagelados aos trens no Sertão do Ceará:

Os flagellados estão assaltando os trens. Em Praiano, atacaram um comboio, armados de cacetes e ferramentas. Os famintos tomaram um trem de passageiros em Senador Pompeu. Os famintos já desesperados estão lançando mão de todo tipo de ato como meio de solução para a fome que os devora. [...] Scenas impressionantes como estas, resultantes da grande crise de chuvas em 1932, nos são contadas diariamente... (*O Nordeste*, 08/04/1932).

As regiões mais atingidas pela seca aglomeravam nas suas estações de trem uma imensa quantidade de famintos. Desses lugares, saíam, todos os dias, locomotivas com todos os seus vagões completamente lotados. Muitas das Estações Ferroviárias transformaram-se em espaços de grande tensão entre os retirantes e as forças policiais.

Em 1932, o Ceará era entrecortado por duas Estradas de Ferro: Estrada de Ferro de Baturité e Estrada de Ferro de Sobral. Acompanhando o percurso desses trilhos é possível perceber de onde vinha a onda de miseráveis que invadia a Capital.

A Estrada de Ferro de Baturité cortava o Estado do Ceará de norte a sul. Partindo de Fortaleza, sua principal via atingia as maiores cidades do Sertão Central, chegando até o Vale do Cariri, onde se localizam os Municípios de Juazeiro do Norte e Crato. Passava por Quixeramobim e em seguida por Senador Pompeu, alcançando o Município do Crato. Nesses três municípios foram erguidos Campos de Concentração. O único Campo que não se localizava em uma cidade com Estação Ferroviária era de Cariús. Por outro lado, é imprescin-

dível ressaltar que Cariús ficava a poucos quilômetros da Estação do Município de Cedro.

A construção da Estrada de Ferro de Baturité teve início em 1870. A partir de então, começa a se configurar uma “geografia da migração” que tinha como principal referência o caminho por onde as locomotivas passavam. A edificação de mais um trecho da ferrovia, com o erguimento de uma nova Estação, não significava somente mais uma cidade que estreitava distância com a Capital. O lugar que ganhava um “ponto de trem” transmutava-se, durante as secas, em espaço de grande tensão. Um significativo número de flagelados começava a ocupar esses lugares em busca de passagens para a capital.

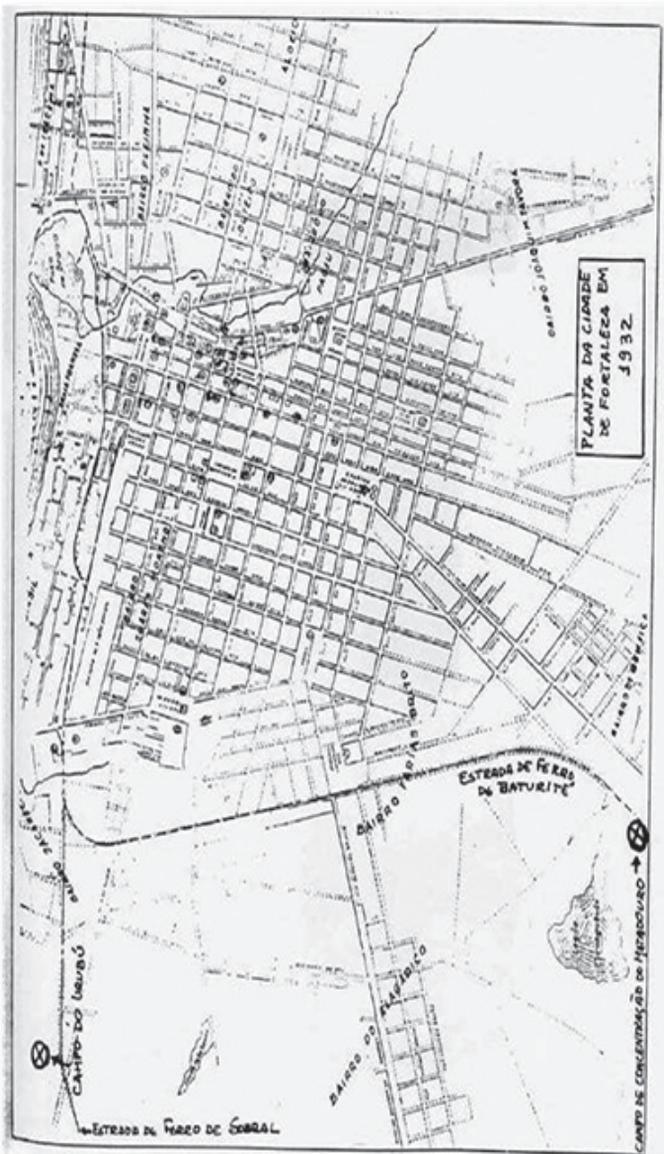
Os trilhos poupavam as extensas caminhadas dos retirantes até a cidade. A vinda dos flagelados era bastante facilitada pelo trem. A estrada de ferro garantia, também, que a grande maioria dos retirantes chegasse viva a Fortaleza. Na seca de 1877, quando não havia Estações no Sertão, todas as famílias perdiam parentes pelos caminhos empoeirados da caatinga.<sup>9</sup>

Na seca de 1932, o deslocamento da população retirante deu-se por caminhos de poeira e ferro. Mesmo com a suspensão da distribuição de passagens, os retirantes continuavam a chegar a Fortaleza, vindos dessas regiões. Era, portanto, nesses centros de aglomerações que o controle do flagelado deveria se impor com maior rigor. Os Campos de Concentração foram erguidos próximos às estações ferroviárias que enviavam o maior número de flagelados a Fortaleza.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> No livro *A Seca de 1915*, Rodolfo Teófilo avalia que, depois das ferrovias, os retirantes resistiam menos tempo no Sertão. Além disso, assegura que os sertanejos conseguiam chegar a Fortaleza com uma condição física consideravelmente boa, diferente de secas anteriores. Com seu olhar de higienista, diz o seguinte: “Pensei encontrar aquelas figuras tão minhas conhecidas nas secas passadas, esqueléticas, repelentes; mas enganei-me. Os retirantes estavam gordos, fortes e rosados” (TEÓFILO, 1980, p. 51). Por outro lado, é preciso considerar que essa descrição de Rodolfo Teófilo faz parte de um conjunto de argumentos que procuravam mostrar que a seca de 1915 não havia sido uma grande calamidade. Há, sem dúvidas, um exagero em suas palavras.

<sup>10</sup> “[...] a estação ferroviária funciona como uma antessala do Campo de Concentração, facilitando o acesso, sem circulação pelas ruas das cidades”. NEVES, Frederico de Castro. *Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995. p. 110.



Mapa da cidade de Fortaleza no ano de 1932 indicando a localização das concentrações de Matedouro e Urubu (apud RIOS: 1998, 74).

Os Campos de Concentração do Sertão foram construídos de modo estratégico: todos foram erguidos em lugares onde existiam, nas proximidades, uma Estação Ferroviária. Desse modo, o Governo procurava diluir as tensões que se constituíam nos “pontos de trem” e, ao mesmo tempo, tentava evitar a migração para capital pelas vias férreas. A localização dos Campos possibilitava um maior controle sobre a vida do retirante. Desse modo, um dos principais espaços de aprisionamento de flagelados era nos arredores das Estações, ou melhor, nos territórios onde o sertanejo procurava trocar a poeira das estradas pelas estradas de ferro.

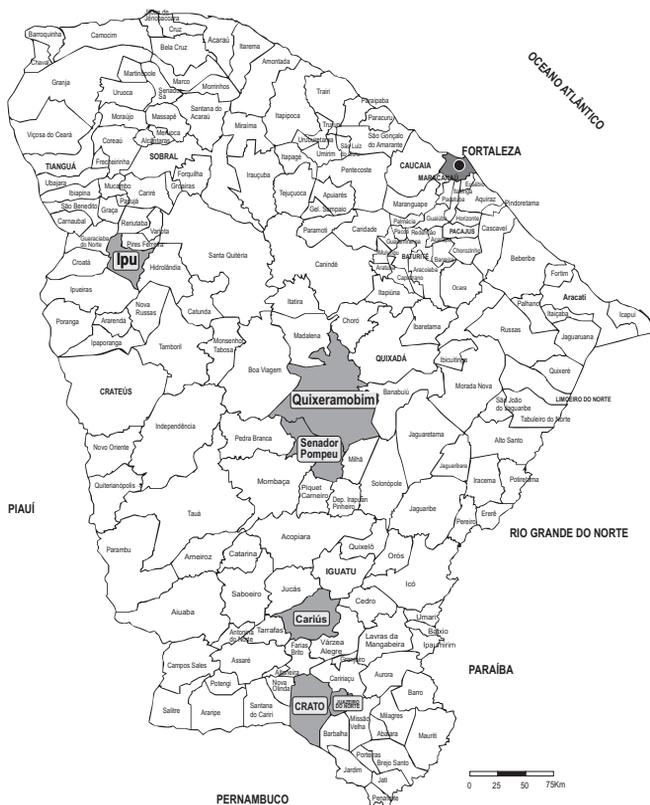
Somente um pequeno trecho da Estrada de Ferro de Sobral atingia a região mais abalada pelas secas, ou seja, o Sertão Central. O movimento migratório nas cidades por onde passava a Estrada de Ferro de Sobral era bem menor do que no trecho compreendido pela Estrada de Ferro de Baturité. As cidades entrecortadas pelos trilhos da Estrada de Ferro de Sobral não apareciam com frequência nos jornais de Fortaleza. O único Campo atrelado a essa ferrovia foi erguido no Município de Ipu, para onde se dirigiram muitos retirantes dessa região.<sup>11</sup>

As duas Concentrações de Fortaleza também foram construídas em lugares estratégicos. Uma ficou às margens da Estrada de Ferro de Baturité e a outra próxima à Estrada de Ferro de Sobral. Mas, mesmo assim, vários retirantes conseguiram chegar às ruas dos bairros onde os ricos de Fortaleza residiam.

Na seca de 1915, a Estrada de Ferro de Baturité estendia-se até o município de Iguatu, localizado no Sertão Central, a região do Ceará que mais sofria em períodos de estiagem. Durante essa seca, a Estação de Iguatu era um dos lugares onde os conflitos ocorriam de um modo mais recorrente.

---

<sup>11</sup> Sobre o percurso compreendido pelas Estradas de Ferro do Ceará. Cf.: FERREIRA, Benedito Gênio. *A estrada de ferro de Baturité*. Fortaleza: Edições UFC, 1989.



Um dos indícios desse espaço de tensões constituído em Iguatu é uma das fotografias publicadas pelo deputado Ildefonso Albano, em seu trabalho intitulado “O secular problema do Nordeste”, publicado em 1918. Nesse livro, que é a reprodução de um discurso proferido na Câmara dos Deputados Federais em 1917, Albano apresenta uma fotografia dos retirantes na estação ferroviária à espera de uma locomotiva. A escolha dessa cena não era arbitrária. A intenção presente no inflamado discurso do referido deputado era mostrar as calamidades da seca. No seu entender, uma das formas de expor a extensão do flagelo era retratar a enorme quantidade de famintos que estavam aglomerados em uma Estação de Trem.



Entre outras, essa fotografia aparece como mais uma “prova do real”: “Estas fotografias, apanhadas em março e abril de 1916, dispensam quaesquer explicações ou commentarios, pois são provas eloquentes e insophismáveis da miséria e soffrimento dos cearenses em tempo de seca” (ALBANO, 1918, p. 3).

Até 1932, poucos são os indícios fotográficos sobre as secas. Para o historiador envolvido em trabalhos que procuram refletir sobre os modos de viver dos trabalhadores da cidade ou do campo, esses poucos indícios são, antes de tudo, um impacto de significativa emotividade. Além do impacto produzido por esses homens, mulheres e crianças que chegam aos olhos do pesquisador, é preciso perceber que esses sujeitos chegaram a nós através de imagens que foram produzidas a partir de determinados objetivos.

As fotografias publicadas por Ildefonso Albano não são somente traços do flagelo que deixou o sertanejo em extremo desespero. Trata-se, também, de documentos históricos que devem ser discutidos a partir de suas condições de produção: é preciso refletir sobre as condições de existência dessas imagens.

Nesse sentido, é necessário destacar que, ao utilizar várias fotografias com o objetivo de mostrar o grande sofrimento do “povo cearense”, Albano procurava sensibilizar os deputados da Câmara Federal. Subjacente a isso, estava uma intenção muito bem delimitada, mas não muito explícita. O discurso desse parlamentar, depois transformado em livro, era uma estratégia para conquista de maiores recursos do Governo Federal destinados ao Estado do Ceará.

O deputado faz a apresentação do seu livro afirmando, inicialmente, que, em conversas com os “collegas da Camara dos Deputados”, havia percebido que muitos não faziam uma “idéia exata” da grande calamidade. Seu objetivo era corrigir essa imagem distorcida. Logo em seguida, assegura o seguinte: “... si destas minhas palavras advier algum benefício para meu Estado natal, dar-me-ei por sobejamente recompensado”.



Ildefonso Albano faz um trabalho de montagem de cenários que focaliza a multidão faminta e os indivíduos na sua miséria particular. Ao que parece, o autor primeiramente mostra a multidão assustadora que invade trens e saqueia vagões, nela não há rostos definidos. Em seguida, singulariza os indivíduos e “prova” o quanto eles são frágeis e, em certo sentido, dóceis. Além de mostrar o sofrimento da multidão, o deputado não esquece de mencionar que o flagelo era também a dor de famílias, de indivíduos.

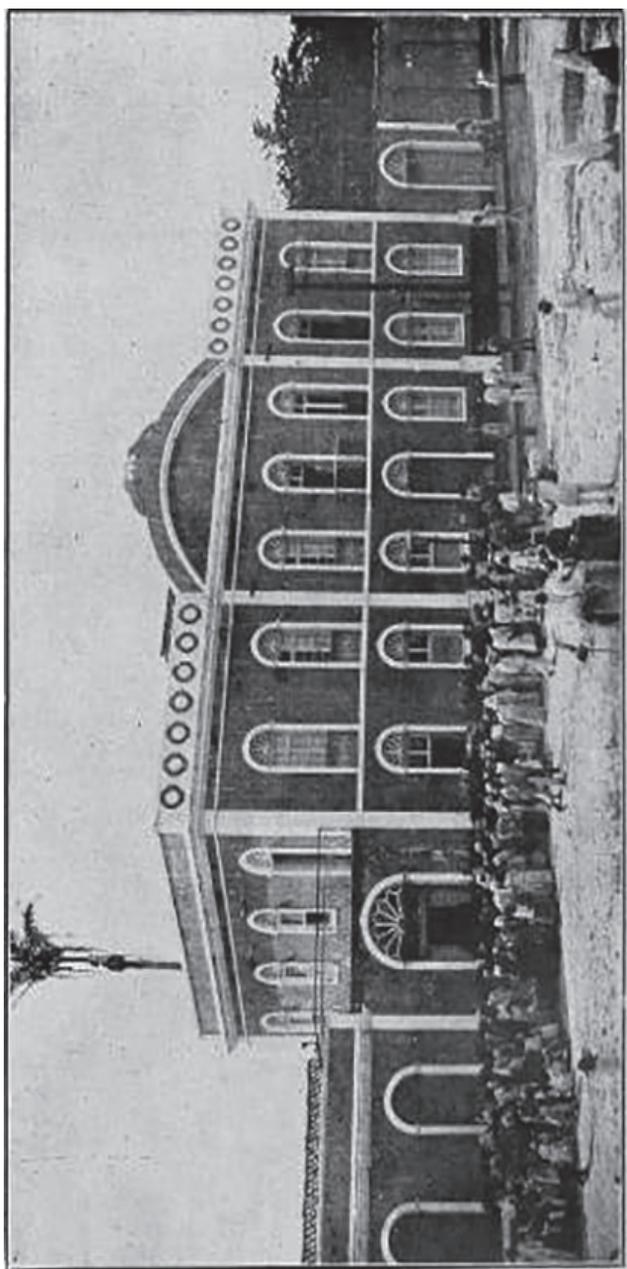
Nas estações férreas, muitos retirantes reivindicavam trabalho. Esses pedidos encontravam eco junto aos comerciantes e fazendeiros interessados no alongamento das ferrovias que iriam facilitar o deslocamento de produtos para exportação. Com isso, nota-se, por parte das elites, uma insistente solicitação no prolongamento das estradas de ferro e da melhoria do Porto de Fortaleza em períodos de seca. Essas duas obras eram fundamentais para o desenvolvimento do comércio e da indústria no Ceará.

Entretanto, as ferrovias não traziam somente o algodão ou o fumo; transportavam, também, milhares de flagelados. Criava-se, então, um paradoxo sobre a construção e o alongamento das Estradas de Ferro: o interesse da burguesia industrial e comercial era consolidar cada vez mais o capitalismo em Fortaleza, no entanto, a estrada de ferro trazia, também, a miséria que se queria longe da capital.<sup>12</sup>

Chegando a Fortaleza, os flagelados se arranchavam nas sombras das árvores e nas calçadas de algumas casas. Durante os primeiros meses de 1932, esse movimento era, até certo modo, permitido. Os flagelados que não tinham parentes em Fortaleza chegavam sem rumo certo, saíam pedindo esmola no comércio ou nas casas mais ricas. Muitos procuravam imediatamente as redações jornalísticas. Tudo indica que os retirantes entendiam a imprensa como um poder público mais acessível ao pobre, pois entre o flagelado e o jornalista havia uma relação imediata. Afinal, uma audiência entre uma família de flagelados e governantes era algo quase impossível de acontecer.

---

<sup>12</sup> Para alguns autores como é o caso de Thomaz Pompeu Sobrinho, as ferrovias não traziam benefícios ao Sertão, ao contrário, acabariam degenerando a pureza do sertanejo, considerado tantas vezes símbolo nacional. Nesse sentido, as ferrovias “integrariam os sertanejos na órbita da vida social e viciosa das cidades litorâneas” (POMPEU SOBRINHO, 1953, p. 34).



No dia 29 de março de 1932, por exemplo, Cassimiro da Silva procura a redação d'*O Nordeste* querendo notificar o seu sofrimento. Chorando, contou a sua história de miséria e relatou o sofrimento, ainda maior, dos seus familiares que permaneceram no Município do Cedro. Depois de tudo, Cassimiro solicitou passagens para que suas irmãs pudessem igualmente chegar à Capital. O jornal conclui a matéria solicitando do Governo passagem para que as irmãs de Cassimiro pudessem fugir do Sertão antes que morressem de fome. Os flagelados entendiam que a publicização do sofrimento singularizado intensificava as medidas de assistência e caridade. Nesse sentido, os flagelados procuravam esses jornais com uma certa frequência e reivindicavam passagens, alimentação, trabalho, roupas...

Por outro lado, o jornal se aproveitava disso para fortalecer politicamente o grupo que representava. O discurso católico de valorização do indivíduo era largamente utilizado no jornal *O Nordeste*. Com isso, o miserável retirante que parecia ter a mesma história de seus milhares de companheiros de peregrinação ganha, nas páginas d'*O Nordeste*, uma trajetória individual com direito a nomes e parentes.

A partir do final do mês de abril, quando a distribuição de passagens para Fortaleza foi suspensa em algumas cidades do interior, a expectativa das elites era pela diminuição dos retirantes nos trens que chegavam. Entretanto, os vagões continuavam a chegar tomados por flagelados. Em 1932, os trens despejavam os flagelados na parte da cidade que ficava mais próxima do mar, onde localizavam-se as últimas estações férreas de Fortaleza. Desse modo, muitos retirantes erguiam seus casebres nas proximidades da praia. Esse aspecto ajuda a entender o processo de constituição das primeiras favelas de Fortaleza. Grandes favelas ainda hoje permanecem às margens da fachada marítima.

A presença dos pobres e da prostituição às margens da praia afastou o interesse da especulação imobiliária por um longo período. Até meados deste século, não havia grande valorização dessas áreas urbanas. Nesse sentido, em 1932, os grupos dominantes direciona-



ram o “embelezamento” da cidade, conservando um certo distanciamento do mar.<sup>13</sup>

Em meados de abril, sete Campos de Concentração foram construídos em todo o Estado, sendo dois na Capital. Com isso, foi intensificado o controle dos retirantes pelas ruas da cidade. Entretanto, com as primeiras chuvas, o Governo ofereceu passagens, distribuiu sementes para o plantio, mas nem todos os retirantes retornaram ao Sertão. Muitos permaneceram em Fortaleza ao final desta seca.

Alguns estudos sobre o processo de favelização em Fortaleza assinalam os anos de 1932/33 como marcos na expansão da periferia de Fortaleza (SILVA, 1992, p. 29). Apesar do rígido controle que se estabeleceu durante esta seca, muitos retirantes permaneceram engrossando as fileiras da pobreza na “Cidade do Sol”.

A fixação dos retirantes nas proximidades dos trilhos foi se alargando por toda a extensão da linha férrea dando origem a uma das maiores favelas de Fortaleza: a favela do trilho, que corta a cidade, em um “estirão”, de uma ponta a outra. Nesse movimento, os retirantes deixaram de ser flagelados e passaram a ser favelados.

## **A folia e a filantropia**

A programação do carnaval do dia 08 de fevereiro de 1932 era anunciada pelo Jornal *O Povo* com bastante entusiasmo. Tudo apontava para o total sucesso dos festejos mominos desse ano. A burguesia fortalezense preparava-se para os bailes luxuosos nos salões privados do *Palacete Mesiano*, do *Ideal Club*, do *Clube de Iracema* e do *Clube dos Diários*.

A partir de 1930, a folia que acontecia apenas nas ruas ganha um novo espaço: os clubes elegantes. Desse modo, os ricos da cidade

---

<sup>13</sup> José Borzachiello da Silva chama a atenção para essa notória desvalorização do mar até meados deste século. Nesse sentido, infere: “Basta observar a planta da cidade para se perceber como os estabelecimentos mais importantes dos primórdios da cidade foram construídos com desprezo pela fachada marítima” (SILVA, 1992, p. 61).

passaram a brincar o carnaval dentro de um isolamento mais eficaz, evitando a participação popular. Com esse espaço mais reservado, “as damas, as senhorinhas e os cavalheiros distintos” tinham um lugar mais apropriado para os seus deleites carnavalescos.

A ensolarada segunda-feira de carnaval foi marcada pelo desfile de carros nas principais ruas da cidade. Nunca se viu tanto carro perseguindo o famoso curso das ruas Major Facundo, Dom Pedro e Floriano Peixoto. Conforme o cronista do jornal *O Povo*, no dia 08 de fevereiro, os automóveis estavam lindamente ornamentados: tinha um que imitava o Zepelim e outros que pareciam cestos de flores. De cima dos carros, os foliões entoavam alegremente as canções de seus blocos carnavalescos. Com feérica animação, travava-se uma grande batalha de serpentinas e lança-perfumes.

No carnaval de 1932, os foliões não tinham suas fantasias ameaçadas pelas chuvas que costumavam cair durante todo o mês de fevereiro. O sol prometia não abandonar a folia daquele ano. Em uma coluna especialmente dedicada àquele carnaval, *O Povo* relatava, com entusiasmo diário, as “alegrias do Rei Momo”. Os cronistas mostravam-se atentos às fantasias dos foliões, considerando-as muito bem produzidas e caracterizadas: cada bloco com suas fantasias correspondentes.

Os clubes luxuosos preparavam-se com todo *glamour* para receber os foliões da última noite de carnaval, dia 09 de fevereiro de 1932. O Clube Iracema aproveitava a coluna d’*O Povo* para avisar que somente os sócios quites com a tesouraria teriam livre acesso à *soirée* da terça-feira de carnaval. O “Jazz Band” animaria a festa no Palacete Mesiano. Conforme a avaliação de um cronista, nada se compararia à terça-feira de esmeralda que o *Ideal Club* reservava para o último assalto de carnaval daquele ano. Essa esperada noite transformaria o Ideal Clube em um “castelo encantado de esmeraldas”.

O *Carnaval das Cores* do Ideal Club era o mais elogiado pelo jornal *O Povo*. Os foliões, a cada noite de carnaval, coloriam o salão com determinada cor. O domingo fora marcado pelo Baile Branco, a segunda pelo Baile Vermelho, ou, como preferiam alguns, a festa do

*Rouge Rouge*. As damas e senhorinhas da sociedade fortalezense compareciam aos bailes obedecendo rigorosamente à norma das cores. Entretanto, o cronista lamenta que uma ou outra senhora não tenha compreendido o sentido da festa, indo ao baile com roupas de outras cores.

No dia seguinte ao baile das esmeraldas, *O Povo* confirmava o sucesso que havia previsto no dia anterior. O baile se prolongou até às 7 horas da manhã da quarta-feira de cinzas, quando foi anunciado o nome das que foram eleitas as “fadas do Carnaval de 1932”. O presidente do clube aproveitou o momento para anunciar a continuação da festa de coroamento das fadas, que seria realizada no domingo da ressurreição. Para finalizar, o jornal anuncia que maiores detalhes desta festa seriam minuciosamente publicados em suas páginas. Afinal, merecia honrosa atenção a primeira “micarême”<sup>14</sup> de Fortaleza. A ideia era dar continuidade às alegrias do Rei Momo, mesmo com o fim do período permitido.

Na quinta-feira de cinzas, dia 11 de fevereiro, *O Povo* publica a crônica “Ecos do Carnaval”, na qual conclui que o carnaval de 1932 fora um grande sucesso:

Ainda na Quarta-feira de cinzas ressoavam no espaço os sons dos hinos carnavalescos, ainda se sentia o aroma dos lança-perfumes. Pelas sarjetas rolavam em todas as cores fitas partidas de serpentina. O Carnaval de 1932 deixara nos foliões uma formidável ressaca. A lembrança saborosa, do Ideal Clube transformado em Castelo Encantado com suas fadas em esmeralda. Foi sem dúvida um lindo conto de fadas...

A partir da década de 30, o carnaval que ganha mais espaço nos jornais é aquele que se desenrola nos salões dos luxuosos clubes.<sup>15</sup> Em 1932, *O Povo* reservou espaço para que os “elegantes cidadãos”

---

<sup>14</sup> Carnaval fora de época. Hoje conhecido como micareta.

<sup>15</sup> Cf. OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. *Fortaleza: velhos carnavais*. Fortaleza, Edições UFC, 1997, p. 119.

elegessem o melhor clube carnavalesco. Sem gerar muita polêmica, as senhoras e senhores distintos da sociedade fortalezense proclamaram o *Ideal Club* como “o récord da alegria e da distinção no carnaval de 1932”. O cronista do jornal *O Povo*, procurando mostrar que também fazia parte da distinta sociedade, comenta que as festas do *Ideal Club* revestiram-se de um “tom alinhado de fidalguia”, sempre mantendo a “etiqueta rigorosa da sociedade fina” (*O Povo*, 11/02/1932).

*O Povo*, porta-voz da burguesia comercial ligada à “Aliança Liberal”, publicou sem constrangimentos os ecos da folia de 1932,<sup>16</sup> afinal, era essa mesma burguesia que lotava os salões dos clubes. Já a burguesia ancorada no conservadorismo católico, que nos anos anteriores protestava contra os exageros das festas carnavalescas, não ficou omissa. O espaço dos católicos na imprensa era representado sobretudo pelo jornal *O Nordeste*, que publicou várias observações desses conservadores sobre o suntuoso carnaval de 1932.

Em artigo datado de 05 de março, *O Nordeste* trazia o seguinte comentário de um preocupado cidadão: “Encontra-se o Ceará alegre...é pena que essa alegria que S. Exa. viu com os próprios olhos na rua e nos clubes carnavalescos da cidade seja apenas como que o sinal dos tempos que estamos vivendo”.

Os católicos tinham, em 1932, uma forte aliada para a fundamentação das críticas ao carnaval. A seca fornecia mais argumentos para essa burguesia se expressar contra os quatro dias de presença do demônio na cidade. Alguns artigos publicados no jornal *O Nordeste* falavam com pesar que, enquanto o Sertão estava faminto, muitos cidadãos entregavam-se às tentações do carnaval. Lembravam que, enquanto a fome e a morte marcavam presença nas estradas de rodagem ou nos serviços de açude e assistência, enquanto centenas de famílias

---

<sup>16</sup> Jornal *O Povo* foi fundado em 1928 com o intuito de fortalecer a campanha tenentista contra a estrutura política da República Velha. Demócrito Rocha, diretor geral do jornal em 1932, fazia parte da comissão Executiva Central do Partido Social Democrático criado a partir da Aliança Liberal.

viviam em constante luto, muitos fortalezenses apinhavam os clubes da cidade. Mostrando esse contraste, afirmavam que Fortaleza passava por uma terrível crise moral. Denunciavam que até mesmo alguns bons católicos estavam entregues às apelações da carne. Os devotos d'*O Nordeste* concluíam que a descristianização social havia se instalado sinistramente na sociedade fortalezense.

No dia 10 de fevereiro de 1932, um outro artigo d'*O Nordeste* fazia ressoar a indignação dos católicos diante da vergonhosa folia: “Sobre os túmulos das vítimas de uma catástrofe horrenda, como foi a crise climática de que ainda não nos libertamos, dançam e folgam, entregues à loucura do carnaval, os representantes do Ceará Alegre”.

Apesar das diferenças, os embates entre essa burguesia associada ao conservadorismo católico e os representantes da Aliança Liberal eram bastante sutis em 1932. Tudo indica que os ricos da cidade ditavam uma postura semelhante diante da seca. Seguindo uma tradição já percebida desde a grande seca de 1877, os burgueses de Fortaleza em intenso diálogo com os poderes públicos estaduais e federais desenvolviam planos e práticas que procuravam controlar os flagelados e assim evitar desordens na cidade. Sempre tentando mostrar valores humanitários, suas discordâncias estavam sobretudo nas formas pelas quais o controle deveria ser efetivado.

Para combater a “desordem” provocada pelos retirantes que iam buscar a sobrevivência em Fortaleza ou em outras cidades, as classes dominantes ficavam relativamente unidas, arrefecendo diferenças em nome do progresso e da segurança na cidade. Todos concordavam em manter os retirantes afastados de Fortaleza. Não havia grandes divergências quanto à efetivação de políticas de isolamento para a população fugitiva da seca. Nos jornais de 1932, as medidas de combate à seca são solicitadas em um só coro: trabalho para os flagelados, construção de açudes, estradas e obras na Capital.

As posições dos grupos políticos dominantes diante da seca também guardam relação com o programa político das Interventorias, implementado pela “Revolução de 30”. Com as Interventorias, as relações dos

Estados com a União, bem como os conflitos políticos locais, sofreram modificações. A missão do Interventor era consolidar, nos Estados, o poder centralizador da União. Para alcançar esse objetivo, o Interventor teria que exercer uma política de conciliação entre os grupos políticos locais.

No Ceará, a interventoria de Carneiro de Mendonça (1932-1933) desenvolveu, com certo êxito, uma política conciliatória entre os grupos locais, tentando fortalecer a ideia de Estado-Nação, que já se colocava desde os primeiros anos da “revolução de 30”.<sup>17</sup>

Os grupos liberais (burguesia comercial e outros profissionais liberais/PSD) e os grupos de conservadores católicos se confrontam de forma relativamente sutil. Os jornais que os representavam, respectivamente, *O Povo* e *O Nordeste*, apresentavam basicamente o mesmo discurso quando a temática era a seca.

O discurso de combate à seca aproximava esses grupos. Porém, enquanto os ricos comerciantes brincavam o carnaval com luxo e requinte, os católicos conservadores estavam rezando por suas almas e pela salvação da moral cristã na cidade de Fortaleza. Através do carnaval de 1932 é possível vislumbrar diferenças entre esses dois grupos dominantes. Estas diferenças revelam um ponto fundante sobre o qual as disputas políticas vão se acirrar em 1933: a moralidade cristã em Fortaleza. Nesse sentido, vale lembrar que uma das principais características do programa da Liga Eleitoral Católica, criada em abril de 1933, era a moralização dos costumes.

Entre os anos de 1932 e 1933, uma das formas mais recorrentes de mostrar civilidade era demonstrar espírito caridoso diante das

---

<sup>17</sup> A primeira tentativa interventora no Ceará foi implementada por Fernandes Távora, pai de Juarez Távora, o principal nome do Tenentismo no Estado. Seu mandato (1930-31) não teve muito sucesso dentro dos chamados princípios da “Revolução Outubrina”. Fernandes Távora representava um grupo político local (em torno da Aliança Liberal do Ceará). Assim não conseguiu exercer uma política conciliatória. O Governo Federal resolve substituí-lo por um militar e “estrangeiro”. Carneiro de Mendonça, vindo do Rio de Janeiro, assumiu um perfil mais “neutro” entre as disputas políticas locais, implementando uma política conciliatória. Desse modo, a prática federal sobre as interventorias procurou despolitizar o poder administrativo, em nome da coesão nacional. (Cf. SOUSA, Simone et al. Fortaleza, a *gestão da cidade*: uma história político-administrativa. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994.

vítimas da seca. Os católicos conservadores e os associados à Aliança Liberal se empenhavam em demonstrar humanismo nas medidas de combate à seca. As obras de caridade vão representar um significativo trunfo nessa disputa política que vai se mostrar mais nítida com a fundação da Liga Eleitoral Católica.

O historiador Geraldo Nobre, um destacado membro do Instituto Histórico do Ceará, ressalta com entusiasmo que os donos das indústrias de Fortaleza eram, nesse tempo, fortemente marcados pela filantropia. Com uma narrativa cheia de elogios ao espírito empreendedor e humanitário dos industriais, o seu livro *O Processo Histórico de Industrialização do Ceará*, publicado em 1989, define o “capitalista cearense” como um “capitalista social-cristão”. Conforme Nobre, a benevolência desses ricos se expressava não apenas nos empregos que geravam, mas também na aplicação de dinheiro em “feitos caritativos e atividades de benemerência”.<sup>18</sup>

A produção do algodão para exportação ou para as indústrias de fiação e tecelagem de Fortaleza era o principal fator que fazia crescer o cofre desses “capitalistas cristãos” do Ceará. Vale lembrar que a principal expressão comercial na década de 30 ligava-se intimamente ao algodão: eram as lojas de tecidos que, em várias propagandas, ganhavam destaque diário nos jornais da cidade. Não é de admirar que o principal apelo publicitário dirigido aos carnavalescos de 1932 viesse das lojas de tecidos, prometendo “várias novidades”.

Os fugitivos da seca no Sertão não se empregavam somente em obras públicas, mas também nas grandes indústrias de Fortaleza. Percebendo a vantagem no emprego dessa mão de obra, a burguesia industrial direcionava os jovens do Sertão para a Escola de Aprendizizes Artífices. Com isso, a mão de obra dos sertanejos continuaria mais barata, entretanto, minimamente especializada.

---

<sup>18</sup> NOBRE, Geraldo. *O processo histórico de industrialização do Ceará*. Fortaleza: SENAI, 1989. p. 220.

As vantagens no emprego dessa mão de obra são mais um elemento na formulação dos protestos de alguns segmentos das classes dominantes contra a emigração de retirantes. Com a emigração, sertanejos que poderiam estar produzindo lucros na sua terra eram, então, entregues à atividade agrícola em outros Estados. O emprego dos sertanejos nessas indústrias também recebia a conotação de amparo. Inspiradas no catolicismo, as classes dominantes de Fortaleza definiam a exploração da força de trabalho do flagelado como caridade.

Conforme a apologética pesquisa de Geraldo Nobre sobre a industrialização no Ceará, o arcebispado de Fortaleza criava sociedades operárias que deveriam funcionar sob o controle da burguesia católica. A figura de “São José Operário” passa a ser largamente utilizada para fortalecer os laços entre os operários e o cristianismo.<sup>19</sup>

A seca de 32 não desestruturou os planos de controle sobre os operários. Ao contrário, o emprego dado aos jovens vindos do Sertão serviu para fortalecer esse controle, na medida em que o contingente de retirantes famintos aumentava a oferta de mão de obra. O excedente da mão de obra possibilitava a demissão dos trabalhadores mais rebeldes.

O carnaval de 1932 não foi anulado e tampouco adiado por causa da crise climática. Ao contrário, os foliões esticaram a festa. Depois da quaresma, o *glamour* do carnaval ainda tomava conta do *Ideal Club*. Os foliões divertiam-se despreocupados, pois não deixavam de cumprir com a obrigação humanitária da caridade. A tão valorizada caridade vinha tanto dos que dançavam sobre os “túmulos dos flagelados” quanto dos que rogavam a misericórdia divina. Contrariamente ao ensinamento bíblico (no qual a virtude da doação está no anoni-

---

<sup>19</sup> Em Fortaleza, as associações e partidos operários começaram a construir movimentos organizados desde as primeiras décadas do século XX. Em 1932, algumas categorias operárias realizavam greves de expressão nacional, como por exemplo, a greve dos funcionários da Light no Ceará. As burguesias comercial e industrial de Fortaleza, preocupadas com o crescimento da força política operária, passaram a incentivar a formação de associações de trabalhadores em determinados moldes. Em 1931, por exemplo, foi fundada a Liga Cearense do Trabalho, uma congregação de várias associações operárias que procurava ter um maior controle sobre o operariado. (PONTE, Sebastião Rogério. A legião cearense do trabalho. In: SOUSA, Simone (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989).

mato), os grupos dominantes sempre estavam publicando, através dos Jornais, seus atos benevolentes, mostrando as práticas caridosas como forma de computar vantagens nas disputas políticas.

Com efeito, vale a pena abrir um pequeno parêntese sobre o carnaval de 1916. Nesse ano, os jornais da Capital publicaram vários manifestos contra a realização da festa momina, por causa da grande seca que, desde 1915, assolava todo o Estado do Ceará. Em meio ao impasse, surgiu a proposta consensual: haveria o carnaval, e o dinheiro arrecadado nas festas seria revertido em apoio aos flagelados da seca. Desse modo, os ricos se divertiriam sem muitos constrangimentos.<sup>20</sup> O discurso para justificar um carnaval em período de seca foi baseado no mesmo princípio – o humanitarismo da caridade.

As burguesias comercial e industrial, que lotavam os bailes de carnaval em 1932, procuravam evidenciar que também estavam cumprindo com o dever da caridade. Conforme o jornal *O Povo* do dia 02 de maio de 1932:

Os Senhores Gomes & Cia. Ltda, conceituados comerciantes de nossa praça, entregaram hontem para os flagelados a importância de 500 contos de réis que foi remetida por seu intermédio pela importante firma R. Peterson & Cia Ltda, da capital da República.

A distribuição de cestas básicas e sopões – atualmente patrocinada pelos ricos de vários grupos religiosos, bem como pelo próprio Estado – ainda não existia em 1932. No entanto, aconteciam na cidade os mais diferentes festivais pró-flagelados:

Terá início hoje às 7 horas da noite, no Salão São Vicente, o festival em benefício dos flagelados promovido pelas alunas do Colégio Santa Cecília. O programa consta de danças infantis, canto e musicais, terminando com uma apoteose, é dos mais atraentes. Espera-se franco êxito e numerosa assistência (*O Povo*, 03/05/1932).

---

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. Op. Cit., p. 99.

Realizou-se hontem um festival desportivo pelos estudantes do Liceu em prol das vítimas da seca. Foi oferecido também um fardo com 60 quilos de xarque pelo Sr. Cipriano Pereira, proprietário da mercearia “A Paraense” (*O Povo*, 03/05/1932).

Os luxuosos salões também foram cenário da caridade dos ricos. *O Povo* anunciava os bailes em prol das vítimas da seca com a mesma dedicação pela qual anunciara os bailes carnavalescos. A noitada dançante do dia 04 de maio, no salão da *Fenix Caixeiral* (Associação dos Comerciantes de Fortaleza), por exemplo, aconteceu em benefício dos flagelados. As gentis senhorinhas e senhores representantes da riqueza comercial e industrial demonstravam grande empenho no auxílio aos flagelados. No final do mês de maio, o jornal *O Nordeste* informava que haveria uma grande festa no Ideal Clube, o mesmo lugar que aparecera nas páginas do jornal *O Povo* como o mais requintado cenário do carnaval de 1932. De acordo com as previsões, a Festa deveria encher os salões do Ideal Club “com o que Fortaleza tinha de melhor no seu meio social”. Não se tratava de mais um baile de carnaval fora de época. O objetivo da festa era bastante significativo: a construção de um asilo para alienados (*O Nordeste*, 21/05/1932).<sup>21</sup>

Semanalmente, o jornal *O Povo* anunciava dois ou três eventos de amparo aos miseráveis. Eram realizados bingos, festas dançantes, torneios esportivos, festivais de música ou dança, apresentações teatrais, exibições de jograis infantis, quermesses, sorteios...

No dia 25 de julho de 1933, os católicos, através d’*O Nordeste*, anunciavam que a dedicação aos miseráveis tinha continuidade, contando com detalhes como transcorreria o festival em prol dos fla-

---

<sup>21</sup> Nesse sentido vale a pena discutir as considerações de E. P. Thompson: “la liberalidad e la caridad deben verse como actos premeditados de apaciguamiento de clase en momentos de escasez e extorsión premeditada (bajo la amenaza de motín) por parte de la multitud: lo que es (desde arriba) un “acto de concesión”, es (desde abajo) un “acto de lograr”. (THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta e consciencia de clase*. 3. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989).

gelados no dia anterior. Enfatizavam que o evento não fora uma festa de arte nem de luxo, pois os participantes haviam sido os próprios pobres. Conforme o cronista, a presença do Pe. José de Magalhães ajudara espiritualmente “os coitados”. No seu sermão, durante o humanitário almoço, o vigário alentara os desprotegidos, pedindo-lhes que se conformassem com a pobreza. Afinal, o próprio Jesus Cristo nascera pobre e morrera pobre, entre dores e agonia.

A caridade dos católicos abastados procurava manter a ordem da cidade que queria ser civilizada. Tudo indica que o grupo dos católicos mais conservadores era um significativo referencial de civilização que os ricos de Fortaleza buscavam naquele momento: o controle dos retirantes realizado por meio de práticas humanitárias e religiosas. Para a classe dominante, formada sob a égide do conservadorismo católico, o exemplo de Jesus Cristo era, pelo menos na aparência, um forte argumento para deixar os pobres passivos diante da calamitosa miséria. Nessa perspectiva, prega-se que o grande problema seria a pobreza espiritual e não a pobreza material. Lembravam que, nas palavras do Evangelho, os pobres merecem a glória e o Reino de Deus.

Até o Vaticano contribuiu para o amparo das vítimas da seca. De acordo com *O Nordeste* do dia 03 de agosto de 1932, o Santo Papa destinou 40 mil liras para os que não se encontravam em condições de trabalhar nas obras de emergência. Esse dinheiro foi enviado para a “obra do almoço cotidiano aos pobres”, dirigida pelas “piedosas e abnegadas” filhas de S. Vicente. Por outro lado, os grupos caridosos ligados à Igreja Católica advertiam que somente a distribuição de alimentos não era o bastante. O mais importante, nessas épocas de crise dolorosa, era a “cura das almas”, a salvação do espírito. Dessa maneira, os católicos colocavam-se como o grupo que oferecia a melhor e a mais completa ajuda aos que sofriam, patrocinando auxílio material e anímico.

O fortalecimento político dos Católicos levou à fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC). Para a representação do Ceará na Assembleia

Constituinte de 1933, a LEC saiu vitoriosa: elegeu 06 deputados constituintes, enquanto o Partido Social Democrático elegeu apenas 04.

O controle dos flagelados na Capital procurava parecer o mais civilizado e humanitário possível. O tratamento dado à seca não deveria contrariar, portanto, a forma pela qual a burguesia da cidade procurava acelerar o “desenvolvimento urbano” que despontava naqueles anos. Por outro lado, percebe-se que as práticas assistencialistas dos católicos conservadores (bem como de seus opositores) faziam parte de suas estratégias de “marketing” para a conquista de um maior espaço político.

### **A luz do progresso**

No dia 16 de março de 1932, foi anunciada a liberação de dois mil contos para o início das obras do Porto de Fortaleza.<sup>22</sup> O fato foi bastante comemorado pelos fortalezenses que entendiam a prioridade de tal obra. Dois dias depois, desaba o teto de um conhecido prédio na cidade: o vergonhoso Mercado de Cereais vem ao chão. Anunciava-se, com alívio, que o acidente ocorrera sem machucar ninguém: o teto veio abaixo quando todos os operários haviam saído para o almoço. Seis meses depois do desabamento, o jornal *O Povo* publica a matéria “O Novo Mercado de Frutas e Cereais”, ilustrada por uma fotografia cujo ângulo procura pôr em relevo a grande área ocupada pela construção, bem como o seu *design* moderno:

Avulta como obra de grande porte, a construção desse mercado. [...] constituindo essa construção um velho anseio da população do município de Fortaleza e uma das necessidades mais prementes à vida da cidade, bastando para demonstrá-lo relembrar as humilhantes condições de asseio e higiene do anti-estético barracão que até agora tem servido a título de mercado [...] Terminada a construção, vê-se que representa um largo passo de

---

<sup>22</sup> Cf. MOTA, Leonardo. Dados e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto Histórico*, Fortaleza, n. 59, 1953, p. 119.

progresso pra esta capital, que fica assim dotada de um mercado a altura do seu adiantamento (*O Povo*, 22/10/1932).

Logo que a seca de 1932 foi oficialmente declarada, começaram as campanhas pela construção e reforma de algumas ruas e edificações. Algumas dessas obras eram concluídas rapidamente. Outras, como a reforma do porto, exigiam um empenho maior das elites urbanas. O comemorado anúncio de 16 de março de 1932, que informava o destino de dois mil contos para a construção do Porto, representou apenas uma primeira vitória. Tudo indica que o projeto desejado custaria muito mais que essa quantia inicial. Foi necessária uma grande campanha em prol de sua construção. Este melhoramento significaria um incremento no câmbio de mercadorias entre o Ceará e os demais estados brasileiros. Além disso, a burguesia comercial percebia no turismo outra fonte de riqueza para a Capital. O porto seria, portanto, uma porta de entrada e saída de mercadorias e de turistas.

As impressões dos turistas ajudavam nos esforços pela destruição e reconstrução das edificações consideradas vexatórias. *O Nordeste* acompanhou o percurso dos excursionistas do *Touring Club* e assim descreveu algumas sensações que a viagem deixou:

Ouvimos, a bordo, da parte dos excursionistas, os mais elogiosos termos à formosura desta “loira desposada do sol” – se não fosse este porto horrível – dizia um deles – seria ideal. [...] uma coisa nos parece calou muito mal no ânimo de todos. Não foi a seca, não senhores. A seca não era surpresa. Surpresa, e ruim surpresa, devem ter encontrado no imundo Mercado de Frutas [...] Deus nos faça o governo Federal bastante exigente para que o velho e sujo barracão da Capistrano desapareça logo, para dar lugar ao elegante e majestoso edifício dos Correios e Telégrafos (*O Nordeste*, 16/06/32).<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Atualmente, o discurso de aperfeiçoamento do turismo em Fortaleza serve de argumento para muitas obras. Recentemente, a cidade inaugurou um moderníssimo aeroporto internacional. A prioridade de tal obra se colocou em evidência com o uso de argumentos, de certa forma, semelhantes aos que fundamentaram as melhorias do Porto de Fortaleza em 1932.

O mencionado mal-estar causado aos turistas que visitavam a “loira desposada do Sol”, como diz o jornalista, representava mais um elemento de pressão e direcionamento para o uso das verbas federais que chegavam em maior volume nos anos de seca.

De acordo com essa reportagem publicada n’*O Nordeste*, os fatos inesperados mereceriam imediatas providências. A seca não era surpresa. O surpreendente mesmo era o “immundo Mercado de Frutas”, maculando a chamada “loira desposada do Sol”. Esperava-se, então, que Deus abrisse os olhos do Governo Federal para a resolução imediata de tal situação.

O jornalista usa uma metáfora que, desde o final do século XIX, é (re)apropriada por políticos e intelectuais para definir os encantos de Fortaleza. A imagem poética que define a cidade como “a loura desposada do sol” foi constituída no soneto “Fortaleza”, do cearense Francisco de Paula Ney (1858-1897):<sup>24</sup>

Ao longe, em brancas praias, embalada  
Pelas ondas azuis dos verdes mares,  
A Fortaleza – a loira desposada  
Do Sol – dormita, à sombra dos palmares.

Loura de sol e branca de luas,  
Como uma hóstia de luz cristalizada  
Entre verbenas e jardins poisada  
Na brancura de místicos altares

Lá canta em cada ramo um passarinho,  
Há pipilos de amor em cada ninho,  
Na solidão dos verdes matagais...

É minha terra, a terra de Iracema,  
O decantado e esplêndido poema,  
De alegria e beleza universais

---

<sup>24</sup> Cf. ARAÚJO, Raimundo. *Poetas do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1989, p. 31.

A Fortaleza de Paula Ney é uma cidade bucólica. Através de imagens românticas que exaltam elementos da natureza, o poeta constrói sua veneração em torno da amada cidade. A luz de Fortaleza é a luz do sol, em religiosa harmonia com o canto dos pássaros, com o verde dos matagais e o branco do luar.

O jornalista d'*O Nordeste* coloca a luz do sol como símbolo e síntese do progresso de Fortaleza, que se materializava na construção de prédios modernos, nas ruas alinhadas ou em outros “melhoramentos urbanos”. O sol surge, mais uma vez, para dar visibilidade à beleza da cidade. No entanto, em 1932, seus encantos não são apenas naturais. Encontram-se, também, nos lugares edificadas pelo poder de seus ricos habitantes. A enunciação do romance da cidade com o “astro rei” tornou-se o principal cartão de visita da cidade. Nos jornais de 1932, Fortaleza é associada a vários adjetivos relativos à sua integração com o sol: Noiva do Sol, Loira desposada do Sol, Princesa do Sol...

Para o sertanejo, a imagem do sol pode significar o anúncio da morte. Nos anos de seca, o sol do Sertão simboliza tristeza e dor. O sol dos poetas bucólicos – que põe Fortaleza em mística harmonia com a natureza – e o sol dos empresários e jornalistas associados à valorização do turismo – que coloca Fortaleza em sintonia com o progresso – não deixam espaço para o sol do flagelo. Na iluminada Fortaleza, o raio do sol mortificador – traduzido no sofrido corpo do retirante – não é bem-vindo.

A partir de 1933, a seca passava a fazer parte da pauta constitucional. Na constituição de 1934 foi estabelecido que, sob o custeio da União, seria traçado um plano orçamentário permanente nas atividades de combate à seca. O início dessa discussão deu-se no primeiro ano da “revolução outubrina”. Nesse sentido, a seca de 1932 já foi beneficiada com o aumento de verbas enviadas para o Nordeste, fato bastante aproveitado pela burguesia fortalezense.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> “O dispositivo Constitucional de 1934 estabelece: Art. 190 – A defesa contra os efeitos das secas no Nordeste obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que despenderá, com as obras e serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento de sua receita total”. Cf. AGUIAR, Pinto de. *Nordeste: o drama das secas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

Com base numa dose tríplice de intenções – o melhoramento do Porto de Fortaleza, a construção de um novo mercado de frutas e um “elegante e majestoso edifício para correios e telégrafos” – os pedidos da burguesia, sempre publicados na imprensa, não se direcionavam ao poder municipal nem estadual: remetiam diretamente ao Governo Federal.

É interessante observar as urdiduras com as quais se constroem os discursos das classes dominantes de Fortaleza durante a seca. Em determinados momentos, sobretudo no início de 1932, a urgência primeira no combate à seca era controlar os flagelados, na intenção de proteger a integridade de Fortaleza. Em outros momentos, a prioridade recai sobre o melhoramento urbano. Mas o controle dos retirantes e o desenvolvimento da cidade não são práticas excludentes. Ao contrário, o desenrolar dos projetos de melhoramentos para a cidade era uma das formas de disciplinamento dos sertanejos acosados pela intempérie.

Em períodos de seca, a utilização da mão de obra dos flagelados no prolongamento das Estradas de Ferro de Sobral e de Baturité, na construção de estradas de rodagem e de açudes era mais facilmente justificada, porque se relacionava diretamente com a ideia de amenizar o sofrimento dos sertanejos em secas futuras, além de oferecer trabalho imediato para os famintos. Acreditava-se que as estradas de ferro e de rodagem levariam ares de progresso ao Sertão, transportando a civilização até o sertanejo, tornando-o, portanto, mais preparado para enfrentar as estiagens. Para a época, a construção de açudes tinha uma justificativa ainda mais óbvia: para acabar com a seca, a saída era prender as águas.

Ao mesmo tempo, as obras de melhoramento da cidade eram justificadas pelo discurso de combate à seca, entendido, nesses casos, como a urgente salvação (e controle...) do flagelado e a prevenção de outras secas mediante a construção de açudes, misturando-se com o desejo de progresso da cidade. Contudo, tentava-se dar a essas obras a mesma importância das obras no Sertão. Em certa

medida, as obras na cidade eram justificadas pela necessidade da assistência aos retirantes.

Em 1932, a Capital deu largos passos em seu desenvolvimento. Obras amplamente solicitadas pelos seus nobres cidadãos foram construídas em prazos imediatos. Claro exemplo disso é a construção do edifício dos Correios e Telégrafos. Em entrevista ao jornal *O Nordeste*, de 17 de junho, o engenheiro Romeu de Albuquerque Gouveia afirmou que seriam construídos prédios para os Correios e Telégrafos em várias localidades do Ceará. E acrescentou: “O de Fortaleza será um edifício majestoso”. O novo prédio dos Correios e Telégrafos em Fortaleza foi inaugurado no dia 27 de julho do mesmo ano.

Os pedidos eram abundantes e raramente ficavam frustrados. A intensa utilização da mão de obra flagelada, aliada a um determinado direcionamento dos recursos federais, dava mais impulso ao progresso urbano de Fortaleza. A cidade convivia com uma das maiores secas do século XX. Entretanto, seus jornais não hesitavam em afirmar: “Fortaleza é uma das capitais mais progressistas do Norte e quiçá do paiz inteiro” (*Gazeta de Notícias*, 22/06/33). Em várias ocasiões, os jornais anunciavam o embelezamento da cidade:

Fortaleza inegavelmente, aformoseava-se dia a dia, com o ajardinamento de suas novas praças e abertura de novas ruas, e para que ella possa, dentro em pouco, attingir às proporções de Recife ou Belém, é preciso que não haja esmorecimento nos trabalhos municipais (*Correio do Ceará*, 14/04/32).

Os discursos eram incansáveis na tentativa de impulsionar o desenvolvimento da cidade. A relação de benefício com a calamidade climática era, algumas vezes, muito explícita. Depois de solicitar providências do governo para o emprego dos flagelados, o jornal *O Nordeste* afirmava: “As crises climáticas periódicas têm sido para a nossa terra o factor de destruição das nossas riquezas, mas, ao mesmo tempo, o maior elemento de progresso do nosso meio econômico” (22/04/1932).

A seca de 1932 foi largamente utilizada para a construção de obras na Capital. Entretanto, esse não foi o momento pioneiro de utilização do flagelo para as chamadas “melhorias urbanas”. Já na seca de 1877 essa prática começara a ganhar maior fôlego.

Na seca de 1877 vários flagelados foram para Fortaleza, procurando escapar da fome e da sede. Contudo, nem todos os retirantes significavam um problema para a Capital. Muitos sertanejos representavam, também, uma mão de obra quase gratuita na construção e restauração de calçadas, calçamentos, casas, entre outras obras de melhoramento urbano.

Em muitos documentos oficiais do fim do século passado, como nos Relatórios dos Presidentes de Província, a seca aparecia como o principal elemento retardador do processo de desenvolvimento. A mensagem do Cel. Estelita Pessoa de 02 de julho de 1877 apresentava a seca como causa de quase todos os males enfrentados pelo Ceará. Nas suas palavras, a estiagem paralisava todas as “fontes de vida” da província. Entretanto, a seca de 1877 foi, também, o período no qual a mão de obra do flagelado começou a ser utilizada de modo mais sistemático para o desenvolvimento da Capital.<sup>26</sup>

Em 1932, os Campos de Concentração e várias frentes de serviço procuravam prender o sertanejo no Sertão. Entretanto, muitos retirantes conseguiram chegar à Capital. Nas ruas de Fortaleza, muitos flagelados eram recolhidos e alocados em várias obras, como a construção de calçamentos e prédios. A seca de 1932 foi uma das mais utilizadas, até então, para a edificação de obras na cidade de Forta-

---

<sup>26</sup> As medidas governamentais relacionadas ao uso da força de trabalho do flagelado ganham significativa importância nesta seca. De acordo com o relatório de presidente de Província, Cel. Estelita Pessoa: “Dar ocupação as classes laboriosas, empregando-as em trabalho de utilidade pública, e utilizando essas forças individuais, inactivas e sem destino foi um pensamento que converteu-se em opinião, e uma opinião que converteu-se em derredor de si a adesão geral e voto solução – o attenuar a crise por meio do trabalho, tirando partido dos socorros públicos para realizar melhoramentos de incontestável proveito, bem como casas para quartéis, cadeias, escolas, matrizes, etc.” Fala com que o Exmo Sr. Desembargador Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, Presidente de Província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembleia no dia 02/07/1877.

leza. Em 1877, essa prática ganha impulso, mas em 1932 é plausível considerá-la consolidada.

O historiador Raimundo Girão, prefeito da capital entre 1933 e 1934, avalia, em seu livro *Geografia Estética de Fortaleza*, que “[...] só em 1932 é que novamente se pensaria, com disposição de fazer, na elaboração de um plano de urbanização. Prefeitos municipais realizadores [...] ajardinaram praças e construíram obras [...]”.<sup>27</sup> Vale ressaltar que esse plano de urbanização para Fortaleza em 1932 alimentou certo debate entre políticos locais. Uns achavam que não era o momento de se gastar tanto dinheiro em novo planejamento urbano. Outros consideravam urgentíssimo o remodelamento das ruas e avenidas da cidade. Ao fim e ao cabo, Raimundo Girão, que assumira a prefeitura em 1933, considerando inadiável a implementação do plano de urbanização, o torna efetivo no mesmo ano.

No livro *Fortaleza Velha*, do cronista João Nogueira, um capítulo é dedicado às ruas e praças da cidade entre 1856 e 1936. Nogueira apresenta o nome das ruas seguidas do ano de inauguração. O autor elenca 163 ruas. Pelo seu registro, constata-se que, durante as secas de 1879, 1888 e 1932 foram construídas ou reformadas 98 ruas. Destas, 14 ruas foram inauguradas em 1879, 38 em 1888 e 46 em 1933. Percebe-se que, nessas três grandes secas, o número de ruas inauguradas é significativamente maior que em períodos de chuva. Esses números são, portanto, fortes indícios sobre o uso das crises climáticas por parte dos poderes urbanos.

Calçamentos, novas avenidas e cuidados especiais com a fachada das casas ou suas calçadas também garantiam à “Capital do Sol” novos pseudônimos:

Calçamentos, novas artérias e jardins. O Governo Municipal de Fortaleza vem preocupando-se com o embelezamento de nossa Capital, sem dúvida alguma a “Princesa do Norte” [...] Inúmeros

---

<sup>27</sup> (GIRÃO apud PONTE, 1993, p. 61).

os jardins e as artérias que se têm aberto, bem como crescida vai sendo a metragem de calçamentos novos e dos remodelados. Agora o Major Tibúrcio Cavalcante, com o desejo de realizações e embelezamento da “loura desposada do sol” [...] É uma artéria larga, que facilitará o trânsito naquela parte da cidade, de grande necessidade, já que se fala, na construção do Porto do Mucuripe [...] Pedimos ainda ao Sr. Prefeito a construção onde melhor convier de uma praça excelente [...] (*Gazeta de Notícias*, 15/02/33).

Fortaleza, além de “Noiva do Sol”, passava a ser denominada como “Princesa do Norte”. Para a multiplicação de títulos, a cidade contava com grande empenho de seus habitantes ricos na solicitação do melhoramento de suas “artérias e praças”. Raramente um único pedido era apresentado. A construção de uma nova obra era apreciada, aplaudida, mas logo outra solicitação era colocada em questão. O Porto do Mucuripe, por exemplo, continuava sendo lembrado sempre que a ocasião permitia.

A construção do porto de Fortaleza se figurava como a obra mais difícil de se realizar. Em janeiro de 1933, as campanhas continuavam e as justificativas se diversificavam:

Parece que a providência na sua sabia regência dos fenômenos gerais da natureza quer mostrar aos homens – aos homens do governo – que o porto de Fortaleza deve ser feito sem mais demoras. É uma necessidade que se impõe. Com a calamidade da seca a importação de todos os gêneros de primeira necessidade tornou-se volumosa, e devido a falta de um porto produziu-se o congestionamento no desembarque de mercadorias. O Ceará clama por um porto (*Gazeta de Notícias*, 12/01/33).

Neste discurso, a seca surge para mostrar às autoridades que é imprescindível reformar o porto. A “providência divina” fez, portanto, uma pesada interferência para alertar sobre as necessidades da cidade. O grande flagelo de 1932 possuía, assim, um claro objetivo: mostrar a urgência de um novo porto em Fortaleza.

A primeira versão do Porto de Fortaleza começou a ser construída em 1860. Durante a seca de 1877 foi uma obra bastante solicitada, mas somente em 1891 teve sua primeira versão concluída. Em 1932, o empenho pela reforma e melhoria do Porto era frequente. Já nos primeiros meses de seca, despontou como uma das principais solicitações para o melhoramento da cidade. Aprovaram-se verbas para o início da obra, no entanto a avaliação de um engenheiro, enviado pelo Governo Federal para examinar as necessidades do empreendimento, resultou na suspensão das atividades de reforma do Porto ainda em maio de 1932 (*O Povo*, 11/05/1932). As solicitações de retomada das obras tornaram-se constantes durante o ano de 1933, mas de nada adiantaram.

A cronologia de Leonardo Mota, *Datas e Fatos Para a História do Ceará*, referente ao ano de 1932, registra um número representativo de obras em andamento. Até o belo Passeio Público – símbolo do aformoseamento da cidade – passou por reformas no ano de 1932. Tudo indica que os projetos urbanos arquivados em outros tempos tinham naquele período a grande oportunidade de se realizar, como, por exemplo, o Mercado de Frutas.

Nesse ano, é inaugurado o “Excelsior Hotel”, considerado, na época, o primeiro arranha-céu de Fortaleza. Conforme *O Povo* do dia 04 de maio de 1932: “Chamam ‘arranha-céu’ os edifícios elevados, que, de tão altos, parecem emergir da cúpula azulada, onde cremos, firmemente, existir a estrada luminosa que nos conduz à presença de Deus”.

No desenho que acompanha essa matéria d’*O Povo*, o arranha-céu ergue-se imponente e chega a tocar as nuvens. Vários aviões estão sobrevoando a sua cobertura. Há, também, três paraquedas caindo. A apresentação figurativa do edifício sugere o impulso de modernidade pelo qual passa a cidade naquele momento, bem como o progresso que almejava alcançar.

A inauguração do Hotel Excelsior é um dos indícios sobre o desenvolvimento do turismo em Fortaleza. Acreditava-se que a

“Noiva do Sol” estava no caminho do progresso. Desse modo, a cidade, além de possuir seus encantos naturais, poderia, também, oferecer os confortos e as atrações do “mundo civilizado”.

O primeiro grande cruzeiro interestadual, trazendo excursionistas do sul para o nordeste, ancora em Fortaleza no dia 14 de junho do seco ano de 1932. Conforme *O Nordeste*, “Vale bons comentários a impressão agradabilíssima que os viajantes do ‘Touring Club’ estão tendo de nossa capital” (*O Nordeste*, 16/06/32). De acordo com o jornal, os excursionistas ficaram encantados com a beleza da “loura desposada do sol”.

A seca também foi apresentada aos ilustres visitantes. O flagelo apareceu, aos excursionistas, cercado por muros e vigiado por guardas:

[...] em nossa companhia visitaram o Campo de Concentração de Flagelados em Pirambú, recolhendo naquele diminuto mostruário os efeitos da seca [...] Os ilustres viajantes deixaram a quantia de cinco contos de réis em benefício dos flagelados da seca, no Ceará (*O Povo*, 14/06/32).

Entre os pontos turísticos da cidade em 1932 estava o Campo de Concentração. A miséria tornava-se espetáculo para os excursionistas. Como “tipos exóticos” devidamente enjaulados, os flagelados eram expostos aos olhares do Sul. Ao que parece, os cinco contos de réis deram aos turistas a sensação do dever cumprido. Mais uma vez, a burguesia amenizava a imagem trágica do sofrimento dos pobres em nome da caridade.

É plausível considerar que a visita ao Campo de Concentração reavivaria a memória dos turistas sobre o flagelo que assolava o resto do Estado e que também chegava à Capital. Era importante não ocultar totalmente aos visitantes os horrores da seca. Afinal, era a projeção dessa imagem que garantia a vinda mais abundante de recursos financeiros. Aquele mostruário de seca revelava o flagelo de uma forma controlada. A demonstração do flagelo no Campo de

Concentração provava aos sulistas a trágica existência da seca, ao mesmo tempo que assegurava a imagem de um bom uso dos recursos enviados pelos ricos do Sul ou pelo Governo Federal.

Na corrida em direção ao progresso, Fortaleza vislumbrava transformações urbanas que exigiam mudanças no conjunto de leis e projetos de urbanização. Durante a seca de 1932, a cidade ganha, além de um novo plano de direcionamento urbano, outro código de posturas.

Com a seca, Fortaleza ganhava novos habitantes: os retirantes que não voltavam para o Sertão e que ocupavam espaços cada vez maiores na cidade. Esse movimento era também um dos importantes elementos para a elaboração periódica dos códigos de postura na cidade de Fortaleza.

O código de posturas com menor vigência em Fortaleza foi o de 1870. Com pouco tempo, ou seja, em 1879, outro código foi anunciado. Tudo indica que a seca de 1877/79 trouxe importantes elementos a serem considerados no conjunto de leis que estabelecia as normas de convívio na cidade. A tragédia mortuária da seca de 1877/79 talvez explique a urgência de um novo código de posturas durante esta seca. Além disso, muitos retirantes tornaram-se novos habitantes da cidade. A cidade crescia e, desse modo, necessitava de uma renovação das normas. Renovação que encontrava largo apoio no saber médico.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> O saber higienista ganhou, no final do século XIX, espaço institucional. Os diferentes poderes urbanos – governo e burguesia comercial – passaram a utilizar o discurso da higiene como a “solução de todos os problemas”, tais como: ruas mal alinhadas, avenidas estreitas, pobres dispersos, casas e prédios mal feitos. Com a institucionalização da higiene, o seu discurso passa a ser também um representante governamental. O Sr. Caetano Estelita Pessoa, em seu relatório administrativo referente ao ano de 1877, anuncia: “Em quanto as leis da hygiene não forem consultadas e seguidas como o elemento mais poderoso e o meio preventivo mais útil para aparar os golpes das epidemias [...] não será possível contemplar um estado sanitário sempre lisongeiro e afastar os olhos desses males que tomam posição na lista dos sofrimentos humanos” (Relatório do Presidente de Província Cel. Estelita Pessoa, apresentado à mesa administrativa no dia 02/07/1877). As medidas governamentais em face da seca de 1877 foram legitimadas, sobretudo, pelo “poder da hygiene”. Nesta seca, largos passos foram dados no aperfeiçoamento das práticas de controle dos retirantes na cidade.

Além de traçar com maiores detalhes a fachada das edificações, o tamanho das calçadas, os materiais de construção e a largura das ruas, o código de posturas de 1879 ampliava, de modo explícito, a vigilância dos poderes médicos. Dando maior espaço para as práticas de higiene, o novo código orientava regras para a limpeza da cidade, proibia a criação de certos animais, regulamentava lugares adequados para os dejetos fecais, reforçava os cuidados com a compra e venda de gêneros alimentícios e fortalecia a obrigatoriedade da vacinação.<sup>29</sup>

O código de 1932 expressava o desejo da burguesia de se diferenciar dos demais habitantes da urbe. Em 1932, as “periferias” vão ganhando mais espaço na Fortaleza que, de acordo com esse código, apresenta-se dividida em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural. Assim, determinados comportamentos que, em geral, não existiam mais nas localidades centrais, continuavam comuns nas zonas suburbanas: a proibição da criação de porcos e galinhas em vias públicas não se destinava à zona central ou urbana e sim às zonas suburbana e rural. Desse modo, tornou-se possível direcionar melhor determinadas normas. Por exemplo: a metrificação das calçadas, das fachadas das casas e dos muros era somente exigida para as zonas central e urbana.

Algumas cidades existentes em Fortaleza recebem, em certa medida, o reconhecimento oficial. Porém, a cidade dos retirantes e dos miseráveis não obedecia muito bem ao traçado dos códigos de postura. Os pobres continuavam “ocupando” a fronteira proibida. Essa cidade transgressora era, na medida do possível, punida com o isolamento.

A zona central, privilegiado espaço dentro da cidade, era composta sobretudo pelas casas comerciais e pelos bairros mais nobres.

---

<sup>29</sup> Nesse sentido, vale lembrar que um dos seus artigos estabelece o surgimento de um novo personagem na cidade: o Inspetor de Quarteirão. O inspetor de Quarteirão era o indivíduo encarregado de descobrir os fugitivos da vacinação. Quando desvendava os indisciplinados do seu quarteirão, o inspetor deveria fornecer uma guia que encaminhava para a vacinação. O Inspetor deveria, também, perseguir o senhor de escravos que não levava os seus negros para vacinar.

Vale ressaltar que quase todos os pedidos de melhoramento para a cidade restringiam-se à zona central ou à zona urbana. Seus habitantes se confundiam, em certo sentido, com o poder público. Trocavam com o governo opiniões sobre a melhor forma de administrar a cidade.

Os planos de melhoramento para Fortaleza em 1932 incluíam a inauguração de seu segundo cinema falado.<sup>30</sup> Conforme o Jornal *O Povo* do dia 28 de abril de 1932, “a introdução desse notável melhoramento nesta casa de filmes, dá ensejo a que as pessoas que não são ricas possam conhecer esse adeantado passo da cinematografia, pois o ‘Magestic’ tem agora localidades de segunda classe” (*O Povo*, 28/04/1932).

Nessa visão, o progresso aparece como a possibilidade de democratização do cinema. O acesso dos mais pobres somente é assegurado no momento em que lhes é reservado um lugar definido. Quanto mais a cidade cresce e se desenvolve, mais ela precisa criar espaços de isolamento para a pobreza. O isolamento não é representado apenas pelos lugares murados e/ou vigiados. No caso do cinema e de outros estabelecimentos públicos, essa divisão era estabelecida de modo mais ou menos explícito. Desse modo, procurava-se fugir do risco de pobres e ricos se misturarem.

Uma importante referência dessa divisão é o já citado Passeio Público, que, desde o final do século XIX, possuía três territórios: no mais alto e mais elegante pavimento encontrava-se a alta burguesia da cidade. No segundo pavimento, menos pomposo que o primeiro, ficavam os considerados medianos, nem tão chiques nem tão pobres. O terceiro pavimento dava aos pobres a oportunidade de também se encontrarem no famoso lugar, no entanto, sem a mesma suntuosidade daqueles que os observavam do alto. O “Passeio Público” era um expressivo símbolo da segregação social dos espaços urbanos em Fortaleza. Convém observar que essas linhas divisórias no tecido urbano nem sempre são definidas oficialmente. As próprias formas pe-

---

<sup>30</sup> Cf. PONTE, Sebastião Rogério da. Op. Cit., p. 57.

las quais os sujeitos vivenciam a cidade estabelecem determinados códigos de convivência. Não é necessário existir placa de proibição. O acesso é negado ou permitido por vários códigos.<sup>31</sup>

Como comentava *O Correio do Ceará* em 12 de fevereiro, o quente ano de 1932 ofereceria a Fortaleza “*greats attractions*”. A cidade cresceu. Ganhou novas ruas, novas praças, novos edifícios, novos cinemas, novos mercados, novas casas e novos habitantes. Ampliou sua extensão territorial e reafirmou a necessidade de manter distantes os milhares de retirantes que resolveram trocar o Ser-tão pela cidade. Muitos projetos para o melhoramento da cidade se efetivaram, mas o Porto de Fortaleza ficou à espera de outra seca.

---

<sup>31</sup> Há praças e parques que, atualmente, não são mais frequentados pelos ricos. Ambulantes, curandeiros, religiosos, prostitutas e outros sujeitos estão presentes diariamente nesses lugares. Atualmente o Passeio Público é um espaço ocupado quase que exclusivamente por prostitutas e travestis. Por outro lado, raramente se observa, em Fortaleza, a presença de pobres passeando em shoppings, determinadas ruas e avenidas ou alguns outros lugares considerados públicos.

## A SOMBRA DO FLAGELO: ENTRE O PLANO E O PÂNICO

*O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*

Michel Foucault<sup>32</sup>

### Os Retirantes estão chegando...

A partir de março de 1932, o debate sobre a seca, que desde 1930 assolava o interior do Ceará, começava a ocupar mais espaço na imprensa de Fortaleza. O pavor com a chegada dos retirantes estava presente nos jornais da Capital, quase que diariamente. Exigiam-se do Governo medidas extremadas para conter as levas cada vez maiores de flagelados, que se lançavam às estradas, trazendo esperança de encontrar na Capital algum modo de sobrevivência. Chegar até Fortaleza ou emigrar para outros Estados era a vontade de quase todas as famílias de miseráveis que procuravam escapar da falta de chuva pelos Sertões.

---

<sup>32</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 10.

Tornava-se cada vez mais difícil ignorar a tragédia da seca. A cidade que queria ser moderna e civilizada fora ocupada por um indesejado fluxo de transeuntes, uma assombrosa procissão de sertanejos trazendo a dor e o sofrimento em olhares e gestos. Homens e mulheres eram obrigados a pedir esmolas para garantir a sobrevivência. Rostos e corpos denunciavam a todo instante a situação extrema em que se encontrava o Serião. Cenas angustiantes, pouco a pouco, transformavam a cidade em um palco de miséria e luxo, habitando estranhamente o mesmo cenário. Os grandes casarões tinham suas calçadas ocupadas por flagelados famintos.

Com a seca declarada, a invasão dos retirantes à capital era manchete diária. *O Nordeste* nos primeiros dias de 1932, anunciava: “Os famintos estão chegando até Fortaleza. Trens são assaltados e agora os chefes de comboios já não impedem a vinda dos flagelados para a capital [...]” (17/02/32). *O Correio do Ceará* reforçava: “Os retirantes vêm vindo [...] É a seca em toda sua rudeza que traz aos nossos rumos esses infelizes, míseros destroços da catastrophe que enluta os sertões e que acabará por nos envolver completamente [...]”. Conforme esse jornal, o Governo deveria ter ação imediata, pois “o momento não comporta vacilações”. Para evitar o crescimento do perigoso problema, o poder público deveria “assistir à população no próprio meio onde ele vive [...]” (*Correio do Ceará*, 05/03/32). Enquanto isso, *O Povo* alardeava: “Hoje, pela manhã quando partia o trem horário de Senador Pompeu, foi o mesmo invadido por uma leva de cento e tantos flagellados, que, embora em atitude pacífica, se mantiveram no firme propósito de se transportarem a esta capital [...]” (16/03/32).

*O Correio do Ceará*, do dia 06 de abril, chegava a usar uma terminologia bélica rodeada de adjetivos no sentido de compor uma imagem aterrorizante em face dos flagelados: “O exército sinistro dos esfomeados marcha pelas estradas em demanda de Fortaleza.” Nessa visão, os fortalezenses tinham motivos sem conta para temer os efeitos da seca, pois “os flagellados que [...] chegaram são muitos, entretanto, são pouquíssimos comparados com os que ainda vêm em caminho [...] O Governo enquanto é tempo, precisa assentar como deva agir”.

As manchetes dos jornais evidenciavam o clima alarmante que se pretendia compor diante da chegada dos famintos: “Fortaleza é invadida pela onda faminta” (*O Povo*, 13/04/32); “500 flagelados invadiram um trem em Afonso Pena” (*O Povo*, 16/03/32). Os enunciados revelam o pavor que já existia na cidade, entretanto apontam, também, para uma significativa contribuição desses jornais na produção desse pavor. O texto jornalístico não apenas dava a notícia, mas também alimentava sentimentos de medo em face dos flagelados. E, subjacente ao pânico estampado nos jornais, havia um irrecusável aforismo: é preciso proteger-se.

Criava-se, com isso, a imagem de um flagelado que podia tornar-se bastante ameaçador, pois já apresentava, nas invasões dos trens, sérios indícios de revoltas com proporções incalculáveis. Essas imagens, de certo modo, terroristas, ganharam fácil projeção na cidade de Fortaleza, pois as experiências em secas anteriores, deixavam os ricos de sobreaviso. Pouco a pouco ia se consolidando, entre as classes dominantes de Fortaleza, o hábito de temer os pobres da seca.<sup>33</sup>

Vale lembrar que a cidade aparecia como palco do progresso. Alguns acontecimentos *glamourosos* se desenrolavam, muitas vezes sem deixar pistas sobre a dolorosa miséria que assolava Fortaleza e todo o Estado cearense. O desenvolvimento de Fortaleza estampava-se nos jornais. O *Gazeta de Notícias*, por exemplo, assegurava que “o Governo Municipal de Fortaleza, desde a administração Alvaro Weyne, vem preocupando-se com o embelezamento de nossa Capital, sem dúvida a princeza do Norte [...]” (15/02/33).

---

<sup>33</sup> O estudo de Jean Delumeau sobre “O Medo no Ocidente”, traz contribuições importantes para uma reflexão sobre a construção do medo em face de um determinado grupo social. Sobre o medo que a sociedade francesa criou em torno da mendicância no século XVIII, Delumeau reflete sobre a criação do hábito de temer os mendigos, discutindo os modos pelos quais os boatos sobre seus crimes e perversidades ganhavam rápida credibilidade. Desse modo, adverte que, para entender o medo, era necessário averiguar o processo de construção de repúdio e pânico em face dos habitantes das ruas. Nesse sentido, infere: “Para compreender o Grande Medo, era preciso lembrar esse longo passado e esse pesado passivo. Se, na época, todo mundo acreditou nos salteadores, é que se tinha, com ou sem razão, o hábito de temê-los” (DELUMEAU, 1989, p. 201).

O embelezamento era conseguido, em certa medida, com o trabalho exaustivo dos retirantes e com os recursos financeiros do Governo Federal vindos para o combate à seca. Tudo indica que a intensidade do pânico, projetada nos jornais, pretendia, também, sensibilizar as autoridades federais e, com isso, ampliar a vinda desses recursos para o Estado flagelado.<sup>34</sup>

Assim, as obras de aformoseamento da cidade continuavam. Ainda que nem tudo acontecesse conforme a vontade dos “civilizados”, a paisagem urbana ideal continuava a ser desejada e, em certo sentido, vislumbrada. Era essa a Fortaleza que se estampava nos periódicos. Porém, quando a cidade da seca, dos doentes, dos loucos, dos velhos, se apresentava sem o devido isolamento, era vista pelos ricos e incomodados como “acidente de percurso” desse projeto urbano elitista e excludente.

A preocupação dos comerciantes com o rápido socorro aos flagelados denuncia o medo dos saques e assaltos, gerados também a partir das tradições de um Sertão enredado nas relações de compadrio. Afinal, a multidão que invadia as cidades logo procurava o comércio a fim de pedir ou saquear alimentos.

Em vários jornais, é possível observar o empenho de ricos e comerciantes a implorar medidas de amparo e trabalho para os retirantes: “A classe comercial infra assinada apela para a grandeza de sentimentos e patriotismo de V. Excia. no sentido de socorrer os nossos caros patrícios nesta quadra dolorosa, a maior calamidade para o Ceará” (*O Povo*, 16/03/32) ou ainda: “A cidade começou a se encher de flagelados, que em face da fome que os devora, constituem uma séria amea-

---

<sup>34</sup> Durval Muniz, em seu estudo sobre as secas incidentes no período de 1877 a 1922, apresenta a seca como construção de um discurso que fornece a projeção da imagem de um Nordeste vitimado pelas desgraças climáticas, para justificar o pedido de recursos destinados à região. Com efeito, a intempérie de 1877 aparece como o grande marco da construção do conceito de seca, quando todo o país sensibiliza-se com o que acontecia no Nordeste. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, 1994.

ça, para a tranquilidade pública [...] Assim o comércio local, dirigiu-se incorporado ao prefeito [...]” (*O Povo*, 07/01/32).

Com base nos valores da tradição católica, o grande dono das terras no Sertão tornava-se padrinho de muitos afilhados, mediante o compadrio. Dessa forma, assumia o dever de proteger vários “moradores” ou empregados.<sup>35</sup> Nas relações de compadrio, há, em certo sentido, uma aceitação da existência de ricos e pobres, fortes e fracos, na medida em que o potentado é visto como aquele que tem a obrigação de proteger o despossuído. No Sertão, é cultivada a ideia de que Deus fez o rico para proteger o pobre. Em troca, o pobre deve obediência ao rico.

Em períodos de seca, os “protegidos” se acham sem o apoio esperado e respondem, muitas vezes, com os saques. Essa atitude dos flagelados é, em certa medida, justificada pela falha dos potentados, que também se traduzem na figura do poder público. Afinal, o “político” é comumente visto como uma espécie de padrinho.<sup>36</sup>

A “cultura tradicional” que aqui se mostra não mantém o flagelado passivo diante da seca. Nem sempre o afilhado se submete ao poder do padrinho. Com isso, o “apadrinhado”, em certas situações, não tem pudores de “roubar gado” ou saquear um armazém. Mas essa rebeldia não é a negação da tradição. Ao contrário, a tradição é evocada com veemência para, em certo sentido, legitimar essa ação. Nesse

---

<sup>35</sup> “O compadrio era um parentesco definido pelo acordo entre os pais e os futuros padrinhos. A partir de um convite, um casal aceitava a adoção de um afilhado. Ao ser batizado, o novo membro da cristandade ganhava um casal de padrinhos, que deveria dar a necessária proteção ao afilhado, do qual recebiam atenção e obediência. Os pais e os padrinhos da criança transformavam-se em compadres e comadres. Nascia uma espécie de irmandade de ajuda mútua baseada em laços de confiança e respeito”. RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O verbo encantado: a construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí: Unijuí, 1998, p.45.

<sup>36</sup> De acordo com Régis Lopes “o protetor (que, nos padrões ideais deveria proteger) nem sempre protege. A relação do deve ser transforma-se em não ser. O afilhado ou subordinado, nesse caso, é inserido em um território não desejado, fora do mundo da decência e da dignidade. O apadrinhamento é um princípio básico, mas guarda dimensões de certa rebeldia dos afilhados, sobretudo quando a dominação chega a determinados níveis de exploração ou violência. Afinal qualquer tipo de dominação gera, de alguma forma, certa astúcia no viver do dominado. Portanto, é preciso perceber o compadrio como um campo de experiências sociais feito de acordos e conflitos, nem sempre explicitados”. RAMOS, Francisco Régis Lopes, Op. Cit, p. 47.

caso, a relação de apadrinhamento é colocada em questão e cobrada pelos pobres. Diante da resposta negativa dos ricos, os pobres reagem com o enfrentamento. Enfrentamento que exige o amparo (ou melhor: o alimento) que o padrinho não deu, mas deveria ter dado. Afinal, ser padrinho é assumir a condição de protetor.<sup>37</sup>

O flagelado não é simplesmente um faminto que rouba ou pede alimento porque está desenvolvendo uma “reação instintiva” ou impensada para matar a fome. É preciso entender que há, nessas ações, um conteúdo político alimentado por valores ligados à tradição.

A “cultura do apadrinhamento” possui uma complexa rede de desdobramentos, ou seja, na memória oral dos retirantes, há várias considerações sobre momentos nos quais a relação de apadrinhamento transforma-se em relação de tensão e conflito. Percebe-se que, nas táticas de sobrevivência, os pobres improvisam as mais variadas formas de se relacionar com potentados. Muitas vezes, a submissão é somente uma estratégia para a conquista de certos objetivos, porém, quando não gera o efeito desejado, os pobres costumam desenvolver suas rebeldias de modo mais explícito. Nesse sentido, vale a pena citar uma “história de trancoso” que é muito popular no Sertão:

Tinha um menino pobre que roubou uma agulha para dar para a mãe dele. Aí ele ficou pensando se era pecado. E foi se confessar com o padre. Ele disse: de quem era a agulha? O menino respondeu: era de uma mulher muito rica. Então não é pecado. Era pecado se você tivesse roubado uma agulha de uma costureira.

Nessa narrativa, com forte tonalidade exemplar, percebe-se que a noção de roubo assume características próprias, que mostram, em certa medida, as complexidades pelas quais o sertanejo constitui sua cultura.

---

<sup>37</sup> De acordo com E. P. Thompson: “cuando el pueblo busca una legitimación de la protesta, recurre a menudo a las regulaciones paternalistas de una sociedad más autoritaria y selecciona entre ellas aquellas partes mejor pensadas para defender sus intereses del momento. THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta e consciencia de clase*. 3. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989. p. 45.

Diante dos saques, as providências solicitadas pelos ricos quase sempre se relacionavam com a ideia de socorrer os flagelados; não aparecem como pedidos de prisão para bandidos. Embora reivindicassem o controle imediato dos retirantes, o discurso mostrava-se bastante cuidadoso. Significa dizer, em certa medida, que eles também vivenciavam esta “cultura tradicional” que estabelecia os princípios na relação de apadrinhamento. Certamente, os interesses do capital eram majoritários, entretanto, no Ceará de 1932, esses elementos se misturavam ao tradicional para compor as relações entre ricos e pobres.

A condição de extrema miséria tornava os roubos e assaltos, em certa medida, justificados pelos ricos. A fome estava sempre presente no discurso desses grupos que se mostravam preocupados com a reação violenta dos flagelados. Temiam, exigiam medidas, mas não esqueciam de acrescentar que a fome era impulsionadora das transgressões, com isso, tentavam, entre outras coisas, caracterizar o movimento como uma ação puramente instintiva, ou seja, sem nenhum conteúdo político. Apontando a fome como o principal motivo das rebeliões dos flagelados, construíam uma caracterização menos ameaçadora em face das atitudes “violentas” da multidão.<sup>38</sup> Nesse sentido, as tentativas de esvaziamento político das ações coletivas impossibilitavam medidas punitivas mais explícitas sobre a “multidão revoltada”. Desse modo, a caridade e a assistência social surgiam como o controle mais apropriado para esses famintos.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Cf. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão na história: saques e outras ações de massa no Ceará*. 1998. Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998. Mimeografado.

<sup>39</sup> Seguindo a trilha dessa reflexão, José Carlos Barreiro infere que alguns governadores das províncias ao serem informados sobre saques aos seus palácios, reagiam com uma aparente piedade e reconhecimento da legitimidade sobre tal ação. Nesse sentido reproduz a resposta de um governador de Província no final do século XIX ao tomar conhecimento sobre a “invasão” de sua propriedade: “Pobre Camarada! Deve ser muito grande a sua fome que ouse arriscar-se entrar no jardim do seu Governador. Não lhe façam mal”. Na sua reflexão, José Barreiro infere o seguinte: “Pior do que punição, a estratégia de luta contra tal forma de resistência foi, neste caso, a de esvaziar o substrato essencial do acontecimento, ligado à ação do saque”. Em outras palavras: houve um esvaziamento do conteúdo político da ação (BARREIRO, 1998, p. 15).

O discurso dos ricos sobre o destino dos infelizes flagelados costuma lembrar que a seca descontrola a multidão: “[...] Estamos longe de combater o delírio dos nossos infelizes patrícios, cabendo aqui repetir os versos do poeta: – A lei? Eu tinha fome! / e a lei a mais severa / não tem valor algum / se a negra fome impera” (*O Povo*, 13/01/32). Um dos jornalistas d’*O Nordeste* acrescenta: “Essa gente, a morrer de fome, constitue séria ameaça, porque mais dias menos dias, impelidos pela miséria, começarão a cometer actos de violência” (10/03/32).

Além da mencionada tradição das relações de apadrinhamento, os valores do mundo civilizado também contribuíam para livrar o retirante de acusações baseadas no código penal. Na seca de 1932, as tentativas de se consolidar um discurso civilizado não permitiam que os flagelados fossem, de maneira explícita, classificados como bandidos ou ladrões. A burguesia reconhecía a condição desesperadora do sertanejo e procurava construir um projeto de isolamento mais sofisticado.

O discurso de socorro aos flagelados, na seca de 1932, pretendia indicar uma preocupação com a “civilidade” desses indivíduos. Nos jornais, nota-se a constituição de um projeto que se mostra com intenções de disciplinar os retirantes, levando-lhes, em certa medida, a ordem e a moral que também a cidade dos ricos queria para si. Nesses discursos jornalísticos, publicados sobretudo a partir de abril, não se apresenta um projeto que pretenda apenas isolar flagelados em locais de aglomeração. Vislumbra-se uma cidade que se quer revestida de pretensões modernizadoras, reprovando propostas que não se apoiem em elementos humanitários ou humanizadores.<sup>40</sup> Nos jornais e em alguns documentos oficiais da época, o projeto, nem sempre bem definido, tenta enfrentar “o problema dos retirantes” a partir de um discurso que pretende garantir o controle e o disci-

---

<sup>40</sup> Cf. NEVES “o Campo de Concentração, segundo o poder administrativo do estado (...) facilitaria a distribuição dos socorros e permitiria um tratamento melhor e mais humano aos “atingidos pelo flagelo indomável”. NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit, 1995.

plinamento dos corpos na medida em que busca ser humanitário e civilizador, ou seja, moderno, em sintonia com o progresso.

Em 1932, as propostas de assistência aos flagelados assumem características semelhantes às dos lugares que regularmente recolhem das ruas mendigos, menores e doentes. Por outro lado, a concretização desses propósitos tornou-se mais difícil, pois a cidade vivia um período de extrema calamidade. A situação caótica dos Sertões em 1932 exigia medidas emergentes dos poderes públicos.

Quando a seca é deflagrada e a vinda de retirantes para a capital se coloca como fato visível, nota-se uma certa preocupação da classe dominante em estampar nos jornais o apoio a vários projetos para proteger a cidade de modo humanitário, ou melhor, sem ferir os valores de uma burguesia que queria ser civilizada e civilizadora. Nesse sentido, a preocupação com a sorte dos flagelados é um elemento sempre presente nas soluções propostas pelos grupos dominantes:

Numerosas famílias a mendigar de porta em porta e num estado de inspirar compaixão. Essa gente não tem o abrigo de um tecto, não tem assistência e vive a tã nas arterias da cidade, abandonada a sua propria sorte. Julgaríamos necessário que a interventoria estudasse um meio de localizar essas famílias e dar-lhes humana assistência [...] (*O Povo*, 30/03/32).

Por outro lado, convém ressaltar que, não é a seca de 1932 que inaugura as medidas enérgicas para a retirada de mendigos ou doentes das ruas da cidade. Desde o final do século anterior, havia uma prática de isolamento em relação ao trânsito dessas criaturas indesejadas pelas alamedas de Fortaleza.

A aplicação de práticas severas no controle dos pobres não coincidia apenas com os momentos de estiagem. A pobreza, sobretudo a partir do século XX, representava transtornos em qualquer período, de inverno ou de seca. Em diversos momentos, a cidade dos ricos declarou a caça e o aprisionamento de mendigos. No entanto, não se pode negar que as se-

cas trouxeram significativos “aprendizados” nesse sentido. O flagelo de 1877 inaugura o primeiro asilo de mendicidade da urbe fortalezense.<sup>41</sup> A partir daí as instituições de caridade foram se multiplicando: casas de pobres, asilos para mendigos e leprosários foram surgindo na cidade, ainda nos últimos anos do século XIX. Em todas essas instituições de caridade é possível observar a cidade de Fortaleza empenhando-se na diminuição de pobres e miseráveis em suas alinhadas calçadas e avenidas.

Nesta tradição de controle e isolamento dos mendigos que se espalhavam pelas ruas da capital, há um momento bem significativo relatado nos jornais do ano de 1923, quando a “sociedade fortalezense” resolve acabar com a mendicância.

O dia 17 de fevereiro de 1923 foi consagrado pela “sociedade fortalezense” como o “Dia da Extinção da Mendicância”. A partir daquele dia tornava-se terminantemente proibido mendigar pelas ruas da “urbe alencarina”. Numa eufórica sequência de matérias, *O Nordeste* anunciava o esperado dia no qual a civilização católica mostraria mais uma iniciativa de benemérita caridade. Em 15 de fevereiro, esse jornal dizia que:

A chefe de Polícia, após entendimento com a direção do Dispensário dos Pobres, tem resolvido não permitir a mendicância nesta capital, a partir do dia 17 do corrente. Da referida data em diante, todo mendigo encontrado na rua a esmolar será, pela primeira vez, mandado apresentar aquela instituição e, na reincidência, conduzido à Delegacia de Polícia.

A caça aos mendigos aparecia como um gesto caridoso. Em 1923, o mendigo não tinha a justificativa da fome desesperada, pois não era um período de seca. Ele é tratado quase como um delinquente. A polícia refere-se a ele como um perigoso, sendo fichado na delegacia junto aos bandidos e ladrões.

No dia 16, *O Nordeste* anuncia: “A diretoria do ‘Dispensário dos Pobres’ vae extinguir definitivamente a mendicância no próximo dia 17

---

<sup>41</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *História da seca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

[...] Desta data em diante não haverá mais mendigos a esmolar pelas ruas da cidade [...]”. Ao chegar o esperado dia do “triumfo da caridade”, esse mesmo jornal destaca: “Hoje, o Dispensário dos Pobres, mantido pela ‘Liga de Senhoras Católicas Brasileiras’, conseguiu realizar o seu antigo propósito de extinguir a mendicância das ruas de nossa capital [...]”. Dessa forma, procurava-se evitar “o espetáculo de termos ruas e praças constantemente povoadas de mendigos, assim expostos a graves perigos de ordem moral”. Assim, a cidade tentava dar prosseguimento aos seus intentos modernizantes, com “cada um no seu lugar”.

No momento em que a seca é declarada, a cidade começa a tecer uma rede de relações com as quais se cria um cenário de terror. Anúncios alarmantes pedem socorros, e comerciantes amedrontados exigem medidas do governo. A imagem da preocupação com a seca e mais ainda com o flagelado dava respaldo e legitimidade aos projetos das elites para o controle da situação.

Os poderes públicos bem como a burguesia de Fortaleza entendiam que era urgente conter a força demolidora da multidão que chegava de todas as partes do Estado. Os retirantes vinham de muitos municípios do Ceará e até de Estados vizinhos. Ocupavam as cidades do interior e, em certa medida, Fortaleza. Nesse sentido, vale destacar que a periferia da cidade ficou quatro vezes maior durante esta seca.

O risco de ter a cidade invadida pela “sombra sinistra da miséria” aparece seguido da compreensão de que a situação é trágica, portanto, merece a caridade da burguesia civilizada. No meio de várias polêmicas, a construção de “Campos de Concentração” foi uma das ideias colocadas em prática pelos poderes públicos, para tentar salvar a cidade e os flagelados.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> Sobre os Campos de concentração, CF RAMOS, F. Régis Lopes. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza: Ed UECE, 1991. NEVES, Frederico de Castro. *Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995. RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult-CE, 2001.

Para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e a outras cidades do Estado, foram erguidos sete “Campos de Concentração” (em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza). Eram locais para onde grande parte dos retirantes foram recolhidos a fim de receber do governo comida e assistência médica. Dali não podiam sair sem autorização dos inspetores do Campo. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados. Ali ficaram “encurralados” milhares de retirantes a morrer de fome e doenças. Entre abril de 1932 e março de 1933 foram registrados mais de 1.000 mortos somente no Campo de Concentração de Ipu.<sup>43</sup>

## **Trabalho e Migração**

Os retirantes movimentavam-se por todo o Estado em grandes levadas. Famintos, chegavam às cidades em busca de trabalho, passagens para outros Estados, ou qualquer tipo de assistência. Ao que parece, procuravam, antes de tudo, trabalho. Conforme os depoimentos de sertanejos que vivenciaram a seca de 1932, “arranjar trabalho” era o principal objetivo dos que procuravam matar a fome. Na memória de muitos retirantes, pedir esmolas era um ato vergonhoso:

O que a gente queria era um serviço, um meio de vida. Eu pedia alguma coisa porque era o jeito. Mas eu queria era um serviço. Agora, quem podia ajudar... Ajudava... Mas também tinha gente ruim. Aquele povo ambicioso que nem ligava pra gente [...] Aí tinha vez que o jeito era pegar, o povo ia e pegava. Pegava um trem e tirava a comida. Na seca, a gente tem que se virar, né? A gente tem que se virar de todo jeito. E pobre é assim: vive bolando pelos cantos... (depoimento do Sr. Geraldo da Silva, 19/07/1997).

Nessas memórias, percebe-se que, diante da seca, os sertanejos seguiam os mais variados caminhos para a constituição de suas

---

<sup>43</sup> Livro de óbitos da Igreja Matriz do Município de Ipu.

estratégias de sobrevivência. Tudo indica que o trabalho apresentava-se como a primeira reivindicação dos famintos. Por outro lado, havia outras possibilidades, como o assalto aos trens ou o pedido de esmolas. Nesse sentido, a noção de “roubo” ficava diluída em face da ausência de trabalho e amparo. Para a multidão faminta, arrombar portas para amenizar a fome não era crime. Afinal, o pobre, em tempo de seca, “procura se virar de qualquer jeito”.

O governo sentia-se cada vez mais pressionado a agir diante da multidão ameaçadora. *O Correio do Ceará*, do dia 04 de abril de 1932, alertava: “o governo enquanto é tempo, precisa assentar como deve agir”. A situação era grave: “Que fazer dessa pobre gente que vem rolando pelas estradas, em demanda da capital onde espera encontrar lenitivo para o seu sofrer? Deixá-la chegar até aqui, para ainda mais agravar a situação que já começa a ser angustiada?”

Instaurado o pânico, a pauta principal passa a ser outra: o que fazer com os retirantes. Diariamente, as classes dominantes de Fortaleza apresentavam, nos jornais, as suas opiniões. Diferentes interesses ajudavam a compor as críticas ao governo, na medida em que as sugestões para combater o flagelo iam sendo expostas em um campo bastante polêmico.

Em 1932, Fortaleza já havia sido proclamada a “Terra Prometida”. As opções de outrora – o Cariri e as Serras – empolgavam menos os flagelados.<sup>44</sup> Os jornais anunciavam que a região do Cariri estava segura contra as invasões por causa das enérgicas medidas de seus administradores (leia-se espancamentos e assassinatos). Pode-se supor que os sertanejos sabiam que, na Capital, certas providências de combate às invasões não eram utilizadas, pelo menos não na forma explicitamente violenta com que eram aplicadas no Cariri. Na cidade de Fortaleza, essas estratégias eram mais sutis e sofisticadas. A Capital procurava agir segundo as orientações de uma cidade civilizada.

---

<sup>44</sup> A Região do Cariri, situada ao sul do Ceará, é compreendida por vales e serras. Em secas anteriores, dividia com a Capital as opções de fuga do sertanejo.

Os cidadãos de Fortaleza esperavam, aflitos, as invasões. Em torno dos debates, nem tudo era divergente. A ideia de que a cidade não poderia conviver com os flagelados aproximava os grupos políticos. A Capital do Estado tentava erguer seus muros para deter a penetração do flagelo. Entre as medidas efetivadas, foram erguidos os Campos de Concentração e organizadas as frentes de serviço. Em face da grande calamidade declarada, essas medidas não foram suficientes para comportar tanta gente. Ressurge, então, um antigo debate: a emigração dos cearenses.

Alguns sertanejos resistiam à ideia da emigração para outros Estados. Preferiam permanecer na Capital, pois, desse modo, o retorno para o Sertão tornava-se mais viável. Por outro lado, é preciso lembrar que a emigração fazia parte das estratégias de sobrevivência. Muitas vezes, os retirantes percebiam que não havia outra saída e aceitavam as passagens do Governo para outros Estados. Conforme alguns depoimentos, a aceitação diante da emigração para o Norte guardava íntima relação com o valor moral do trabalho:

Nossa família mudou de lugar três vez, meu pai só ficava onde tivesse serviço. Nós tava na barragem do Patu, em Senador Pompeu, depois fumo pra Concentração de Fortaleza. Lá nós ficamo pouco tempo, não tinha mais serviço aí fomo pra São Luís trabalhar nas estrada [...] Meu pai dizia que nós não era pra pedir esmola e onde tivesse serviço nós ia (depoimento de D. Antonieta Antônia, 18/07/1997).

Para alguns sertanejos, a prática de esmolas não é a via mais aceita para solucionar os problemas da fome. Nessa perspectiva, as “frentes de trabalho” organizadas pelo poder público não são entendidas simplesmente como favor ou amparo. Em certo sentido, são vistas pelos retirantes como um dever do Governo.

Enviar flagelados para outros Estados fora um recurso largamente utilizado pelas administrações públicas nas secas anteriores. Rodolfo Teófilo, ao focar a seca de 1877, comenta que era lamentá-

vel a saída de tantos sertanejos para outras Províncias, entretanto, em face da terrível calamidade, não havia outro jeito: “A emigração fazia-se incessantemente [...] Enfim, até as aves arribaram.”<sup>45</sup>

Na seca de 1915, a utilização da mão de obra dos flagelados e a vinda de recursos federais acirravam o debate. O Relatório do Presidente de Estado mencionava a perda de 70.000 braços como prejuízo danoso. Em sua avaliação, foi um “mal necessário”. Esse grande número de retirantes emigrou com apoio do Governo mediante a distribuição de passagens.<sup>46</sup>

Em 1915, a discussão sobre a emigração – bem como sobre a força de trabalho dos retirantes – ganhou espaços e contornos específicos. Diferentemente de 1877, em 1915 a emigração é apresentada explicitamente como prejuízo econômico para o Estado. Enquanto o governo distribuía passagens para os retirantes, os jornais de oposição publicavam manifestos indignados de alguns cidadãos. No Jornal *A Lucta*, de 25 de agosto de 1915, encontramos um inflamado discurso contra a emigração de cearenses:

[...] Com a emigração, trabalharemos em benefício dos outros [...] escoar-se-ha este dinheiro para os outros Estados produtores, activando-lhe a agricultura, dando surto a sua industria, fomentando-lhe o comércio [...] com os flagellados no Estado, os auxílios poderão dar meios para resistir aos effeitos de outra seca.

Observa-se uma clara exposição sobre significados econômicos da manutenção do flagelado no Estado. A imagem da seca como um importante motivo para o envio de recursos financeiros ao Estado mostrava-se em processo de consolidação.

As velhas medidas em torno da emigração provocaram, em 1932, um debate público de ampla extensão. Embaladas pelo discurs-

---

<sup>45</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A seca de 1915*. Edições UFC, 1980.

<sup>46</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Presidente do Estado Cel. Benjamim Liberato Barroso no dia 01 de julho de 1915.

so da otimização do trabalho, as burguesias comercial e industrial sugeriam incisivamente o aproveitamento da mão de obra dos flagelados em obras públicas. A emigração era apresentada, em grande medida, como perdas e prejuízos para o Ceará. Muitas obras que acelerariam o desenvolvimento do Estado necessitavam dessa força de trabalho. Em contrapartida, os retirantes precisavam das obras para sobreviver.

No *Correio do Ceará* de 13 de abril de 32, a matéria “Um mal para o Ceará” anunciava:

O Governo Federal providencia meios rápidos de transporte para os flagelados abandonarem o Estado em busca de outras plagas mais felizes [...] junto aos directores de emprezas de navegação no sentido de fretar navios capazes de em um mez levarem daqui para fora quantos queiram emigrar [...] Aproveite o governo a ocasião, salve o homem dando-lhe trabalho e salve a terra defendendo-a pela realização de obras contra as secas [...] nada de exportar nossos braços trabalhadores.

“Salvar o homem”, dando-lhe trabalho, evitando assim o vergonhoso ato de pedir esmola. Sobre isso, não existiam discordâncias. Mas, para as classes dominantes, o sertanejo não deveria emigrar. Desse modo, o flagelado construiria obras contra as secas em seu próprio Estado. Não esqueçamos também que a burguesia industrial empregava muitos jovens flagelados nas suas indústrias, aproveitando-se da mão de obra quase gratuita.

Grande parte dos cearenses que, graças ao apoio do Governo Federal, saíam do Estado, dirigiam-se para as terras paraenses. Em entrevista concedida ao jornal *O Povo* em abril de 1932, o interventor “guajarinó” explica que o Estado estava aberto a receber as vítimas da seca, mas esperava contar com o envio de recursos especiais do Governo Federal:

[...] Presto esclarecimentos sobre as regiões que mais oferecem vantagens aos emigrantes [...] lamento que devido não encon-

trar-me nesta capital não tivesse o governo concedido uns tantos favores ao Estado que governa, ficando assim o Pará excluído do número daqueles que recebiam favores da União [...] O Major acrescenta que está pleiteando favores especiais do governo provisório afim de socorrer a todos os emigrantes, visto que todos chegam despojados de recursos na mais contristadora penúria.

O discurso administrativo do interventor paraense não deixa claro o tipo de favor que o governo Federal estaria concedendo aos Estados que recebiam os flagelados. O administrador do Pará não menciona o termo trabalho, enfatizando o sentido de auxílio e a necessidade da vinda de favores para o Estado. Fala sobre a situação de penúria na qual chegavam os emigrantes para fortalecer ainda mais a urgência desses favores especiais da União.

Vários jornais de Fortaleza debatiam sobre a permanência dos flagelados no seu próprio Estado. Em meados de 1932, é mais visível uma certa distinção entre os jornais. Em *O Nordeste*, jornal conservador da Igreja Católica, não se observa grande resistência em torno da migração. Ao contrário, suas matérias endossavam os argumentos do poder federal: “As secas de 15 e 19 não tem a mesma extensão desta [...] A única medida salvadora seria o governo fornecer passagem para quem quiser se retirar” (*O Nordeste*, 31/03/32).

As frentes de serviço estavam abarrotadas de flagelados. Milhares de retirantes esperavam uma vaga para trabalhar nessas frentes. Sem mais espaços nos serviços de trabalho e nos serviços de assistência, a cidade continuava ameaçada de invasão.<sup>47</sup>

*O Povo* colocava-se inicialmente como opositor à emigração. Entretanto, em alguns momentos, procurava conciliar posições diferentes. No dia 20 de abril de 1932, assegurava: “há entre nós justo preconceito que nos induz a condenar o êxodo de nossos patrícios”. Mas,

---

<sup>47</sup> De acordo com o IFOCS, o serviço de trabalho empregava a mão de obra do flagelado na construção de açudes, estradas de ferro ou de rodagem, calçamentos ou qualquer tipo de obra em período de seca, enquanto que o serviço de assistência distribuía alimentos e assistência médica.

logo depois, tenta reconhecer que: “trata-se, porém, de uma questão controvertida, havendo opiniões favoráveis à emigração desde que não temos pão nem trabalho para manter presos à gleba natal os filhos desta terra flagelada”.

Nesse momento, os retirantes já haviam lotado os Campos de Concentração, as frentes de serviço e outros empregos. Aqueles que sobraram não representavam nenhum valor econômico para o Estado. Seriam, portanto, mendigos na Capital.

O *Gazeta de Notícias*, jornal de larga tiragem na época, continuava, em alvoro de 1933, em uma incansável posição contra a saída dos nordestinos de seus Estados. Na matéria “Conservemos os flagelados”, publicada no dia 10 de janeiro desse ano, o *Gazeta de Notícias* assim convocava os patriotas de Fortaleza: “Combatamos de viseira erguida, como inédita ou impensada, senão impatriótica a nordestinamente nociva, a ideiação de transplantar do habitat em que vivem os trabalhadores rurais para outros pontos do paiz”.

Utilizando-se de uma fala combatente, o *Gazeta de Notícias* solicita a continuidade dos trabalhadores em seu próprio Estado. Calcada em um discurso nacionalista, a defesa da permanência dos nordestinos nos seus Estados definia tais atos como impatrióticos. No texto, os flagelados são agora definidos como trabalhadores rurais. Desse modo, lembra que o tipo de trabalho próprio para o nordestino encontra-se no Nordeste. Tenta-se criar uma identidade regional a partir do trabalho. Representaria, portanto, uma agressão enviá-los para a extração da borracha ou para outras atividades econômicas muito diferentes do seu ofício original, no caso, o trabalho com a agricultura ou a pecuária extensiva.

No dia 6 de abril de 1933, o mesmo jornal lembrava Euclides da Cunha, como era a moda da época, para compor um discurso regionalista em defesa do Nordeste, ou melhor, do homem nordestino:

O governo provisório não poderia permanecer indiferente ante ao sofrimento dos nordestinos, raça forte de titans, raça admi-

rável no seu martírio e na sua glória, tão bem característico das páginas imortais de Euclides da Cunha. O Ministro olhou para as angustias dos nordestinos. Socorreu-os. [...] No seu discurso José Américo citou os trabalhos que foram realizados. Essas obras haverão de constituir o maior monumento da Revolução.

O nordestino aparece como uma “raça forte de titans” que merece a atenção e a generosidade do Governo Federal. As obras se transformariam em símbolos da solidariedade e do humanismo do Governo Getúlio Vargas. Seriam monumentos da Revolução, criando significados para a posteridade.

Nesse regionalismo, Euclides da Cunha é reapropriado conforme os interesses de glorificação do homem nordestino. Os momentos nos quais sua consagrada e polêmica obra *Os Sertões* mostra a inferioridade e o terrível primitivismo do sertanejo são estrategicamente esquecidos. As contradições de Euclides – explicitadas, por exemplo, na expressão “Hércules-Quasímodo” – não aparecem. Emerge, apenas, um Euclides domesticado.

O desejado progresso da cidade foi conseguido, em grande medida, pelas atividades laboriosas dos retirantes. No discurso dos jornais, a solicitação de obras públicas para a cidade se compunha com argumentos humanitários em torno do flagelado. Nesses pedidos, o trabalho não aparecia somente como meio de efetivação das obras, mas também como valor moral. Nas astúcias dos discursos das classes dominantes, buscava-se livrar o sertanejo do humilhante ato de pedir esmola. A solicitação de obras revestia-se de auxílio aos famintos:

Um apelo bem justo – Premida pela mais angustiosa necessidade, vive ultimamente, a classe pobre de Beberibe a sofrer os imperativos da seca [...] numerosos chefes de família estão sem pão para os filhos, vítimas do negro fantasma da fome [...] e por isso pedimos a V. Excia se digne obter uma verba para os trabalhos da rotagem Beberibe/Cascavel [...] (*O Nordeste*, 20/06/32).

Dezenas de outros pedidos para serviços de trabalho são construídos por esse mesmo enredo: matar a fome, salvar vidas, dar um meio digno de sobrevivência ao sertanejo...

Em carta enviada ao Ministro José Américo de Almeida, as autoridades de Limoeiro do Norte pedem um maior aproveitamento dos trabalhadores:

“Apelamos para vossemicês no sentido de conseguir o aumento do número de trabalhadores da nossa residência com o conseqüente aproveitamento dos operários regionais e adventícios, inclusive menores, arrimos de viúvas que aqui se encontram sem trabalho” (*Gazeta de Notícias*, 01/01/1933).

Nesse discurso, há uma certa naturalidade em face do trabalho infantil. No entanto, há um esboço de explicação para legitimá-lo: na ausência dos pais, os legítimos provedores da família, é lícito falar em trabalho para menores. Esse argumento está presente, também, no discurso oficial. O relatório da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) dedica algumas linhas para justificar a inclusão da mão de obra infantil e feminina:

Juntou-se mais tarde um fator sui gêneres que seria grotesco se não fosse lastimável. Ao serem encaminhadas levas numerosas do campo de Concentração do Buriti para a construção do açude Lima Campos, os chefes de família, em meio a viagem volviam à ociosidade das concentrações, enquanto as mulheres, viúvas de novo genero, se alistavam nas obras [...] Muitas vezes em lugar das mulheres abandonadas e viúvas, eram responsáveis pelas famílias, crianças de 10, 12 e 15 anos [...] o aspecto humanitário influiu, como se pode imaginar, poderosamente na admissão de menores nas residências de construção.

No jogo de palavras exibido pelo Inspetor Federal é possível supor que já tinham início os debates sobre “os direitos dos menores”. Segundo o texto, não se tratava de explorar a mão de obra infantil, mas de ressaltar que as autoridades, constrangidas, iriam empregar os menores.

No início de 1933, as primeiras chuvas foram anunciadas. Com isso, muitos sertanejos desejavam retornar aos seus lares. Os retirantes pediam do Governo passagens e sementes para recomeçar o plantio. A terrível calamidade já não podia mais ser utilizada como motivo para o emprego dos flagelados nas obras em andamento. Os apelos, todavia, continuaram:

É certo que com o início da estação chuvosa, os trabalhos de emergência terão necessariamente, de ser suspensos [...] Haverá seguramente, uma certa porcentagem dessa pobre gente que quererá continuar engajada nos aludidos serviços. O Governo da União tem o dever imperioso de não interromper a marcha desta parte do serviço que diz respeito com a defesa dos habitantes flagelados [...] (*O Nordeste*, 24/01/33).

Os pedidos continuaram enfatizando o amparo ao flagelado. O desafio era, então, fazer com que o Governo Federal mantivesse as obras em andamento. Pela experiência de secas passadas, muitas obras eram abandonadas e somente retomadas na seca seguinte. Em 1932, parece que os grupos dominantes não estavam dispostos a esperar por uma nova estiagem para a continuidade das obras. Durante toda a seca, vários discursos relacionavam as obras com a generosidade e grandeza da “Revolução de 30”. Com isso, fortaleciam a necessidade de conclusão das obras para que se tornassem monumentos da Revolução. Os pedidos para a continuidade das obras estavam sempre nos jornais:

Com José Américo se verifica que a mentalidade dos nossos estadistas está modificando [...] O chefe do Governo provisório revela-se contente por saber que se vae gradativamente restabelecendo a normalidade da vida dessas populações laboriosas [...] Para garantia dessa normalidade prossiga o Governo Federal a construção do Porto de Fortaleza e dos açudes conjugados ao Sistema de Salvação do Nordeste (*O Nordeste*, 06/03/33).

O argumento que surge nos discursos para viabilizar a continuidade das obras é o elogio à administração “revolucionária” de

José Américo, que não deixaria as obras em abandono, porque era diferente das arcaicas administrações anteriores:

Sob o aspecto do problema climático, muito lucrou o Nordeste brasileiro com a revolução outubrina [...] É que agora não se pensa em atender a calamidade no momento apenas em que ela surge, não se cogita unicamente do presente, mas do futuro (*Gazeta de Notícias*, 23/03/1933).

Com as primeiras chuvas, os discursos da burguesia de Fortaleza passam a fazer uma relação mais direta entre a continuidade das construções e os ideais do Governo de Getúlio Vargas. Em nome da “Revolução de 30”, as classes dominantes procuravam garantir e legitimar o prosseguimento das obras, que aparecem, também, como amparo ao retirante. Por outro lado, o discurso das elites no interior do Estado continuava a utilizar justificativas que não produziam mais grande efeito: a fome, a miséria, o sofrimento... O *Gazeta de Notícias*, por exemplo, publica, em abril de 1933, uma solicitação de Uruburetama: “Os serviços de terraplanagem da estrada foram suspensos. Milhares de pessoas estão na iminência de morrer de fome”.

Com algumas chuvas, o fim da seca foi imediatamente decretado. Com isso, o envio de recursos para a assistência aos flagelados diminuiu consideravelmente. A partir de então, começaram a aparecer, nos jornais, discursos em defesa da distribuição de passagens para os retirantes “ociosos” nos locais de assistência. Desse modo, defendia-se o regresso do sertanejo para o Sertão ou para outros estados. Por outro lado, insistiam na permanência dos que trabalhavam nas obras de melhoramento urbano em Fortaleza. Contudo, esse sistemático controle sobre o movimento migratório dos flagelados não se efetivou da forma como as elites desejavam. Alguns sertanejos retornaram ao Sertão e outros permaneceram na Capital sem obedecer à escala definida pelos poderes. O medo dessa permanência, em grandes dimensões, fazia com que alguns

membros das elites urbanas fortalecessem, através dos jornais, a necessidade de planos de emigração para os retirantes. Pouco a pouco, o debate em torno da emigração foi assumindo um ritmo mais consensual entre as classes dominantes:

Com as chuvas a maior parte dos flagelados rumam ao habitat antigo, no interior do estado, a empregar novamente seu braço na labuta do plantio. Outra parte, relativamente numerosa, constituída de pessoas que poderão encontrar arrimo seguro fora do Ceará, destina-se a outros estados, como Pará e Maranhão [...] (*Gazeta de Notícias*, 04/03/33).

Tudo indica que essa *outra parte, relativamente numerosa*, permaneceria na Capital se não fosse encaminhada para outros Estados. Nessa perspectiva, as elites sugeriam que o melhor para o flagelado era tentar a vida no Pará ou no Maranhão.

Os discursos se (re)elaboram de acordo com a situação. Na seca de 1932, já é visível o amadurecimento das burguesias comercial e industrial no trato vantajoso com a seca e suas utilidades econômicas. Não obstante, há um cuidado em manter o discurso sempre coerente com o pretensão lugar de onde ele é emitido: a moderna, civilizada e humanitária cidade de Fortaleza.

### **Acordos e polêmicas**

No início de 1932, chegaram os primeiros retirantes, a pedir esmolas. Os flagelados buscavam os bairros mais abastados. Afinal, a situação na periferia da cidade era tão calamitosa ou mesmo pior. A cidade procurada era a cidade dos ricos. É também essa a cidade que se mobilizava em torno dos problemas e das vantagens com a seca.

Ainda sem definir medidas concretas, alguns cidadãos começaram, em março de 1932, a insinuar os primeiros sussurros sobre a implementação de políticas de isolamento: “O Governo precisa sem demora fixar os flagellados no interior, a fim de que não venham

para esta capital, onde nem mesmo o recurso de embarcar lhes resta” (*Correio do Ceará*, 04/03/32). A sugestão de fixar os retirantes no Sertão não aparece em contraposição à ideia da migração. Nesta fase da seca, as classes dominantes queriam, antes de tudo, impedir a invasão descontrolada dos flagelados. O desejo de fixar os rurícolas no Sertão colocou em debate a ideia de criar Campos de Concentração.

Revelando um significativo indício para o entendimento do cenário polêmico e complexo em que se deram as discussões em torno da implementação dos Campos de Concentração, o *Correio do Ceará*, do dia 19 de abril de 1932, publicava uma carta bastante significativa para introduzir a proposta dos Campos de Concentração no debate público de 1932.

Com o título “A seca e a saúde pública”, a carta lembra os “horrores da seca de 1915”, descritos pela “penna de Rodolpho Teóphilo”, o grande crítico do Campo de Concentração de 1915. Reforça, em seguida, a lembrança do Campo de Concentração como o principal foco de doenças e epidemias durante a seca de 1915. O cronista dá sequência a sua avaliação com severas críticas às aglomerações de flagelados. Mas, para levantar a proposta dos Campos de Concentração, que – tudo indica – não tinham deixado boas referências, o cronista debruça-se sobre as mudanças ocorridas na cidade de Fortaleza e, por conseguinte, nas concepções de seus “distintos cidadãos”.

Os novos Campos de Concentração deveriam ser interpretados a partir dos parâmetros de civilidade e modernidade que pairavam sobre os ares de Fortaleza no ano de 1932. Desse modo, argumenta que “Deixar os retirantes dispersos, dificultaria extraordinariamente qualquer tipo de trabalho ou de assistência mais cuidadosa junto aos mesmos. Reunidos ficam mais sob as vistas do governo e portanto estarão melhor amparados”.

Lembrando mais uma vez o perfil da Fortaleza limpa e moderna, o cronista ressalta que é fundamental diminuir o “congestionamento dos famintos nas ruas da cidade a implorarem a caridade

pública que, controlados pelos órgãos colectores, adquirem maior eficiência”. Assegura que não se trata de um projeto que ignora “as marcas do passado”, mas que, a partir de novas concepções, procura “amparar os flagelados considerando todas as precauções em defesa da saúde pública da cidade e dos retirantes”. Finalmente, argumenta que as doenças nos Campos podem surgir, pois, “por mais cuidados que as autoridades tenham, a falta de higiene natural nos flagelados será sempre grande [...]” (*Correio do Ceará*, 19/04/1932).

Nessa carta, observa-se um difícil caminho de argumentação para a defesa das Concentrações como medida necessária e correta. O discurso revela-se como uma fala que não se mostra omissa, que não oculta aspectos errôneos do passado, que expõe os problemas do Campo de Concentração de 1915 para que esses não se repitam em 1932, demarcando, portanto, a necessidade de que os novos Campos não se apresentassem com as características presentes em 1915.

Em 1915, grande parte da população concentrada foi dizimada pela varíola. A migração para Fortaleza deu-se em grandes proporções, o que levou o poder público a elaborar a primeira versão dos Campos de Concentração. Nesta seca, as linhas ferroviárias já se estendiam largamente até o Sertão. Com isso, a vinda de retirantes para a Capital teve um aumento considerável. Enquanto os técnicos avaliavam que a proporção da seca não justificava tamanho deslocamento, os retirantes continuavam a ocupar os trens que vinham para a cidade.

Mas, em 1932, segundo o cronista do jornal, o Governo estaria mais preparado. O discurso se encerra lembrando a natural falta de higiene dos sertanejos, culpa provável das mortes que porventura viessem a acontecer. Para apresentar a sugestão das Concentrações, o discurso se compõe de um emaranhado de argumentações. Uma trama de palavras que denuncia o desejo de isolar a miséria longe da cidade.

O mês de abril é marcado por esse tipo de discussão. Passada esta fase, os horrores retratados pela pena de Rodolfo Teófilo sobre

o Campo de 1915 foram, em certa medida, esquecidos. No final de abril, o Interventor do Estado anuncia o erguimento dos Campos de Concentração. A justificativa apresentada em Relatório Oficial corresponde às preocupações do discurso humanitário das classes dominantes de Fortaleza em 1932:

Para atender com eficiencia os serviços de socorro aos flagellados, e evitar o deslocamento deveras temível para a saúde e a tranquilidade publicas das populações sertanejas que emigravam para diversos pontos, principalmente para a capital, a interventoria tomou urgentes providências. Tratou o governo de concentrar os flagellados em pontos diversos, afim de socorrer-os com eficiencia e no tempo opportuno. Foram criadas, sob a fiscalização do Departamento das Secas, sete concentrações: Burity, no Município do Crato; Quixeramobim, no Município do mesmo nome; Patu, no Município de Senador Pompeu; Cariús, no Município de São Matheus; Ipú, no município de mesmo nome; Urubu e Otávio Bonfim, no Município de Fortaleza.<sup>48</sup>

O Relatório Oficial não menciona a proteção da cidade diante da invasão de retirantes. A preocupação centra-se na saúde do flagelado que se desloca. No entanto, nos diversos jornais da cidade, os discursos são mais explícitos quanto aos interesses de resguardar a cidade.

Os sete Campos estavam oficialmente anunciados, todavia, as duas Concentrações de Fortaleza continuavam causando preocupações. O governo resolve, então, explicar melhor sobre a localização dos Campos na Capital:

Ante-hontem, reuniram-se em Palácio os administradores desse Estado. Nessa reunião ficou assentado que as Concentrações dos flagelados ficariam nas proximidades da praia, no trecho com-

---

<sup>48</sup> Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente da República pelo Interventor Federal, Cap. Roberto Carneiro de Mendonça, 22/09/1931 a 05/09/1934 – Ceará-Fortaleza.

preendido entre o Pirambu e o Porto, com o fim de prevenir medidas higiênicas (*O Povo*, 05/04/1932).

Todas as falas que procuram legitimar as Concentrações se utilizam do discurso médico. As comissões de higienistas que participavam do Departamento de Secas davam a essas medidas o caráter de verdade. O poder administrativo aliava-se ao saber científico, aclamado como produtor do “discurso competente”. A ciência procurava dar legitimidade aos projetos administrativos. Assim, o Estado tentava evitar críticas.

Conforme o imaginário do saber médico, a aglomeração desses flagelados em Fortaleza poderia dispersar doenças. Para tranquilizar os cidadãos mais preocupados, o Governo explicava que a localização dos flagelados garantiria o necessário afastamento das zonas nobres.<sup>49</sup>

Desse modo, os Campos ficariam próximos dos bairros pobres da cidade. Afinal, tudo indica que os miseráveis habitantes da “malha urbana” pouco estranhariam as cenas trazidas pelos novos vizinhos. Era a cidade constituída, em grande parte, por secas anteriores: retirantes que, vencidos pelo cansaço de ir e vir a cada estiagem, acabavam por se arrancar de vez nos arredores da “Noiva do Sol”. Muitos retirantes de 1932 não retornaram ao Sertão, aumentando, assim, o número de habitantes da cidade dos pobres, sempre colocada sob suspeita nos discursos e nas práticas das classes dominantes. A caminho

---

<sup>49</sup> Na seca de 1877, a cidade chegou a receber retirantes que representavam mais do triplo de sua população. Conforme Rodolfo Teófilo, “Em dezembro de 1878, tinha Fortaleza 160 mil almas, sendo destas 120 mil de retirantes” (TEÓFILO, 1980, p. 97). Em diversos pontos da cidade havia aglomerados de famílias erguendo casebres de palha. Foi nesta seca que a cidade elaborou os primeiros ensaios de um controle mais sistematizado para os retirantes. O governo estabeleceu locais determinados para o recolhimento dos flagelados. Esses locais eram chamados de abarracamentos. Alguns abarracamentos aglomeraram os sertanejos a barlavento (no leste). Segundo Rodolfo Teófilo, este local foi escolhido de modo imprevidente (TEÓFILO, 1980, p. 102). Colocava-se em risco a parte da cidade onde moravam as famílias mais abastadas. A aglomeração dos retirantes deveria, portanto, situar-se a sotavento (no oeste). Geralmente, os ventos correm na direção leste-oeste. Logo, as doenças trazidas pelos retirantes se espalhariam para o resto da cidade. Uma teoria médica muito difundida no período era a de que as doenças eram transmitidas fundamentalmente pelo ar, os chamados miasmas.

de Fortaleza e em Fortaleza, o sertanejo pobre passa a ser visto como “classe perigosa”.<sup>50</sup>

O projeto dos Campos de Concentração, que previa a diminuição da miséria pelas ruas da Capital apresentava sinais de sucesso. Em maio, os comentários transcorriam sem muitos ardores e sem grandes polêmicas. No jornal *O Povo*, o ilustre cidadão fortalezense Gomes de Matos expõe as suas avaliações sobre os Campos:

[...] deixaram de chegar a esta capital comboios ferroviários especiais conduzindo quotidianamente míseros retirantes [...] Felizmente, nós, os moradores desta “urbs”, devido a clarividência das autoridades locais, estamos isentos de perigoso contacto com os flagelados que, agrupados em Campos de Concentração, alimentados, higienizados, tratados até com relativo carinho (*O Povo*, 05/05/32).

As Concentrações constituíam-se como projetos baseados em um controle que procurava parecer o mais humanitário possível. Observa-se que tanto os discursos que apresentavam os Campos como proposta, quanto aqueles que já avaliavam os seus primeiros resultados, apoiavam-se em um projeto idealizado que apresentava o controle e a disciplina como um benefício para os famintos da seca, uma forma de salvar o pobre sertanejo da fome e da sede. Nenhum discurso focaliza as Concentrações sem mencionar supostas vantagens para os retirantes concentrados.

O projeto dos Campos tinha, em certo sentido, alcançado os seus objetivos iniciais. Nos primeiros meses, as Concentrações ganhavam vários elogios nas páginas dos jornais. O divulgado sucesso dos Campos é utilizado, também, para legitimar outras medidas severas de controle da pobreza na Capital. Em nota oficial, o Governo do Estado comunica e convoca os fortalezenses:

---

<sup>50</sup> Para uma discussão sobre o uso do termo “classes perigosas” Cf.: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 20-29.

Tendo o Governo do Estado determinado a concentração dos flagelados que acorreram a esta capital em lugar apropriado, onde lhe será garantido relativo conforto, resolve como medida complementar proibir os mesmos a esmolarem pelas ruas (*O Nordeste*, 26/04/1932).

Segundo o Governo, a repressão à mendicância pelas ruas é legítima porque os mendigos têm lugar apropriado para ficar. “O relativo conforto” dos Campos tornava coerente a proibição oficial do ato de esmolar. Aqueles que não estivessem nas Concentrações seriam recolhidos das ruas.

Nos jornais, seguem-se como uma ladainha as matérias sobre os Campos de Concentração. No primeiro semestre de 1932, poucas eram as vozes que apresentavam oposição. Ao que parece, a emergência no controle desses indivíduos indesejáveis inibia críticas. Inicialmente, as elites pareciam satisfeitas com o resultado das Concentrações. Por outro lado, os Campos de Fortaleza sempre tiveram opositores. A aglomeração desmedida de famintos na cidade, ainda que em lugar fechado, não deixava alguns ricos dormirem tranquilos. Nesse sentido, o *Correio do Ceará* do dia 14 de abril de 1932 abre suas páginas para deixar falar a burguesia mais preocupada:

Homens, mulheres e crianças desfilam aos nossos olhos em demanda dos Campos de Concentração. Assim, uma grande ameaça vai pesando sobre esta capital. Vamos assistir acontecimentos pungentes, se da parte dos governos federal e estadual, não forem tomadas providências as quais desloquem da capital as grandes massas de flagelados.

A ameaça diante da multidão permanecia. Nesse sentido, defendia-se o isolamento de todos os retirantes no próprio Sertão: o isolamento não era o bastante. Era necessário que ele se fizesse distante dos olhos da elite local.

Anúncios informavam sobre outras medidas que se tornavam possíveis com a formação desses Campos. Por exemplo: no início do

mês de março de 1932, o interventor Carneiro de Mendonça proibiu o embarque de famintos para Fortaleza, alegando que já existiam Concentrações no interior do Estado, como o Campo do Buriti, localizado no Sul do Ceará (*O Povo*, 03/05/32).

Os projetos de urbanização e modernização da cidade elaboravam Campos de Concentração, asilos, casas de pobres e dispensários para isolamento da pobreza. Como as outras cidades que começavam a se erguer seguindo os parâmetros de modernização capitalista, Fortaleza planejava ter os pobres em “lugares adequados”.

Não obstante, nem sempre o pobre ocupa o lugar previsto. Na luta por lugares dentro de uma cidade, o pobre confronta-se com as autoridades, obrigando-as a fazer constantes remodelações. A cidade se constrói menos pelo planejamento idealizado e mais pelos embates e conflitos. As tentativas de fixação do flagelado no Sertão não tinham um êxito completo. Muitos retirantes chegaram à cidade e, além disso, não voltaram para o interior, apesar da distribuição de passagens e sementes.

Como foi visto no item anterior, o debate sobre a emigração e o trabalho para os flagelados foi marcado pela polêmica. As argumentações iam se modificando de acordo com os interesses em questão. A discussão sobre os Campos de Concentração faz, nos jornais, um percurso menos polêmico.

Antes de mais nada, é importante entender que os Campos de Concentração não faziam parte dos serviços de trabalho e sim dos serviços de assistência. Pelo projeto idealizado, os concentrados receberiam comida e assistência médica. Inicialmente, os Campos tinham grande aceitação nos jornais. O controle dos retirantes no Sertão vinha recebendo vários elogios. Entretanto, no final de maio, *O Povo* publica uma nota sobre o Campo de Concentração do Patu criticando a suposta ociosidade dos flagelados. Depois de uma detalhada apreciação sobre a estrutura física do Campo e sua admirável ordem, o jornalista faz o seguinte comentário:

[...] Nota-se, porém, logo a primeira vista, uma verdadeira desolação no seio da população concentrada. Todos anseiam por um trabalho em que possam ganhar os meios de subsistência. Preferem salários mais reduzidos à uma esmola mais abundante [...] (*O Povo*, 25/05/1932).

Várias frentes de serviço encontravam-se em andamento no Sertão e na cidade. A superlotação nessas obras deixava muitos flagelados de fora. O propósito das obras de assistência era recolher somente aqueles que estivessem ainda ociosos. Assim, a situação estaria sob um maior controle.

O momento inicial projetava nos Campos a ideia do controle dos miseráveis. Tão logo esse controle, em certa medida, se estabeleceu, iniciaram-se as críticas ao prejuízo pela pouca utilização dessa mão de obra.

Como foi visto, Fortaleza vivenciou, nesse ano de 1932, um significativo desenvolvimento. Antes de mencionar que tudo isso ocorria apesar da seca é importante observar que tudo acontecia, em certa medida, por causa da seca. Como foi ressaltado anteriormente, a utilização dessa mão de obra edificou obras paralisadas ou jamais iniciadas. Desse modo, o dinheiro dispensado nos Campos de Concentração, sem retorno lucrativo para o Estado, começou a ser questionado.

As divergências mais visíveis entre esses jornais estavam nas formas pelas quais as críticas eram constituídas. Cada jornal seleciona certos aspectos para construir a sua posição crítica diante dos Campos. Enquanto *O Povo* introduz o debate sobre a ociosidade nas Concentrações, *O Nordeste* se detém nas questões da moralidade:

[...] Ah senhoras nada é tão doloroso como o lado moral do flagelo da seca [...] Depois de uma seca, duplicava-se e reduplicava-se a prostituição nas cidades de maior ajuntamento de flagelados [...] Ainda não entrastes, senhores, num desses arraiais, num Campo de Concentração de flagelados [...] havereis de ver ali os que exploram a miséria, os que atentam contra a honra da família, os que abusam da ingenuidade da donzela (*O Nordeste*, 11/07/1933).

No debate sobre as Concentrações, é possível perscrutar o sinuoso movimento de vários interesses das classes dominantes: melhoramentos para a cidade, o controle dos pobres através de trabalhos ou isolamentos, propagandas dos grupos políticos – que procuravam mostrar humanitarismo, civilidade e civismo –, bem como a troca de acusações e defesas entre facções políticas dos municípios nos quais havia Campos. Os jornais de Fortaleza publicaram, por exemplo, os conflitos entre os grupos políticos do Município do Ipu. Um cidadão que fazia oposição ao prefeito procurou a redação d’*O Povo* para expressar a sua indignação diante dos Campos de Concentração:

[...] Prossegue descrevendo o aspecto doloroso ali verificável para declarar que os seus dirigentes não desempenham com lisura as ordens recebidas. Aconselho a todo o povo do Campo, quando este for suprimido, a munir-se de um carvão e escrever nas paredes das casas e de muros naqueles em que vosso suor for gasto a troco de um naco de carne e mão cheia de farinha [...] Como é notório no Ipu, o interventor Joaquim Lima tem colocado a sua parentela nos serviços dos Campos de Concentração abusando assim das normas revolucionárias (*O Povo*, 18/01/1933).

O ponto central das críticas do opositor de Ipu não é o projeto dos Campos de Concentração, mas como ele está sendo administrado: uma administração que nega as ordens da interventoria. Esse tipo de crítica ganha espaço político ao mesmo tempo em que se mantém em acordo com o discurso da Capital. O que se critica não compromete o projeto das Concentrações. Ao contrário, reforça a sua importância. A crítica aparece como denúncia sobre a má administração. A cidade a acolhe, publicando-a em seus jornais. Com isso, o projeto das Concentrações – que não admitiria certas condutas – recebe mais uma avaliação que lhe confere legitimidade. Diante das denúncias, o Prefeito de Ipu se viu na obrigação de defender-se publicamente nos jornais de Fortaleza e todo o corpo administrativo do Campo foi substituído. Esse “bate-rebate” esteve presente nos jornais de Forta-

leza com frequência diária durante o meses de fevereiro e março de 1933. O poder público procurava mostrar transparência no conduto das questões referentes aos Campos de Concentração.

Com as primeiras chuvas de 1933, todos os jornais efetivaram uma forte campanha para o fim das Concentrações. Nesse momento, crescem as censuras. Nos jornais, observa-se uma avalanche de críticas e pedidos de dissolução dos Campos:

O maior sacrifício porém – feito exclusivamente em favor desse Estado – é a manutenção dos Campos de Concentração por este Ministério e administradores pelo governo cearense, os quais nada produzem, uma vez que os centros de trabalho ainda não estão organizados para comportar todos os flagelados [...] A manutenção destes, depois que há vários trabalhos em andamento, parece-nos um erro [...] (*Gazeta de Notícias*, 15/02/33).

[...] As chuvas caídas desde o dia 13 de janeiro, ininterruptas até esta data, já refizeram os Campos de pastagens [...] Permanece ainda como no auge da calamidade o governo a manter milhares de braços inactivos em barracos e barracões ante-higiênicos. Gesto de princípio humanitário, já hoje não mais se justifica (*Gazeta de Notícias*, 15/02/33).

Ao que parece, a emergência na dissolução dos Campos de Concentração era a mesma da sua edificação. As poucas chuvas que começaram a cair no Sertão já forneciam uma certa segurança para o fechamento dos Campos. Pensava-se que a cidade não corria mais o risco de invasão.

As discussões sobre os Campos de Concentração em Fortaleza já se adiantavam em sugerir o reaproveitamento desses espaços:

[...] Perguntamos, então: ficará o Campo do Pirambu abandonado, sem outro aproveitamento dagora em diante? Serão retirados os seus pavilhões, sua capelinha, seu posto de saúde? [...] Achamos que não e, até, é possível que o governo do estado já tenha em mente alguma coisa a propósito [...] cremos que o Campo de Concentração do Pirambú auxiliaria a solução do sério

problema da mendicância, que de muito vem sendo objeto de comentários e cogitações nesta capital [...] A mendicância precisa ser socorrida pelo poder público e este bem poderia transformar o antigo “curral do governo” num abrigo para os mendigos de toda sorte que andam pedinchando diariamente pelas ruas de Fortaleza, pondo a nú o aspecto deprimente desse problema que ainda está por resolver (*Gazeta de Notícias*, 25/02/33).

Com as chuvas, a mendicância na cidade poderia diminuir, mas certamente não iria acabar. A estrutura montada para o funcionamento do Campo de Concentração logo recebeu a sugestão de continuar o controle dos mendigos na Capital. Seria mais um espaço onde o controle se revestiria de amparo. Em geral, esses lugares se mantinham com os óbolos das caridosas famílias fortalezenses. Assim, dando uma contribuição periódica para a manutenção desse lugar, a cidade dos ricos poderia dormir mais tranquila.

## ENTRE O CURRAL E A CIDADE

*Se o progresso é a meta, para que estamos trabalhando? Quem é esse Moleque que, quando os trabalhadores dele se aproximam, acaba por repudiá-los... e que, como consolo às multidões exauridas e condenadas, [...] só oferece a resposta desdenhosa de que, depois de suas mortes, tudo será belo na terra?*

Alexandre Herzen <sup>51</sup>

### Os Currais do Governo

No final de junho, o grande número de concentrados nos Campos começava a preocupar as autoridades. Com pouco mais de um mês de funcionamento, os Campos de Concentração apresentavam uma inesperada quantidade de sertanejos. Conforme as estatísticas oficiais, os dados eram os seguintes: 6.507 em Ipu, 1.800 em Fortaleza, 4.542 em Quixeramobim, 16.221 em Senador Pompeu, 28.648 em Cariús e 16.200 em Buriti, perfazendo um total de 73.918 flagelados (*O Povo*, 30/06/1932).

---

<sup>51</sup> Apud BERLIN, Isaiah. *Limites da utopia*: capítulos da história das ideias. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 25.

Vale ressaltar que o número de flagelados detidos nos dois Campos de Fortaleza é expressivamente menor. Isso pode ser visto como um indício da eficiência dos outros Campos. Tudo indica que, depois dos meses iniciais e turbulentos (abril e maio), muitos flagelados não mais chegaram à capital porque ficaram presos nos Campos do interior. Os retirantes que alcançaram Fortaleza certamente foram aqueles que escaparam do controle exercido pelas Concentrações espalhadas pelo Estado.

Para chegar ao lugar onde habitavam os ricos da “Cidade do Sol”, o retirante teria que transpor várias barreiras. A última muralha eram os dois Campos que estrategicamente localizavam-se na própria cidade, afastados dos bairros nobres. Depois do erguimento dos Campos de Concentração, as ruas da “loura desposada do Sol” ficaram ainda mais isoladas do flagelo. Mas, antes da construção desses territórios de confinamento, já havia um significativo controle sobre o espaço de Fortaleza, dando até margem para a realização de um “carnaval de rua” cheio de confetes e serpentinas, conforme já foi visto em páginas anteriores.

Tudo indica que foram as concentrações de Fortaleza os dois Campos nos quais houve um maior e mais eficiente exercício do poder disciplinar. Em várias reportagens publicadas nos jornais da Capital, percebe-se que as autoridades dedicavam uma especial atenção ao funcionamento desses dois Campos. Diante de um menor número de flagelados (em comparação com outros Campos), os administradores das Concentrações de Fortaleza procuravam desenvolver um trabalho exemplar. Com efeito, esses dois cativeiros, assumiam, por vezes, a condição de duas vitrines diante das quais o visitante poderia ver a concretização de um projeto humanitário e moderno. Como já foi posto em relevo no primeiro capítulo, esses Campos chegaram a fazer parte do roteiro turístico da “Noiva do Sol”, conquistando elogios e doações de visitantes que viajavam no luxuoso navio “Touring Club”.

Sobretudo, depois de junho de 1932, a multidão de concentrados se multiplicava dia após dia. Os grandes terrenos, cercados

ou murados, geralmente planejados para alojar de dois a cinco mil flagelados, chegaram a receber mais de 50 mil retirantes, como é o caso do Campo de Concentração do Buriti, no Município do Crato.<sup>52</sup> O pavor diante da multidão crescia na proporção de sua extensão. O desejo de controlar os miseráveis também trilhava o caminho dessa proporcionalidade: quanto maior o número de flagelados mais rigorosa era a vigilância.

Os Campos de Concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas e açudes ou obras de “melhoramento urbano” de Fortaleza, ou quando eram transferidos para outro campo. Durante esses deslocamentos, sempre havia uma atenta vigilância para evitar as fugas ou rebeliões. Os flagelados só se deslocavam dentro de caminhões e, a todo momento, ficavam sob o atento olhar de vigilantes.

Os flagelados eram vigiados durante o dia e a noite. Na Concentração do Patu, por exemplo, “o serviço de polícia era feito por duas turmas com 36 homens, divididos em cinco postos durante o dia e seis no correr da noite” (*O Povo*, 25/05/1932).

Em muitos casos, os escolhidos superavam as expectativas previstas nos postulados do disciplinamento e acabavam se transformando em problemas para os administradores. Empolgados com o poder que passavam a exercer – o poder de vigiar – muitos desses guardas começavam a causar “desordens”, pois tornavam-se demasiadamente agressivos e arbitrários no trato com os concentrados. Nessas circunstâncias, esses vigilantes entravam em dissonância com o projeto idealizado para o funcionamento dos Campos, que

---

<sup>52</sup> Vale salientar que entre os sete Campos de Concentração podemos perceber algumas distinções na estrutura arquitetônica. Por exemplo, alguns eram cercados de forma circular e outros recebiam uma coformação mais quadrangular, entretanto, havia uma estrutura básica presente em todos os Campos: posto médico, cozinha, barbearia, casebres separados por família.



pretendia controlar o flagelado com base em um discurso civilizado e civilizador. Quando alguns casos de violência e desmando eram denunciados por jornalistas, os vigilantes envolvidos perdiam o cargo e voltavam à condição de meros concentrados.

Em algumas Concentrações existia um lugar específico para o castigo e a punição exemplar. Nos relatos jornalísticos que descreviam detalhadamente a estrutura dos Campos de Concentração, jamais se falou nessa prisão punitiva. Entretanto, nas memórias dos sertanejos que passaram por estes lugares, a lembrança do “sebo” tornou-se marcante. Conforme o depoimento oral do Sr. José Camurça, dentro do próprio Campo do Buriti (no Crato) havia “uma espécie de cadeia para os desordeiros” e “era um cercado de madeira bem alto e seguro”. D. Maria de Jesus, que esteve por cinco meses na Concentração de Senador Pompeu, comenta que os rapazes deixavam que seus cabelos fossem raspados temendo o confinamento no “sebo”.

A punição era, portanto, realizada de maneira exemplar. A existência de um lugar para o castigo era mais uma estratégia no disciplinamento dos flagelados dentro das Concentrações. Mesmo que não fossem utilizados com frequência, somente pelo fato de existirem, esses lugares conseguiam fortalecer o controle dos flagelados através de uma intensificação da “pedagogia do medo”. Constituíam-se como uma espécie de autoridade inanimada.

Nos Campos de Fortaleza, esse tipo de punição era realizada de forma diferente. Nos casos de desordens, os flagelados eram encaminhados à delegacia, onde eram detidos. Em Fortaleza, esse tipo de comportamento era julgado como “caso de polícia”.

No registro do “Rol dos Culpados” da cidade de Fortaleza, encontram-se alguns casos, como o de Francisco Alves de Freitas, 20 anos, acusado por revoltar-se com o destacamento do Campo de Concentração do Urubu; ou José Serafim de França, 34 anos, acusado de tentar revoltar os vigias do Campo de Concentração; por isso, perdeu seu posto de chefe dos referidos vigias. Como essas, outras

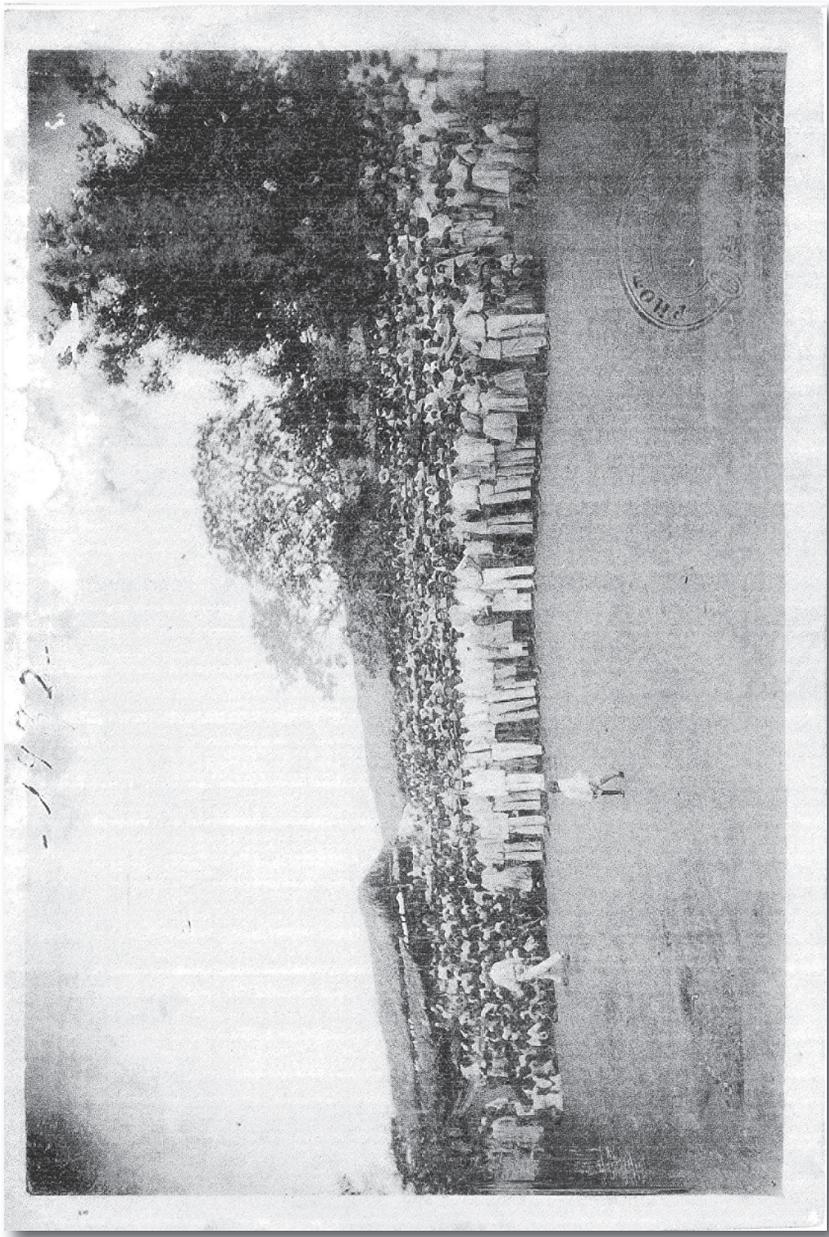


prisões de Concentrados foram efetivadas na Delegacia Municipal de Fortaleza no ano de 1932. Essas prisões são alguns indícios das formas pelas quais os sertanejos colocavam-se como sujeitos ativos em face das práticas repressoras. O projeto disciplinador dos Campos era efetivado de modo bastante conflitivo.

Em geral, os concentrados eram presos por roubo de comida ou algum tipo de afronta às normas morais. No “rol dos culpados” referente aos meses de julho e agosto de 1932, muitos concentrados foram detidos na polícia. A maioria dos casos é referente a embriaguez e posterior revolta contra os administradores e vigilantes do Campo. Os Campos de Concentração eram lugares onde os confrontos entre os flagelados e o poder público colocavam-se das mais diferentes maneiras.

A preocupação dos vigias era acima de tudo com a moral e a decência. Para a realização de um projeto assistencial, disciplinador e civilizador era necessária uma vigilância redobrada sobre o comportamento sexual dos flagelados. Afinal, a imagem desse tipo de projeto ficaria bastante comprometida se os considerados “atos indecorosos” chegassem a se impor entre os retirantes. Nesse sentido, “os casebres eram divididos em um pavilhão para os homens solteiros e outro para as viúvas e as famílias” (*Correio do Ceará*, 06/05/32).

Conforme a imprensa de Fortaleza, no Campo de Concentração do Matadouro, “vinte homens com relativa instrução militar cuidavam de manter a ordem e o respeito entre os flagelados”. Alguns jornalistas chegam a admitir que a alimentação tornava-se, em alguns momentos, bastante precária, no entanto, asseguram que “... no tocante à ordem e moralidade o serviço, nada deixa a desejar”. Com isso, essas matérias reforçam a ideia de uma dedicação irretocável no controle dos flagelados. A comida e o remédio deveriam ser enviados pelo governo federal, mas, aquilo que cabia ao poder interno, vinha sendo admiravelmente implementado (*O Povo*, 16/04/1932).



Em todos os Campos de Concentração, foram erguidas capelas, que, além de abrigar as orações e alimentar a fé dos flagelados, eram utilizadas para reforçar a vigilância sobre os corpos. No Campo de Concentração do Ipu, o vigário Gonçalo Lima, celebrava missas, casamentos e batizados semanalmente. Ao expor o tema, o jornal *Correio da Semana* fez um comentário que pode ser visto como um significativo indício do imaginário das classes dominantes em torno da vida moral dos retirantes: “Em um meio tão propício à corrupção dos costumes somente a ação constante do vigário e dos catequistas poderia manter a moralidade” (*Correio da Semana* 05/11/1932).

O vigário Gonçalo Lima conta com orgulho que até o dia 24 de dezembro de 1932 já havia realizado 250 batizados, 35 casamentos e 1.600 comunhões no Campo de Concentração do Ipu. O dedicado padre constatou que poucos sertanejos se orientavam segundo os ensinamentos da “Santa Madre Igreja”, pois muitos casais viviam maritalmente sem o sacramento matrimonial e tinham seus filhos pagãos. Nesse sentido, o Campo era visto, também, como uma significativa oportunidade de introjetar nos flagelados a noção de pecado presente na união sem casamento oficializado pela Igreja.

Para a religiosidade dos sertanejos pobres, os sacramentos, como o batismo e o matrimônio, não tinham a importância prevista pela hierarquia clerical. Acostumados a viver em lugares onde a ausência de padre é frequente, muitos sertanejos desenvolveram suas experiências religiosas sem atribuir uma importância fundamental aos sacramentos. Suas vivências religiosas eram constituídas sobretudo por um relacionamento com o sagrado sem a mediação dos sacerdotes, ou seja, eram compostas por uma tessitura de ligações com o santo protetor, diante do qual eram realizados os pedidos, os agradecimentos e as orações. Para as mais remotas paragens da caatinga, o sagrado se constituía muito mais mediante o oratório doméstico que através de rituais comandados por um sacerdote. Desenvolvia-se, então, um catolicismo pouco ortodoxo para os olhos da Igreja.

Certamente, os números citados pelo Pe. Gonçalo Lima não representam ainda a evangelização desejada pela Igreja. Ao que parece, a importância dada aos sacramentos era bem maior para o Pe. Gonçalo que para os sertanejos: é plausível imaginar que, para muitos concentrados, os batizados e casamentos não possuíam um significado primordial. Com efeito, é preciso salientar que, no imaginário desses sertanejos, viver sem esses sacramentos não significa ter uma menor dignidade ou ser um católico pouco dedicado.

Com a presença quase diária dos padres nas Concentrações, alguns flagelados se empolgavam e casavam mais de uma vez. No registro dos concentrados que foram presos na delegacia de polícia da cidade, alguns casos referem-se à prática da bigamia. O Sr. José Pedro de Lima, por exemplo, foi acusado de ter casado duas vezes no Campo de Concentração do Urubu. Depois de causar desordem e briga entre as duas esposas que moravam na Concentração, o Sr. José foi denunciado e preso. Ao que parece, um dos fatores que estimulava a prática do casamento era a distribuição de “enxovais” pelas “senhoras católicas” e outras autoridades.

Mas, a Igreja também se apresentava para consolar as famílias e assegurar às almas o encontro com o pai celestial. Na seca de 1932, o obituário oficial registrou o número de 23.000 mortos. Como já foi mencionado, pelo registro de óbitos da Igreja Matriz do Município do Ipu, somente no Campo dessa cidade, havia diariamente uma média de seis a sete mortos.

A inatividade era considerada a grande inimiga da ordem e da disciplina. Com isso, os administradores dos Campos legitimavam a exploração abusiva dos flagelados nas mais diferentes atividades. A justificativa apresentada pelo administrador do Campo de Concentração do Ipu em relação ao emprego dos flagelados nestes serviços é um significativo indício para o entendimento desses trabalhos como parte das estratégias de disciplinamento: “Os flagelados não podem ficar inativos um só momento. Todos eles têm que trabalhar seja em que serviço for”. Conforme suas declarações, havia várias

oficinas de trabalhos internos para os flagelados. Estes serviços eram diversos e ocupavam homens, mulheres e crianças:

Além da constante construção de barracas, cerca de 500 homens trabalham no serviço de olaria, mas a oficina de carpintaria tem sido a mais importante pois todo o serviço de madeira de que precisa o Campo, é feito ali com uma habilidade digna de nota. Cama, cadeiras, confissionários, cacetetes para os guardas, tudo, enfim, é feito na carpintaria do Campo. Na alfaiataria são aproveitados os sacos de gêneros e transformados em roupas para os concentrados. A barbearia também ocupa alguns profissionais e há ainda uma secção de funilaria, onde se fabricam lamparinas, canecas e outros utensílios usados nos campos (*O Povo*, 12/07/32).

Observa-se que, além dos trabalhos externos e de maior extensão, como estradas de rodagem, calçamento, calçadas, existiam vários trabalhos internos. O controle do cotidiano dos flagelados era implementado de diferentes formas, tentando atingir suas vidas em várias dimensões.

Para os que se destacavam nesses serviços diversos, era dada a recompensa de uma melhor “ração” ou ainda uma “diária mínima”. Mas os concentrados nem sempre concordavam com essa remuneração. Muitos flagelados se recusavam a receber esmolas pelo seu trabalho e se rebelavam contra a administração dos Campos de Concentração. Alguns eram presos na delegacia da cidade e outros conseguiam fugir das Concentrações.

Os jornais publicavam crônicas denunciando a postura desses “rebeldes” como malandragem. Em geral, esses textos tinham sempre o mesmo título: “A diferença entre o flagelado e o Malandro”. Com isso, tentavam apresentar determinada postura como definidora do flagelado. Aquele que rompesse com esse “modelo” seria definido a partir de outros adjetivos. *O Povo* de 28 de abril de 1932, reforça esse modelo de flagelado nos seguintes termos:

Vem se verificando, nos Campos de Concentração, conforme nos declarou o próprio Sr. Interventor Federal – que alguns flagelados robustos, escolhidos para diversos serviços, recebendo a diária mínima de três mil réis, se recusam a trabalhar [...] Esse fato exige repressão. Se o retirante está em boas condições orgânicas e gosa saúde deve corresponder aos bons propósitos oficiais, desde que lhe ofereçam trabalhos de acordo com suas aptidões [...] mas nos Campos sempre que houver trabalho remunerativo, não haverá lugar para a malandragem.

Outro aspecto significativo é o nome com o qual o flagelado batizou os Campos de Concentração: Curral do Governo. Na sua vivência do mundo rural, o sertanejo sabe que o gado precisa ser encurralado para não fugir. O curral é uma prisão. Mais que isso: é uma prisão de animais. O Campo não era, portanto, um lugar para gente. Era uma prisão que tratava os seres humanos como bichos. Na memória de muitos sertanejos, o curral foi mais um caso que explicitava a forma cruel pela qual o Governo costumava, e ainda costuma, assistir os despossuídos.

Os administradores também ofereciam diversão aos concentrados. No Campo de Concentração do Matadouro formou-se até “uma orquestra e um corpo de bailarinos entre os flagelados”. Os jornais anunciavam com entusiasmo “a disposição dos pobres infelizes para a alegria e o divertimento”. Além disso, muitas apresentações de jograis e corais infantis eram realizadas nos Campos.<sup>53</sup>

Além do lazer permitido, o flagelado também se divertia a seu próprio modo. Muitos depoentes contam que, à noite, quando todos os flagelados terminavam seus serviços, eles se reuniam e entoavam cantigas, faziam desafios e repentes. Tocavam instrumentos e dançavam. Como lembra o Sr. Francisco Lima: “agente sempre dava um jeitinho de animar aquela vida difícil”.

---

<sup>53</sup> Nesses relatórios poucas vezes as crianças são mencionadas, em geral, ou aparecem para legitimar o emprego da sua mão de obra nos diversos serviços ou algumas atividades consideradas lazer, como esses corais infantis.

## Médicos e Curandeiros

*Uma enxaqueca. A tia Joaquina promptifica-se em fazer umas rezas e benzeduras com galhos de arruda e alecrim. Pobre preta velha! Deixem-na na inocente illusão da sua credence! Mas não deixem sofrer inutilmente a mocinha. Um ou dois comprimidos de Cafiaspirina serão o bastante para allivial-a dessa terrível dôr de cabeça.*

Acompanhado do desenho que mostra uma “preta velha” com ramos de arruda tentando curar a jovem enferma, esse texto publicitário dos remédios *Bayer* era amplamente divulgado pela imprensa de Fortaleza no início dos anos 30. A “Cafiaspirina”, em contraposição ao mundo da “inocente credence”, aparecia nas páginas do jornal *O Povo*, quase diariamente, ao lado de “reclames” que procuravam despertar o desejo do consumo em torno dos “artigos modernos” e várias outras propagandas de remédios, como o fortificante “Neo-necatorina” – indicado para a “doença da preguiça” – ou o “Elixir do Dr. Nogueira”, que poderia curar feridas, espinhas, úlceras, reumatismos, manchas na pele, escrófulas ou quaisquer “males do sangue”.

Desse modo, o saber científico procurava disseminar a legitimidade da ciência em um universo que, com base em “remédios caseiros” ou na prática das benzendeiras, apresentava, muitas vezes, uma teimosa resistência às fórmulas científicas. Atacar a Benzedura foi uma das estratégias encontradas pela indústria de remédios que tentava atingir, além da cidade, os confins do Sertão.

Além de figurar nos periódicos da capital, as promessas da *Bayer* conseguiam, em certa medida, penetrar pelos caminhos da caatinga: alguns cartazes com esse tipo de mensagem eram fixados nas paredes dos estabelecimentos comerciais ou mesmo nas casas de fazenda. Desse modo, a indústria dos “remédios científicos” tentava fortalecer a luta dos médicos contra tais “bruxarias”. Mas, no ima-

ginário das populações rurais, os remédios da farmacologia faziam pouco sucesso. A persistência dessas propagandas de combate aos remédios da tradição revela que a opção pelo tratamento “mágico” das curandeiras e benzedeiras muito perturbava o mercado farmacológico, bem como a atuação dos médicos.

Nos jornais de Fortaleza, sempre apareciam reportagens ou artigos sobre a nobre missão da medicina, bem como sobre as “crendices” que eram consideradas empecilhos para os verdadeiros profissionais da cura e da prevenção, ou seja, os médicos. No *Gazeta de Notícias* do dia 04 de fevereiro de 1933, havia, por exemplo, um artigo intitulado “Os Guardiões da Saúde”:

[...] Entre as múltiplas formas de atividade, algumas são para a coletividade tão indispensáveis quanto as funções vitais do organismo. Tal é a função do médico, seja agindo como higienista, seja actuando com a sua “arte de curar”. [...] Não esqueçamos: a saúde é a vida e só vive integralmente quem tem saúde. Esta noção geral, entretanto, não é tomada por todos na sua verdadeira latitude. Há quem julgue que as mezinhas têm o poder de restabelecer a saúde milagrosamente, assim o doente só contribui com atos inteiramente propensos a deturparem a ação dos medicamentos e exaltarem o trabalho morbigênio.

Contudo, no dia 23 de março de 1933, “D. Raimunda de Tal” desafiou, com seu prestígio de curandeira, o poder do Dr. José Jacome. Sua presença fortalecia a resistência dos flagelados em obedecer às normas sanitárias impostas pelo médico. Perturbado com a situação, Dr. José Jacome resolveu usar a imprensa para fazer sua denúncia:

Sr. Diretor, peço-vos conseguir o afastamento, desta área, da curandeira Raimunda de tal que vem interrompendo os serviços de assistência, prejudicando ainda mais a saúde dos pobres ignorantes que dão crédito as suas bruxarias e beberragens aplicadas aos doentes (*O Nordeste*, 23/03/33).

Convencer os flagelados a seguir os novos códigos de conduta não era tarefa fácil. As “vítimas da seca” negavam-se, muitas vezes, ao “adestramento”. De várias formas, rebelavam-se contra o poder administrativo dos Campos de Concentração ou de outros locais de controle do flagelo.

“D. Raimunda de Tal” não era um adversário fácil. O primeiro apelo do Doutor foi insuficiente para mantê-la afastada. Depois das reclamações do Dr. Jacome, essa batalha entre a ciência e as crenças dos flagelados permanecia visível nos jornais da cidade. Tornou-se necessário um novo conjunto de denúncias e apelos:

O serviço de vacinação, anti-variolice e anti-tifo tem sido bastante prejudicada, visto a referida brucha aconselhar ao povo a não aceitar as vacinas, dizendo serem prejudiciais à saúde. Espero que o ilustre chefe, como autoridade, tomará enérgicas providências aos fanáticos da Terra (*O Nordeste*, 26/03/33).

Nesse trecho, o Doutor entende que a atitude não é apenas individual – da D. Raimunda – mas sim uma rebelião coletiva. Pede providências não somente para a tal “brucha”, mas também, para seus seguidores, os “fanáticos da terra”. No Campo de Concentração, os flagelados dependiam da alimentação distribuída para sobreviver, mas nem por isso obedeciam a todos os mandos do poder. Encontravam na experiência dos seus próprios saberes a motivação para negar o saber imposto.

Mas afinal, como terminou a história de “D. Raimunda de Tal” e seus seguidores? Para resolver o problema do médico, foi necessário convocar a polícia para intimar a “tal curandeira” a se retirar “daquele lugar de tanto atraso”, pois, de acordo com a avaliação do doutor, seu poder, enquanto cientista e benfeitor, estava visivelmente ameaçado. Constrangido e decepcionado, o Dr. Jacome conta que a fama da “brucha” era tanta que até alguns funcionários da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas estavam procurando o seu serviço mágico.

Conforme o relatório do Dr. Jacome, quando os flagelados eram interrogados sobre o porquê de suas crenças em torno do poder taumatúrgico da velha “brucha”, contavam uma história bem conhecida por todos na Concentração: “D. Raimunda é uma Santa enviada por Deus. Ela faleceu, e depois de 24 horas voltou a Terra por ordem de Deus e com poderes de curar ou predizer a morte de quem lhe consultar” (*O Nordeste*, 26/03/33). Com esse relato, explicitamente hagiográfico, os flagelados passavam a ignorar, quase completamente, o discurso dos médicos que exigiam o fim das crenças nos poderes sobrenaturais.

Todas as semanas, os jornais de Fortaleza noticiavam que comissões dirigidas por enfermeiros, sanitaristas e médicos deslocavam-se da capital para os Campos de Concentração. A partir de suas atuações junto ao flagelado, esses profissionais da saúde sempre deixavam o registro de suas impressões nos periódicos da cidade. O discurso médico era constantemente solicitado pelos jornalistas. Além de ser uma voz autorizada para falar sobre a situação dos retirantes, o portador do saber científico sobre a saúde e a doença era visto como o verdadeiro dono do diagnóstico sobre os males e perigos da cidade, capaz, também, de indicar a solução mais eficiente. Tudo indica que, aos olhos da cultura letrada, o saber médico possuía considerável prestígio. Para os arautos da ciência médica, o dever do poder público poderia ser dividido em duas partes complementares: “higiene e instrução”. No entanto, entre os flagelados, o segundo dever foi pouco implementado.

Nos jornais da época, era comum encontrar registros sobre práticas religiosas dos pobres das cidades ou do Sertão. Os jornalistas tratavam as experiências religiosas dos sertanejos com um regime discursivo que guardava significativa semelhança com a fala dos médicos. Nos jornais de Fortaleza, como de outras cidades, os homens e as mulheres do Sertão apareciam como seres ignorantes, que praticavam uma religiosidade deturpada, ou seja, eram fanáticos. A linguagem dos jornalistas configurava-se em uma tonalidade

quase sempre irônica, na qual o outro aparecia como uma espécie de espelho invertido. A experiência do sertanejo com a seca era mais um motivo que esses profissionais da notícia encontravam em suas incursões pelo mundo do misticismo, ou melhor, pelo universo de “práticas pitorescas” do “povo inculto”.<sup>54</sup> Um dos vários exemplos dessa forma de tratar a religiosidade do Sertão é a reportagem que foi publicada pelo jornal *O Povo* no dia 24 de maio de 1932. O desprezo diante do outro começa a se expressar a partir do título “Um meio fácil de explicar a Sêca”:

Desde Sábado que tem caído abundantes chuvas nessa cidade. Essa mudança de atmosfera em São José de Mipibu foi atribuída a causas sobrenaturais. É corrente que um menino ali residente tivera uma “visão” na qual lhe diziam que a atual falta de chuva era ocasionada pela retirada que há algum tempo se fizera do cruzeiro outrora existente em frente da Matriz local. A insistência na divulgação da notícia fez algumas pessoas prometerem a reposição da cruz aludida. Isto feito, logo na noite de Sábado iniciaram-se as chuvas que se prolongam durante todo o dia. Como se vê, apesar das dificuldades do momento, a população não descança quanto a propagação de suas crendices.

Para o sertanejo, não só a cura guardava relação com as forças do sagrado. A realização de determinados rituais religiosos poderia, também, acabar com uma seca. Realizar procissões, promessas ou roubar a imagem do santo da Igreja e só devolvê-la com a chegada

---

<sup>54</sup> Como ressalta Cristina Wissenbach, “... na descrição das condições de vida de trabalho das classes populares, jornalistas autoridades médico-sanitárias e policiais, homens da ciência e autoridades eclesiásticas tornam-se extremamente discursivos quando, nos inícios do século XX, narram ou refletem sobre fatos relativos às práticas e crenças mágico-religiosas presentes nas cidades brasileiras da época. [...] Diante da profusão de narrativas, muitas delas repetitivas, não é possível deixar de imaginar que seus autores, ao colecionarem histórias tão fascinantes, tinham também a intenção de colocar em destaque a imensa brecha que existia entre eles e esses outros, tão diferenciados em seu modo de viver e em suas crenças, sublinhando as profundas distinções que se instituíam entre o universo mental popular e o erudito dos quais observadores e observados eram representantes” (WISSENBACH, 1997, p. 92-93).

das chuvas eram (e são) práticas de fundamental importância nas estratégias de combate à seca. E, nessa perspectiva, a noção de êxito da estratégia possui características próprias. Mesmo sem o sucesso desejado, o sertanejo não abandonava sua fé. Em linhas gerais, a fé continuava produzindo esperança e arrefecendo as dores. Ao contrário do que pensava (ou queria) o citado jornalista, tudo indica que essa “crendice” não era vulnerável às “dificuldades do momento”: a religiosidade era uma das formas de enfrentar as agruras da seca. Nessa perspectiva, enfrentar não é somente tentar acabar com a estiagem, mas, também, dar um sentido plausível para essa estiagem ou para o ritual que produziu ou não o efeito esperado, ou seja, que trouxe ou não a dádiva das chuvas.

O discurso da higiene servia de justificativa para quase todos os (ab)usos do poder durante a seca de 1932. Contudo, esse poder em evidência na imprensa era pouco respeitado nas aglomerações dos miseráveis. As revoltas e resistências dos flagelados se manifestavam sobretudo contra as regras que se referiam ao poder dos médicos e higienistas, pois os sertanejos procuravam se livrar das doenças através de seus próprios meios.

“Quem bebe a água do santo fica curado.” Esta era uma das manchetes d’*O Nordeste* de 14 de março de 1933. O jornal relatava que, numa aglomeração de flagelados do distante município de Timbaú, um “velho taumaturgo vinha curando sofrimentos da vista, pulmões, rins e outras doenças”. Revelando poderes curativos, o velho conhecido como João de Deus conseguia reunir vários sertanejos para beber da sua água milagrosa.

Ao ser indagada sobre os milagres do velho taumaturgo, D. Maria José Guedes, garantiu, diante do jornalista, que era uma das favorecidas: “Eu era completamente cega e agora estou enxergando muito bem”. Certamente, não cabe aqui levantar questões sobre a veracidade do depoimento de D. Maria ao Jornal. Interessa, apenas, pôr em relevo a força de suas palavras na reafirmação e no fortalecimento de uma opção própria na busca da cura, na relação com a doença

ou no entendimento do corpo. D. Maria valoriza o seu universo de crenças mostrando sua funcionalidade diante do estranho jornalista. Desse modo, D. Maria assegurava que sua forma de procurar a cura era visivelmente eficaz. Subjacente a isso, estava a negação da ciência médica ou pelo menos do monopólio desse saber sobre os corpos.

Um dos principais conflitos entre os flagelados e os controladores dos Campos girava em torno de visões diferenciadas diante da doença e da cura. Para o sertanejo, a cura deveria ser operada por outros meios. No imaginário dos que deveriam ser submetidos aos padrões do saber médico, os males do corpo guardavam íntima relação com as forças do sagrado. Nessa perspectiva, o costumeiro caminho para a cura era pedir ajuda a um intermediário entre Deus e os homens. Em linhas gerais, é possível identificar três grupos de mediadores: os santos da proteção, os curandeiros e os rezadores.<sup>55</sup>

No catolicismo vivenciado no Sertão, ser devoto de um santo é reafirmar que o mundo tem sentido, ou melhor, que a vida está inserida em uma complexa tessitura de protetores e protegidos. Além disso, ser devoto é, também, compor ou improvisar táticas de sobrevivência. Nesse sentido, essa experiência religiosa é, em alguma medida, uma das formas pelas quais os fiéis procuram resolver os mais variados problemas do cotidiano, uma das maneiras de enfrentar as agruras e desafios colocados pelo viver. Nesse sentido, vale lembrar que “o milagre popular é a mostra de efeitos simples de trocas de fidelidades mútuas entre o sujeito e a divindade... Ele não é a quebra, mas a retomada ‘da ordem natural das coisas’ na

---

<sup>55</sup> Com efeito, a medicina científica tenta construir um caminho de ruptura em torno da noção de mediadores para a obtenção da cura. Nesse sentido, o médico se preocupa com a doença e não com o doente e nessa medida procura negar os significados da cura presentes em um elemento exterior ao sujeito: a doença é produzida internamente, no organismo de cada sujeito e não em um mundo exterior conduzido por forças místicas. Desse modo, as concepções da medicina científica tornavam-se profundamente agressivas às experiências curativas do sertanejo. Por outro lado, vale salientar que atualmente o médico é visto pelo sertanejo, em certa medida, como um desses mediadores.

vida concreta do fiel, da comunidade ou do mundo...” (BRANDÃO, 1980, p. 181).<sup>56</sup>

Esses comportamentos confrontavam não só o saber médico, mas todos os poderes da classe dominante representados nestas aglomerações, na medida em que, em certo sentido, o discurso da higiene era apropriado por todos os poderes repressivos: aqueles que se julgavam civilizados, falavam em nome do saber médico/científico. Nessa perspectiva, os flagelados estavam cada vez mais distantes daquele tipo de civilização e tornava-se mais difícil a implementação de estratégias de disciplinamento dos corpos. Aos olhos das classes dominantes, em períodos de seca, as classes pobres mostravam sua periculosidade com maior nitidez, pois tornavam-se mais doentes e mais ociosas.<sup>57</sup>

No seu depoimento para os arquivos do CPDOC, em fins da década de 70, José Américo de Almeida, que em 1932 era Ministro da Viação e Obras públicas, lembra que a tarefa mais difícil era aplicar a vacina nos flagelados: “A vacinação contra o tifo e a desinteria era obrigatória, mas para vacinar era preciso até amarrar os flagelados.”<sup>58</sup>

Em novembro de 1932, o chefe do serviço de assistência médica do Campo de Concentração do Ipu foi ao jornal *O Correio da Semana* para, mais uma vez, falar sobre a difícil tarefa de doutrinar os flagelados na “lei da higiene”. Com um discurso ríspido e indignado, o médico afirmou que não entendia as razões pelas quais os flagelados apresentavam tanto “pavor” diante do “isolamento necessário”:

---

<sup>56</sup> Cf. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo: um estudo sobre religião popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 181.

<sup>57</sup> Conforme ressalta Sidney Chalhoub, “as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio” (CHALHOUB, 1996, p. 29).

<sup>58</sup> CAMARGO, Aspásia (Org.). *O nordeste e a política: diálogos com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 215.

Podem calcular o quanto é árdua a tarefa de higienizar uma gente sem a menor noção de sanitarismo. Resultou deste terrorismo plebeu que o sarampo invadiu a Concentração, apesar das enérgicas medidas empregadas. Verificou-se ainda que muitos casos eram escondidos na ocasião da visita dos médicos e seus assistentes. Até mesmo creanças sarampentas eram envolvidas totalmente em lençoes, dando a impressão de um amontoado de pannos velhos. Felizmente uns gemidos abafados partido de certo embrulho revelou o ardil dos apavorados... Deante desta rebeldia seria inevitável que o sarampo atingisse às proporções a que chegou.

Os flagelados tentavam fugir das normas sanitaristas de várias maneiras. Quando as explicações sobre suas crenças não eram suficientes, recorriam a outros procedimentos. A prática de esconder-se ou esconder crianças para evitar a vacinação era comum. Muitas vezes, os jornais da capital noticiavam a reclamação assustada das mocinhas enfermeiras que eram enxotadas dos casebres onde entravam para dar as lições de higiene. Os médicos chegavam a admitir que esse tipo de rebeldia era quase incontrolável. Muitos destes profissionais consideravam o sertanejo um ignorante sem solução. O “terrorismo plebeu” deixava os profissionais da saúde visivelmente perturbados.<sup>59</sup>

A reação de repulsa dos flagelados diante da ciência médica revela que a mensagem sanitarista era também pouco conhecida entre os habitantes do Sertão. Ao que parece, somente no momento da seca, com o isolamento dos miseráveis, a medicina tentava uma aproximação mais definida com os sertanejos. A imposição de novas formas de relação com o corpo significava para esses retirantes um redimensionamento geral no seu modo de viver. Ao negar a inter-

---

<sup>59</sup> Alguns sanitaristas resolveram criar, como estratégia de convencimento, certas narrativas de caráter místico em torno da vacinação. Rodolfo Teófilo, por exemplo, aproveitou-se do estereótipo angelical de Edward Jenner, o inventor da vacina antivariólica, para contar aos sertanejos que Jenner havia recebido a visita de um anjo enviado por Maria Santíssima e entregou-lhe aquele líquido para salvar o sertanejo do sofrimento. Ao que parece, esse discurso gerou um certo sucesso na sua missão em nome da saúde (PONTE, 1993, p. 111).

venção dos médicos, o concentrado estava defendendo o espaço do seu corpo, ou melhor, delimitando as fronteiras da sua corporiedade, em face das autoridades. Nessa perspectiva, a invasão do seu corpo era uma violência ou uma ameaça contra a sua própria vida.

Vale lembrar que o objetivo do discurso médico não era simplesmente inculcar nos indivíduos a legitimidade do diagnóstico da medicina ou o poder curativo do “remédio científico”. O discurso médico, em sintonia com valores do capitalismo, procurava criar um novo indivíduo, um corpo saudável e disciplinado para a produção, dentro de uma determinada moralidade.<sup>60</sup>

A disciplina que se tentou implementar nestes Campos de Concentração é um indício do modo pelo qual o flagelado era visto. Para as classes dominantes, o retirante era tido como uma ameaça e ao mesmo tempo uma força produtiva de grande valor, como já foi discutido anteriormente.

A constante reclamação dos médicos em relação à resistência dos flagelados diante da vacina acabava revelando aspectos da cultura dos retirantes que faziam relação entre medicina científica e força demoníaca. Nos jornais, os médicos sempre comentavam o medo que a vacina ou outros exames despertavam nos retirantes. Para muitos, a vacina seria a causa da doença e não a sua cura. Conforme os jornalistas d’*O Povo* (18/04/1932), quando um médico conseguia vacinar os flagelados, muitos procuravam lavar o braço e ficavam esfregando o lugar da picada com grande força, gritando que a vacina em nada adiantaria, pois conseguiriam arrancá-la de seus corpos. Ao seu modo, o sertanejo fez a sua “Revolta da Vacina”.

Vale ressaltar que o chamado “barbarismo” dos retirantes caracterizado, entre outras coisas, por estas atitudes, podia ser visto

---

<sup>60</sup> Foucault infere que a disciplina do corpo “fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo e diminui essas mesmas forças. Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita” (FOUCAULT, 1979, p. 127).

também em outras classes sociais. Em 1932, muitas famílias ricas tinham o seu curandeiro de confiança e nem sempre o médico era o primeiro a ser solicitado em caso de doença. Nesse sentido, é plausível supor que as considerações médicas sobre as atitudes dos flagelados nas Concentrações procuravam, também, afastar as distintas famílias dessa “ignorância”. Afinal, percebe-se que o saber médico tentava estabelecer ou fortalecer o poder da ciência no meio urbano. Ao que parece, a mensagem supostamente direcionada aos concentrados queria atingir uma extensão bem maior que esse indócil conjunto dos flagelados.<sup>61</sup>

Quando vistas em uma “história a contra-pelo”, as “miseráveis e enfermas vítimas da seca”, retratadas nos jornais, revelam-se de outro modo: são indivíduos que se manifestam ativamente diante das normas disciplinares impostas nas concentrações. Nos Campos de Concentração não aconteceram grandes batalhas, mas o dia a dia nesses lugares indica que os flagelados confrontavam-se frequentemente com o poder que pretendia ditar as normas de convivência nos Campos. Ao fim e ao cabo, esta era a grande batalha: a luta pela sobrevivência e o enfrentamento peculiar aos poderes instituídos.

## **Pão e Poder**

No imaginário das classes dominantes, uma das piores consequências da seca era a chamada “desordem social”. O movimento migratório dos famintos aparecia como uma bomba que poderia explodir a qualquer momento. Sobretudo para os comerciantes do ramo de alimentação, a multidão de flagelados era uma ameaça de causar arrepios. Diante desse iminente perigo, tornava-se necessário

---

<sup>61</sup> No seu estudo sobre “cortiços e epidemias na corte imperial”, Sidney Chalhoub nos lembra que os ricos também tinham comportamentos repulsivos quando descobriam que a vacina antivariólica era produzida a partir de uma substância retirada do úbere da vaca. E mais ainda: entre os próprios médicos havia receios e a criação de histórias malditas e misteriosas sobre a vacina (CHALHOUB, 1996, p. 115).

restringir (e em alguns casos eliminar) a utilização do seguinte princípio, mais ou menos aceito por todos: “roubar para matar a fome não é crime”.

Com a construção dos Campos de Concentração e a implementação de outras políticas de assistência, como as frentes de trabalho e o incentivo à emigração para outros Estados (com a distribuição de passagens), procurava-se mostrar que, para matar a fome, o sertanejo teria várias alternativas. Desse modo, a possibilidade do roubo tornava-se menos aceita. Diante das ajudas, roubar alimentos seria crime e não um ato legítimo de quem passa fome.

Mas, para os sertanejos pobres, as ajudas do Governo não eram suficientes e o roubo continuava sendo legítimo, apesar da repressão ideológica e física. Nos códigos da tradição, ou melhor, no imaginário dos sertanejos pobres, o roubo é, em princípio, um crime. Mas, nem todo roubo é condenável. Para os despossuídos, como para os potentados, o roubo para matar a fome é mais ou menos aceito. Como foi visto anteriormente, os ricos ameaçados pelos saques sempre utilizavam a fome como princípio legitimador dos roubos e assaltos coletivos. Na medida em que eram explicadas como atitudes espasmódicas, ou seja, sem um conteúdo político mais definido, os motins dos retirantes recebiam uma caracterização, em certo sentido, menos ameaçadora.<sup>62</sup>

Há pelo menos duas dimensões desse “roubo de alimentos” que precisam ser melhor explicitadas: a ideia que coloca o alimento como parte da natureza e o seu caráter de conflito político. Para os camponeses, o alimento nasce da terra e, antes de tudo, o alimento é da terra, apesar de existir um dono da terra. Nesse sentido, levar

---

<sup>62</sup> Vale lembrar que esse procedimento diante dos saques guarda forte semelhança com o imaginário dos senhores de escravos nos séculos XVIII e XIX. Como ressalta José Carlos Barreiro, os assaltos dos escravos eram despolitizados, na medida em que eram explicados apenas pelo princípio do impulso da fome: “Tudo era feito para esvaziar o acontecimento daquilo que arriscaria colocar em questão a instituição que prescreve as normas definidoras do que é e do que não é crime” (BARREIRO, 1988, p. 15).

frutas ou pedaços de cana de terrenos alheios ou até mesmo pegar uma galinha solta na estrada para alimentar-se não é crime. Ao que parece, a noção de propriedade privada liga-se muito mais à terra que ao alimento por ela produzido.

No “Rol dos Culpados” de Fortaleza, referente ao ano de 1932, há vários nomes de retirantes que foram presos sob acusação de furto de alimento. Na ficha nº 394, do dia 16 de junho, Luiz Costa Ribeiro foi acusado de ter roubado “alguns cocos de um cercado particular”. Em outra ficha, desse mesmo mês, Miguel Pereira de Paula, “reconhecido como agricultor”, foi acusado por roubar “um cacho de bananas da Mansão do Patronato”. Muitos outros casos foram registrados, como roubo de galinha, carne de gado ou uma lata de leite. Todos os acusados eram de municípios do interior do Ceará ou de outros estados. Além de ser um indício da existência de alguns flagelados no centro da cidade (apesar da grande vigilância e do aprisionamento nos Campos de Concentração), esses registros do “Rol dos Culpados” podem ser vistos como a repressão a um hábito comum e mais ou menos aceito no mundo rural.

Sobretudo nos momentos em que a multidão apresenta-se como uma potência visível, a repressão em torno de certos hábitos do sertanejo colocava-se como uma medida para torná-lo menos ameaçador e mais dócil diante da civilização burguesa. O sertanejo deveria entender que um alimento é propriedade privada e que, portanto, não deve ser tocado sem permissão. Ao apreender essas noções de propriedade, o sertanejo estaria apto para tornar-se força de trabalho, de certo modo, mais disciplinado.

No jornal *Gazeta de Notícias*, do dia 10 de janeiro de 1933, foi noticiada a revolta de um flagelado no Campo de Concentração do Pirambu, “que chegando até os carros de alimento puxou um canivete e encheu a bolsa que conduzia...”. De acordo com o jornalista, “essa ocorrência de nada vale, mas o pior é o exemplo. Espalha-se a notícia e daqui a pouco todo sujeito de maus instintos vai querer brincar de valente e se apossar do que não é dele...”

Esse caso noticiado pelo jornal *O Povo* mostra a preocupação das autoridades em relação ao mau exemplo deixado pelo flagelado. Se o concentrado estava plantando a semente do mal, era preciso cortá-lo na raiz. A revolta manifesta no roubo da comida poderia ser um caminho de fácil adesão por parte dos miseráveis. Esse caso configurou-se indiscutivelmente como crime. Além dos elementos já apresentados, o acusado também sofria o peso da manifestação solitária, o que dava ao crime um nome específico para acusação. Tudo indica que contra este flagelado nada foi feito, pois o “revoltado” conseguiu fugir do Campo e nunca mais foi visto. Entretanto, o rigor na distribuição do alimento e a vigilância foram intensificadas em todos os pavilhões do Campo de Concentração do Urubu.

Nos saques coletivos, havia uma dificuldade legal para a caracterização de um crime, como é o caso do roubo de “charque”, acontecido no município de Orós, em janeiro de 1932. Conta-se que, ao parar na estação, o trem ficou rodeado por uma multidão de famintos amedrontando os funcionários da Rede de Viação Cearense. Com pouco tempo, um dos retirantes adiantou-se e forçou as portas do vagão. Logo em seguida, os outros rapidamente se aproximaram. Criou-se, então, um ambiente de grande tensão e dramaticidade. A multidão atacou o carregamento, arrombando as portas dos vagões e, diante da perplexidade dos funcionários da estrada de ferro e de alguns soldados, levou 48 fardos de charque para longe da praça.<sup>63</sup>

Os jornais anunciavam que carne, arroz, feijão, farinha e leite eram distribuídos em quantidades satisfatórias. Com isso, a administração do Campo fortalecia a noção de crime em face dos roubos de alimentos realizados dentro das Concentrações. Mas, os flagelados mostravam-se pouco adestrados no entendimento desses princípios.

---

<sup>63</sup> Cf. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão na história: saques e outras ações de massa no Ceará*. 1998. Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998. p. 123 Mimeografado.

Tudo leva a crer que o roubo de comida, por parte de alguns concentrados, não significava somente uma indignação em relação à distribuição de alimentos, indicava também uma revolta mais ampla; uma manifestação de repúdio ao poder repressor.

Uma semana depois da citada revolta “solitária” do concentrado, três retirantes foram presos, “acusados de haverem [...] influenciado no animo dos famintos dali para atacarem a estação ferroviária e retirarem os gêneros alimentícios” (*O Povo*, 14/04/32). Diferentemente dos ladrões de cocos e bananas, essa ação foi realizada pela multidão. Foi necessário selecionar indivíduos que deveriam receber a punição exemplar. Entretanto, nada pode ser feito contra os três flagelados; pois, conforme o advogado de defesa, “a lei não poderia imputar a três pessoas um ato cometido por uma multidão”.<sup>64</sup>

Nessa perspectiva, a fome era ao mesmo tempo o elemento de controle e descontrole da multidão. O argumento da necessidade do alimento para sobreviver era utilizado pelos poderosos na tentativa de despolarizar o movimento, mas, por outro lado, dava aos pobres o argumento satisfatório para as revoltas e os motins contra os ricos. A criminalidade dos roubos de alimentação era bastante discutida pelos ricos na medida em que a culpabilidade dessas ações coletivas implicavam, em certo sentido, na caracterização do motim como uma ação que não é simplesmente “espasmódica”, ou de “instinto da sobrevivência”. Havia, portanto, profundas ambiguidades em torno das formas pelas quais o roubo de alimentos era interpretado.

A relação da comida com o poder se expressava também na arquitetura das cozinhas dos Campos de Concentração de Fortaleza. Conforme a descrição dos jornais, o acesso à cozinha era constituído por um grande corredor estreito, onde os flagelados se comprimiam para receber a “comissão” (Cf. *O Povo*, 16/04/1932). Desse modo,

---

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 126.

era possível implementar uma disciplina mais rígida no momento da distribuição do alimento. Tudo indica que esse momento apresentava-se como um dos mais difíceis no controle dos flagelados. Conforme uma reportagem d'*O Povo*, a distribuição da “comissão” no Campo de Concentração do Ipu era feita “com máxima ordem pois há um feitor para cada 50 chefes de família” (*O Povo*, 12/07/32).

Nas lembranças do Sr. Francisco Lima, a cozinha era o pior lugar do Campo de Concentração de Ipu. Durante o seu depoimento, gravado em maio de 1996, Sr. Francisco sempre voltava a falar da cozinha. Em 1932, tinha onze anos e era o responsável por trazer diariamente as correspondências endereçadas ao Campo de Concentração. A sua descrição sobre a cozinha é relevante para o entendimento do exercício do poder nestes lugares. Tudo indica que a imagem da cozinha apreciada pelo Sr. Francisco, aos 11 anos de idade, causava medo e desconfiança. Na construção dessa memória, Sr. Francisco assim relata:

A cozinha parecia o inferno. Pra acabar de esculhambar os homens tinham um avental de couro vermelho. Aqueles homens tudo mexendo os tachos, as comidas...Era um fogo danado, aqueles homens brigavam com os pobres que chegavam e tinha uma cerca para evitar a invasão...Antônio Quixadá que era o responsável pela distribuição da comida, vivia bebendo e aí era que a cozinha virava um inferno, ele brigava com todo mundo.

Nas recordações de Sr. Francisco, a descrição da cozinha se aproxima do seu imaginário sobre o inferno. Ele recompõe esta lembrança solicitando da memória uma certa vivência que mistura seu olhar de criança com uma situação atual. A imagem é de uma cozinha desorganizada e violenta, ou melhor, um lugar tenso.

Antônio Quixadá, o responsável pela distribuição da comida, aparece no relato de Sr. Francisco como a imagem do diabo. E nos jornais, Antônio Quixadá foi várias vezes denunciado como um dos envolvidos nos desvios de gêneros alimentícios. Conforme as de-

núncias amplamente divulgadas na imprensa, Antônio Quixadá agia em conluio com o interventor do Ipu, o Sr. Joaquim Lima. Um dos denunciante afirmava que esses senhores vendiam para os comerciantes da cidade os alimentos destinados ao Campo, tornando a “ração” da Concentração ainda mais precária.

No sertão, é comum se ouvir dizer que os grandes lucRADORES com a seca são os responsáveis pela distribuição da comida. Quando a seca acaba, muitos desses indivíduos constroem um estabelecimento comercial destinado à venda de alimentos.

### **Banheiros, barbearias e relógios.**

Nos relatórios de jornalistas que visitavam as Concentrações, bem como nos comentários dos médicos publicados nos jornais de Fortaleza, observa-se uma repetida ênfase sobre a existência de banheiros nestas Concentrações. No relato que fizeram os jornalistas d’*O Povo* em visita ao Campo de Concentração do Urubu (ou Pirambu) em abril de 1932, contam que o Inspetor de Higiene fez questão de levá-los, primeiramente, aos banheiros, descrevendo atenciosamente o funcionamento do que parecia ser um dos lugares privilegiados para o disciplinamento dos flagelados naquele Campo:

As instalações sanitárias compõem-se de vinte sentinas, igualmente separadas, dez para cada sexo, sentinas com obtenção hidráulica submetidas a descarga geral, efluindo para o coletor que dá vasão, no esgoto das oficinas de Urubu (*O Povo*, 26/04/1932).

Sabe-se que o sertanejo costumava realizar suas necessidades fisiológicas no próprio quintal de sua casa, entre as folhagens de um cajueiro ou qualquer outra árvore baixa e frondosa. Nas Concentrações, o flagelado era obrigado a mudar o seu comportamento. Deveria sentir-se envergonhado por não usar o banheiro para as necessidades fisiológicas. Na perspectiva da civilização baseada no

saber médico, o homem deveria ficar distante de seus excrementos. Com efeito, o concentrado deveria incorporar novos parâmetros para definir o nojo. Para o sertanejo, o lugar dos dejetos fecais era os arredores de sua casa. Não havia necessidade de banheiro.

Esse contraste entre noções diferenciadas da construção do nojo, era uma das grandes tensões cotidianas dos Campos de Concentração. Enquanto os “inspetores de higiene” procuravam, a todo custo, mostrar a insubstituível função das “sentinas”, os sertanejos mostravam-se pouco motivados para abandonar seus hábitos tradicionais. Muitos concentrados usavam o aparelho sanitário, enquanto outros decidiam continuar com seu hábitos, criando toda sorte de conflitos.

Ao ser entrevistado por jornalistas do *Correio do Ceará*, em março de 1932, o inspetor de higiene do Campo de Concentração do Urubu falou com detalhes e entusiasmo sobre a existência e a organização dos banheiros: “São todos muito bem fechados e foram construídos com madeira serrada, cobertos de zinco novos e muito bem feitos. Aqueles dois que ainda não foram totalmente cobertos não estão funcionando”. Ao passarem pela frente dos banheiros, os jornalistas receberam do Inspector a seguinte informação: “este é o banheiro ‘Major Manoel Tibúrcio’, este chama-se ‘Senhoras da Caridade’, este é o ‘Interventor Federal Roberto Carneiro de Mendonça’...” (*Correio do Ceará*, 06/05/1932). A homenagem a grupos ou pessoas importantes era figurada nos banheiros. Nesse sentido, é possível imaginar que esses lugares da higiene pessoal constituíam-se como templos do sanitarismo nesses Campos de Concentração.

O momento do banho ganhava, respeitando as especificidades, ares de sacralidade em todos os Campos de Concentração. Na Concentração do Tauape, localizada em Fortaleza, mulheres e crianças banhavam-se vestidas numa Lagoa que ficava junto ao Campo. Entretanto, os higienistas afirmavam que neste momento – precisamente às cinco horas da manhã – formava-se um cordão de vigilantes para impedir qualquer tipo de indecoro ou de molestamento àquelas mulheres.

No meio rural, homens, mulheres e crianças banhavam-se vestidos e juntos. Ao que parece, esse momento tinha mais o sentido do lazer do que do asseio pessoal. Nos Campos de Concentração, tentava-se inculcar uma nova maneira de pensar sobre o momento do asseio pessoal a partir da noção de vergonha. O banho, fosse realizado em banheiros ou açudes, deveria caracterizar-se como um momento de foro íntimo dominado pela ideia civilizada de moral, pudor e rapidez.

Os jornalistas d'*O Povo*, numa tentativa de romantizar a cena, acrescentavam que as mulheres sentiam muita satisfação naquele momento, pois o encontro com a água traria de volta a lembrança do “sertão querido”. A descrição chega a imagens cinematográficas: “A lagoa, com as suas águas frescas e azuladas parecia atenuar a tristeza daquela gente... Dava gosto ver as sertanejas lembrando-se dos bons invernos e nadando a largas braçadas na superfície da Lagoa”. Mesmo ocupando-se largamente com a satisfação do banho, os jornalistas acabaram registrando o incômodo que causava nessas senhoras a constante vigilância do banho e da lavagem de roupa. Com um tom irônico, que procurava produzir o riso a partir de informações sobre “a vida do povo”, os jornalistas chegam a reproduzir o “falar do sertanejo pobre”: “Num sei pru qui é qui os diabo desses guarda num larga da gente” (*O Povo*, 16/04/32).

O controle sobre o corpo do flagelado se manifestava em variadas dimensões. Depois da entusiasmada informação sobre os nomes dos banheiros, o Inspetor de Higiene do Campo de Concentração do Urubu convidou os jornalistas do *Correio do Ceará* para um passeio pelo pavião da cozinha, lugar onde receberiam as seguintes explicações:

Depois do banho das cinco horas, é feita a chamada para o café, cada chefe de família possui um cartão com o número de pessoas de seu lar, a chamada é feita pela ordem nominal do livro de registro de entrada, recebendo cada um o seu quinhão. As 11:00 horas começa a distribuição do almoço: carne fresca, arroz, feijão, farinha, tudo em ordem, de sorte que nunca houve nenhuma reclamação... (*Correio do Ceará*, 06/05/1932).

Pela explicação do inspetor, imagina-se que a organização e a distribuição alimentar eram perfeitas. Na sua atenciosa descrição, o higienista põe em relevo a importância das horas. Chama a atenção enfaticamente para o desenrolar das atividades sempre em horas determinadas. Nesse sentido, a tentativa de disciplinar o flagelado se figurava, também, pela apresentação de novas formas de pensar o tempo. Não se dividia o tempo em manhã, tarde e noite, mas em horas. Não era mais o cantar do galo que anunciava o raiar do dia e a hora da janta não seria definida pelo pôr do sol.

O desejo dos administradores do Campo em mostrar o “ades-  
tramento temporal” dos concentrados tornava-se visível em todas as narrativas sobre o cotidiano dos “miseráveis” nesses centros de confinamento. Vale ressaltar, portanto, a perfeita organização que o Inspetor tenta demonstrar na sua descrição sobre “o dia do flagelado” no Campo de Concentração do Matadouro:

No Campo de Concentração do Matadouro todos os que nele estão localizados, tem o seu trabalho diário. Pelo acordar, às 5:00 horas, todos têm que tomar o seu banho. Primeiro os homens e em seguida as mulheres. Na volta, recebem o seu café da manhã. As crianças, pela manhã, nas suas barracas são entregues o leite e o mingau. Depois do café, às 6:00 da manhã, os homens vão para o trabalho, que compreende: serviço de vigilância, cozinha, construção de barracas entre outros. As mulheres, depois do café, recebem sabão e vão lavar as roupas. Às 12:00 horas há o almoço geral. À Noite há um chá para as crianças [...] (*Correio do Ceará*, 06/05/1932).

Além de revelar indícios sobre os ideais do Inspetor em relação à marcação do tempo, essa narrativa mostra que havia uma preocupação em torno da divisão entre trabalhos para homens e para mulheres.

Um outro elemento que ganha relevo nestas descrições é a fabricação e o uso do sabão para a lavagem de roupa e para o banho dos flagelados. *O Povo* enfatiza que, para o banho, “o Campo dá sabão em abundância”. Em outra matéria, ressalta que um dos prin-

cipais serviços internos dos concentrados era a fabricação de sabão com as sobras de banha das reses que ali eram mortas para a alimentação. Na intenção de fortalecer a ideia do banho e outras atividades como higiene corporal, a ênfase ao uso do sabão era fundamental. A água não era, portanto, o único elemento de limpeza e “purificação” dos corpos flagelados. Nesse sentido, esse cosmético ganha ênfase no significado da limpeza. Com base nos esclarecimentos de higienistas desde o final do século XIX, é plausível supor que a presença do sabão fortalecia a prática do banho como higiene corporal.<sup>65</sup>

A raspagem dos cabelos masculinos foi outra norma sanitária que causou recorrente insubordinação entre os concentrados. Em todos os Campos existia uma odiada barbearia. Para cumprir as ordens, os homens eram praticamente arrastados até lá. Os desobedientes seriam de algum modo punidos. Para os obedientes, haveria o prêmio de alguns cigarros ou fumo. Mas, nem mesmo a premiação causava o efeito desejado pelos fiscais do Campo. A maioria dos homens continuava resistindo. Os casos de revolta dos sertanejos em relação a esta medida aparecem nos jornais com ares de comicidade. Em visita ao Campo de Concentração do Matadouro, localizado em Fortaleza, uma equipe do jornal *o Povo* observa com ironias o pedido dos flagelados pela manutenção da barba. A essa matéria deram o seguinte título: “Episódios pitorescos no Campo de Concentração do Matadouro” (*O Povo*, 28/04/32).

Atualmente, sertanejos que conseguiram escapar da seca de 1932 sempre falam sobre as regras de higiene nos Campos. Em entrevistas realizadas durante o mês de julho de 1997, os depoentes lembram as normas do corte de cabelo sempre fazendo referências

---

<sup>65</sup> O estudo de Vigarelo sobre a higiene do corpo desde a Idade Média destaca a promoção do sabão nos textos de higiene, no início do século XIX. Nesse sentido, infere: “O sabão apaga e dissolve a sujidade. Lavar-se, é utilizar uma química elementar: O cósmético por excelência, o instrumento de limpeza, é o sabão. Já não é um acessório requintado, é um utensílio de saúde: ‘o sabão limpa a superfície cutânea das matérias gordas’. Está ao serviço das fisiologias. ‘É um dos elementos mais importantes da cosmética’” (VIGARELLO, 1988, p. 134).

ao perigoso “pioi Lelé”. Sr. Mauro, Sr. Geraldo e Sr. Joaquim contaram que todos os homens repudiavam o corte do cabelo. Logo em seguida, disseram que, na Concentração, apareceram uns piolhos enormes. Para esclarecer sobre o tamanho do piolho, mostravam o dedo indicador esticado. O aracnídeo ficou tão famoso que até ganhou um nome: “pioi Lelé”. Pelos depoimentos, esse piolho parecia assustador. Por outro lado, quando eu perguntava se eles tiveram ou viram esses piolhos, a resposta também se repetia: “Não, eu nunca tive, nem vi, mas todo mundo dizia que tinha.”

Além de considerar que possivelmente os depoentes não queriam se mostrar na entrevista como “piolhentos”, é possível suspeitar que os médicos disseminaram essa história para causar medo entre os flagelados e assim facilitar o trabalho sanitário. Aliás, essa prática baseada numa “pedagogia do medo” se repetia com significativa frequência. Muitas vezes, os médicos apareciam no imaginário dos “concentrados” como homens cruéis e perversos, capazes de envenenar e matar os flagelados.<sup>66</sup>

Muitos flagelados acreditavam que o número de mortos nas Concentrações era resultado do envenenamento da comida por parte dos sanitaristas. Em geral, os personagens que concentravam as principais acusações dos flagelados eram o médico e o sanitarista. Com isso, muitos concentrados, em certo sentido, reafirmavam, um sentimento de repúdio diante das “novas” normas de convivência impostas naqueles espaços. Além disso, defendiam a sua “territorialidade cultural” com as armas de que dispunham, confrontando-se, sobretudo, com aqueles que simbolizavam o poder nos Campos de Concentração, ou melhor, com os representantes do saber médico-científico.

---

<sup>66</sup> As entrevistas com o Sr. Mauro, Sr. Geraldo e Sr. Joaquim foram realizadas em julho de 1997.

## ISOLAMENTO E PODER

*[...] A seca não o apavora. É um complemento à sua vida tormentosa, emoldurando-a em cenários tremendos. Enfrenta-a, estóico. Apesar das dolorosas tradições que conhece por um sem-número de terríveis episódios, alimenta a todo o transe esperanças de uma resistência impossível.*

Euclides da Cunha

**C**ampos de Concentração era o nome oficial desses lugares, entretanto, os retirantes chamavam-nos de “Currais do Governo”. Esta era a interpretação dada por esses indivíduos que experimentaram essa forma de isolamento e exercício do poder. A estrutura desses lugares remetia os retirantes para uma imagem muito familiar: currais para o aprisionamento e posterior abate dos animais. Era assim que se sentiam os flagelados, como o gado com rédeas curtas. Essa foi a forma encontrada pelos ricos para manter “a sombra sinistra da miséria” longe da “iluminada cidade do sol”. Unidos em um discurso legitimador, os poderes e os saberes se empenhavam em tranquilizar, na medida do possível, a cidade que se incomodou com a pobreza.

Neste estudo sobre os Campos de Concentração como formas de isolamento e poder em face da pobreza que penetrou a cidade de Fortaleza durante a seca de 1932, foi possível refletir sobre o espaço

urbano a partir de suas tensões e complexidades históricas. E durante toda a trajetória de pesquisa esse espaço se revelou extremamente comprometido com as ações daquilo que podemos considerar um espécie de personagem fundamental à história de Fortaleza e, em particular, dos flagelados: a seca.

Por isso, estudar as práticas de Isolamento e Poder em 1932, implica refletir sobre a multiplicidade de usos da seca, aqui transformados em realidade solidária de práticas que aparentemente nada tem a ver com a falta de água e de chuva. Assim, por exemplo, perscrutar a história das práticas de Isolamento e Poder em 1932 é perceber o quanto elas evidenciam a historicidade do assistencialismo no Ceará: as formas pelas quais se exerce a caridade da burguesia cearense, considerando como a seca se compõe nessa prática caridosa a partir dos interesses de grupos políticos.

Além disso, analisar as tessituras de Isolamento e Poder durante a seca de 1932 permite um entendimento maior sobre o processo de urbanização da cidade de Fortaleza e suas formas de exclusão da pobreza, dando visibilidade às maneiras pelas quais os pobres desafiam esses poderes e conquistam espaços no mundo urbano. Isso porque as secas foram e ainda são os momentos de maior confronto entre pobres e ricos no Estado do Ceará.

Refletir sobre as formas de Isolamento e Poder é, também, pensar a construção do turismo na cidade de Fortaleza: suas primeiras coordenadas e a inserção da mão de obra do flagelado no processo de embelezamento e constituição dessa cidade para o turismo. O retirante não só ajudou a construir mais rápido essa cidade como também assumiu a condição de objeto de consumo para turistas: suas cantorias, seus versos de cordel, seu artesanato e a própria imagem do sertanejo como um dos tipos do Ceará.

Perseguir essas práticas de Isolamento e Poder é, ao mesmo tempo, uma forma de perceber a construção do termo flagelado como sinônimo de nordestino e coitado. Desse modo, o retirante transmuta-se em flagelado e passa a ser utilizado como fonte lucra-

tiva para as elites do Estado. Como dizia José do Patrocínio, no seu romance *Os retirantes*, publicado em 1879, “a seca tem sido inverno para muita gente”.

Interpretar a constituição desses espaços de isolamento e exercício de poder é também perceber a prática de confinamento como parte de uma tradição das elites cearenses. Com maior ou menor rigor no controle, o aprisionamento dos que incomodam é uma prática de grande recorrência seja com um discurso mais explícito ou com argumentos dissimulados. Por isso, pensar as urdiduras que tecem as redes de Isolamento e Poder possibilita o encontro com um outro flagelado, pouco explorado nas pesquisas e na literatura sobre a seca. Um flagelado que não é só pacífico ou passivo e que, nas relações cotidianas, experimenta uma série de táticas de “resistência” em face das estratégias de dominação.

Estudar a cidade de Fortaleza como esse território de tensão e conflito, é, antes de tudo, um instigante diálogo com os modos pelos quais os retirantes construíram, a partir das suas vivências conflituvas, outras definições para as práticas de confinamento que o Governo chamava de socorro e amparo. Os espaços que as elites apresentavam como “lugares apropriados e até confortáveis para o amparo às vítimas da seca”, eram, para os retirantes, o *Curral dos Flagelados*”.

Assim, este estudo sobre as práticas de Isolamento e Poder é também uma primeira tentativa de tornar menos opaca a diversidade de combinações que foram possíveis em Fortaleza (e que, em certa, medida ainda o são) entre um fator considerado natural, “a seca”, e as necessidades culturais, as ambições econômicas e políticas, os receios comerciais e as diversas disputas urbanas. Permite, ainda, a compreensão de que não é somente a conquista do equilíbrio da natureza que interessa aos homens, mas, por vezes, seus excessos, tais como seus momentos de seca.



## **FONTES DE PESQUISA**

### **Jornais:**

Correio da Semana. Período: jan/32 a dez/33.

Correio do Ceará. Período: jan/32 a dez/33.

Gazeta de Notícias. Período: jan/32 a dez/33.

A Lucta. Período: jan a dez/1915.

O Libertador. Período: jan a jun/32.

O Nordeste. Período: jan/32 a dez/33.

A Ordem. Período: jan a jun/32.

O Povo. Período: jan/31 a dez/33.

### **Relatórios e Mensagens:**

Relatório Geral de Atividades apresentado ao presidente provincial Sr. José Júlio Albuquerque Barros no dia 01 de Julho de 1879 e em 01 de novembro de 1880.

Fala com que o Exmo. Sr. Desembargador Caetano Estelita Pessoa, Presidente da Província do Ceará, abriu a 2ª sessão da 23ª Legislatura da citada Assembleia no dia 02/07/1877.

Relatório Geral de Atividades apresentado ao presidente do Estado do Ceará Cel. Benjamim Liberato Barroso no dia 06 de Junho de 1915.

Relatório do Inspector de Higiene do Estado do Ceará, Dr. Carlos da Costa Ribeiro, 1915.

Mensagem à Assembleia Legislativa do Ceará em 01 de julho de 1916 pelo Cel. Benjamim Liberato Barroso.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, 22/09/31 a 05/09/34. Imprensa Oficial, 1936.

Relatórios da Inspetoria de Obras Contra a Seca (1915; 1931/33).

Relatório do Ministro da Viação José Américo de Almeida.

### **Outros documentos:**

Regulamento da Directoria Geral de Higiene, 08 de novembro de 1918.

Códigos de Postura para a cidade de Fortaleza, 1870, 1979 e 1932.

Livro de Rol dos Culpados (jan a dez/32).

Registros de óbitos da Cidade de Ipu (abr/32 a mai/33).

### **Entrevistas:**

Sr. Francisco Lima, nasceu no Ipu no dia 02/11/1919. Mensageiro dos telegramas que eram enviados ao corpo administrativo do Campo pelos órgãos federais. Suas lembranças guardam marcas trágicas em face da luta dos flagelados por comida no Campo de Concentração do Ipu. Entrevista realizada em 30 de maio de 1996.

Sr. Geraldo Aires, nasceu em Ipu em 1922. Sacristão que auxiliava o padre a celebrar missas no Campo de Concentração. Seu depoimento revelou um forte sentimento de revolta diante dos trabalhos a que eram obrigados os flagelados. Sua narrativa tinha ares de denúncia. Entrevista realizada em 31/05/1996.

Sr. Geraldo da Silva, nasceu no Município de Senador Pompeu, foi concentrado durante 5 meses no Campo do Patu. Foi uma das entrevistas mais indignadas em relação à presença dos médicos nas Concentrações. Sr. Geraldo fazia questão de afirmar que os médicos envenenavam os Concentrados. Entrevista realizada em 19/07/97.

D. Antonieta Antonia de Moraes, nasceu no Município de Senador Pompeu em 1918, foi concentrada no Campo do Patu em Senador Pompeu e no Campo do Urubu em Fortaleza. D. Antonieta conheceu três Campos de Concentração diferentes. Dizia que só ficavam em um lugar se lá existisse trabalho para toda a família, pois, não pediriam esmola. Entrevista realizada em 18/07/1997.



## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Pinto de. *Nordeste: o drama das secas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

ALBANO, Ildelfonso. *O secular problema da seca*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1918.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino: de problema a solução: (1877-1922)*. 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

\_\_\_\_\_. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, 1994.

ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de. *Um sertanejo e o sertão*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1976.

ALVES, Joaquim. *História das Sêcas (séculos XVII a XIX)*. Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1953.

ARANTES, Antonio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 23, 1994.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina rústica*. São Paulo: Nacional, 1979.

ARAÚJO, Raimundo. *Poetas do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 1993.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. *Cidade na contra-mão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

BARBOSA, Orris. *Secca de 32: impressões sobre a crise nordestina: a Rui Carneiro*. Rio de Janeiro: Adersen Editores,

BARBOSA, Policarpo José. *História da saúde pública no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARREIRO, José Carlos. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil, 1780-1880. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, 1998.

BARROSO, Gustavo. *Terra de sol: natureza e costumes do norte*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991.

BERLIN, Isaiah. *Limites da utopia: capítulos da história das ideias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BERTUCCI, Liane Maria. A ameaça iminente. As epidemias. um momento: varíola (1908). In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). *Imagens da cidade séculos XIX e XX. Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1994.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória do sagrado: estudos de religião e ritual*. São Paulo: Paulinas, 1985.

\_\_\_\_\_. *Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMARGO, Aspásia (Org.). *O nordeste e a política: diálogos com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAMPOS, Eduardo. *A Fortaleza provincial: rural e urbana*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

\_\_\_\_\_. *Medicina popular: (Superstições, crendices e mezinhas)*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1955.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, José Olivenor S. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. 1955. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1955.

CORBAN, Alain. O segredo do Indivíduo. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v. 4.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987, p. 193.

DARNTON, Robert. *O beijo de lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Nathalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos annales a nova história*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1992.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História e Perspectiva*, Uberlândia, jan./jun. 1992.

FERREIRA, Benedito Genésio. *A estrada de ferro de Baturité: 1870-1930*. Fortaleza: Edições UFC, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FROTA, Luciara Silveira Aragão. *Documentação oral e a temática da seca*. Brasília: Senado Federal, 1985.

GINZBUG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUATARI, Felix. Cultura: um conceito reacionário? In: GUATARY, Felix, ROLNIK, Suely. *Micropolítica, cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GUERRA, Paulo de Brito. *Flashes da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1983.

HOORNAERT, Eduardo. *O cristianismo moreno do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

LANDIM, Teoberto. *Seca: a estação do inferno*. Fortaleza: Edições UFC; Casa de José de Alencar, 1992.

LAPLATINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

LAYMERT, G. dos Santos. *Questão de método*. Desregulagens, São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, Vinícius Barros. *História da medicina no Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura, Desporto e Promoção Social, 1939.

LINCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MAGALHÃES, Jôsa. *Medicina folclórica*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história. *Tempo: Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar de. *A seca do nordeste: um falso problema*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

MONTENEGRO, Abelardo. *Fanáticos e cangaceiros*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1990.

MOTA, Leonardo. Datas e fatos para a história do Ceará. *Revista do Instituto Histórico*, Fortaleza, n. 59, 1953.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão na história: saques e outras ações de massa no Ceará*. 1998. Tese (Doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998. Mimeografado.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de história*, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

\_\_\_\_\_. *Imagens do nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza: SECULT-CE, 1994.

NOBRE, Geraldo. *O processo histórico de industrialização do Ceará*. Fortaleza: SENAI, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1991.

OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. *Fortaleza: velhos carnavais*. Fortaleza: Edições UFC, 1997, p. 119.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. A Coisa: transcendência e contingência. *Projeto História*, São Paulo, n. 6, 1986.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. *Religião e dominação de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

OTTEN, Alexandre. *Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Loyola, 1990.

POMPEU SOBRINHO, Tomaz. *História das secas (século XX)*. Fortaleza: Batista Fontenele, 1953.

PONTE, Sebastião Rogério. A legião cearense do trabalho. In: SOUSA, Simone (Org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

\_\_\_\_\_. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 1997.

\_\_\_\_\_. *João de Cristo Rei: o profeta de Juazeiro*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Jannaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. O que faz a História Oral diferente? *Projeto História*, São Paulo, n. 14, 1997.

\_\_\_\_\_. *O verbo encantado: a construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí: Unijuí, 1998.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, 1997.

PORTO ALEGRE, Sylvia. *Mãos de mestre: itinerários da arte e da tradição*. São Paulo: Maltese, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

QUEIROZ, Raquel de. *O quinze*. 52. ed. São Paulo: Siciliano, 1993.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza: Ed. UECE, 1991.

- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 51. ed. São Paulo: Record, 1983.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, Lêda Tâmega. *Mito e poesia popular*. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional do Folclore, 1986.
- RONDELLI, Beth. *O narrado e o vivido: o processo comunicativo das narrativas orais entre pescadores do Maranhão*. Rio de Janeiro: Funarte: IBAC, 1993.
- RUDÉ, Gorge. *A multidão na história*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. O Receio dos trabalhos perdidos: corpo e cidade. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, 1991.
- SANTANA, Charles d'Almeida. *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980*. São Paulo: Annablume, 1998.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era Italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.
- SCOTT, Joan. A Invisibilidade da Experiência. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, Cândido da Costa e. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, José Borzachiello. *Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SOUSA, Simone et al. *Fortaleza, a gestão da cidade: uma história político-administrativa*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1994.

TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

\_\_\_\_\_. *A seca de 1915*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1980.

\_\_\_\_\_. *História da seca no Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

\_\_\_\_\_. *Variola e vacinação no Ceará*. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

THOMAS, Keith. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

THOMPSON, E. P. *Miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. *Tradicón, revuelta e consciencia de clase*. 3. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

VEYNE, Paul. *Acreditaram os gregos nos seus mitos?* Lisboa: Edições 70, 1987.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1988.

\_\_\_\_\_. O trabalho dos corpos e do espaço. *Projeto História*, São Paulo, n. 13, 1991.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Ritos de magia e sobrevivência: sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. 1997. Tese (Doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

## **A AUTORA**

Kênia Sousa Rios é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará desde 2003. Mestre e Doutora pela PUC de São Paulo. Publicou diversos artigos em revistas nacionais sobre a relação História e Memória, História e Museu. Mais recentemente, coordena o Grupo de Pesquisa sobre História, Memória, Natureza e Cultura.



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC  
Av. da Universidade, 2932 - fundos, Benfica  
Fone: (85) 3366.7485 / 7486  
CEP: 60020-181 - Fortaleza - Ceará

[imprensa.ufc@pradm.ufc.br](mailto:imprensa.ufc@pradm.ufc.br)

**A** Universidade Federal do Ceará vem contribuindo de modo decisivo para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o crescimento da pós-graduação, que desempenha papel fundamental na formação de recursos humanos.

A pós-graduação brasileira tem sido avaliada de forma sistemática nas últimas décadas. Nesse processo, o livro passou a ser incluído como parte importante da produção intelectual acadêmica, principalmente na área das Ciências Sociais e Humanas, divulgando os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada visando apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC a partir de uma política acadêmico-científica, viabilizando a publicação da produção intelectual em forma de livro.

Em 2014, segundo ano de sua criação, a Coleção de Estudos da Pós-graduação apoiou a edição de 13 livros, envolvendo diversos cursos de mestrado e doutorado de diferentes áreas do conhecimento.

ISBN 978-85-7485-191-4



9 78 85 74 85 19 14